

desenvolvimento

ipea

Exemplar do Assinante

Perspectivas

O planejamento brasileiro volta ao centro do debate, para unir crescimento com justiça social, equidade, sustentabilidade e consolidação da democracia



Entrevista

Celso Amorim — Política externa é uma política pública como as demais, está sujeita à expressão das urnas. Sendo solidária e humanista, atende aos interesses brasileiros

Macroeconomia

Agências de classificação de risco sob fogo cerrado de reguladores. Atuação antes e durante a crise levantou dúvidas sobre qualidade da avaliação de títulos

Agricultura

Brasil pode atender maior demanda por alimentos, mas depende da importação de grande parte dos fertilizantes necessários para aumentar produção

A ciência brasileira vai cada vez mais longe. Pra ela, nem o céu é o limite.

Vem aí a 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ela vai apontar os caminhos para a ciência continuar ajudando o país a crescer com sustentabilidade. Participe. Acesse o site e saiba mais.



4ª CNCTI
Conferência Nacional de
Ciência, Tecnologia e Inovação

***“Política de Estado de Ciência,
Tecnologia e Inovação para o
Desenvolvimento Sustentável”***

26 a 28 de maio | Brasília-DF.
Informações e inscrições: www.mct.gov.br

Coordenação:

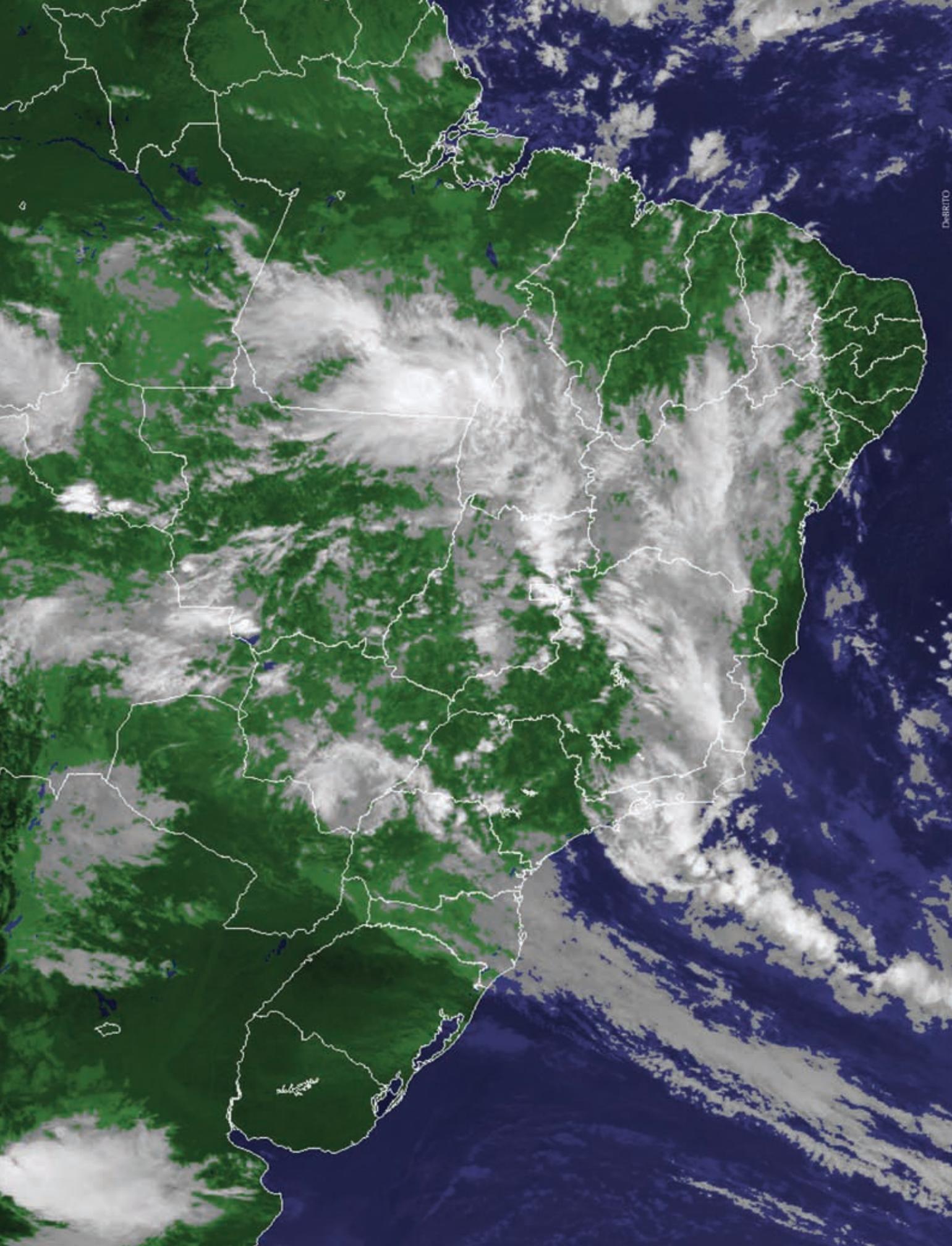


cgée

Ministério da
Ciência e Tecnologia



Brasil. Referência internacional em monitoramento do clima e na geração de conhecimentos como a previsão do tempo. Os avanços da ciência brasileira melhoram a sua vida e ajudam o país a crescer.



Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Samuel Pinheiro Guimarães

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

<http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios do **desenvolvimento**

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Daniel Castro

CONSELHO EDITORIAL Adelina Lapa Nava Rodrigues, Douglas Portari,
Fernanda Cristine Carneiro, Guilherme Dias, Isabela Vilar, João Cláudio Garcia,
Jorge Abrahão de Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro,
Júnia Cristina Perez Conceição, Márcio Bruno Ribeiro,
Maria da Piedade Moraes, Marina Nery,
Pedro Libânio e Pêrsio Marco Antônio Davison

Redação

EDITOR-CHEFE Bruno De Vizia

EDITORA DE ARTE Ana Caroline de Bassi Padilha

EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Diogo Félix Rodrigues

BRÁSILIA Gilberto Costa, Cora Dias, Monica Simioni e Rafael Lamin

SÃO PAULO Verônica Goyzueta, Marina Pita, Debora Santos e Rodrigo
Zevzikovas

JORNALISTA RESPONSÁVEL Bruno De Vizia

FOTOGRAFIA Gustavo Granata e Sidney Murrieta

ILUSTRAÇÃO/CAPA Angelo José da Silva

Colaboração

George da Guia e Giulia Di Vizia

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1514

CEP 70076-900 - Brasília, DF

desafios@ipea.gov.br

Impressão

Gráfica Art Printer

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO,
NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA (Ipea).

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA,
DESDE QUE CITADA A FONTE.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO Ipea
PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade

virtual publicidade ltda

Rua Desembargador Westphalen, 868, Curitiba-PR

Cep. 80820-100 - Fone: (41) 3018-9695

e-mail: virtualpublicidade@virtualp.com.br

Carta ao leitor

desafios do desenvolvimento

Sumário

Pag 10 Entrevista – Celso Amorim

Política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas

Pag 22 Capa – Perspectivas do Desenvolvimento

A volta do planejamento ao centro da discussão

Pag 36 Macroeconomia – Risco calculado?

Agências de classificação de risco entram no centro do debate sobre regulação financeira

Pag 44 Bolsa-família – Novos passos para uma política social consistente

Programa Bolsa Família enfrenta desafios para entrar em uma nova fase

Pag 52 Agricultura – Campo fértil para investir

Crescimento demográfico, economia saudável e maior necessidade de alimentos elevam dependência do Brasil por insumos agrícolas importados

Pag 72 Clima – Responsabilidade de todos

Brasil cria Política Nacional de Mudanças Climáticas



Seções

- 6 Giro Ipea
- 8 Giro
- 60 Observatório latino-americano
- 62 Perfil
- 64 Retratos
- 70 Melhores práticas
- 76 Questões do desenvolvimento
- 78 Circuito
- 80 Indicadores
- 82 Estante
- 85 Cartas
- 86 Humanizando o desenvolvimento

Artigos

- Pag 35 **República Brasileira – 120 anos depois, o que comemorar?**
Aristides Monteiro Neto
- Pag 42 **Os desafios da gestão em empresas brasileiras**
Edson Keyso de Miranda Kubo

Meio ambiente

Brasil perde R\$ 8 bilhões por não reciclar



Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em maio, no Ministério do Meio Ambiente, informa que o país perde R\$ 8 bilhões por ano quando deixa de reciclar resíduo, encaminhado para aterros e lixões, que pode ser aproveitado.

O estudo *Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos* traz a estimativa dos benefícios econômicos e ambientais da reciclagem, e propõe instrumentos como pagamento por produtividade e acréscimos compensatórios graduados, a fim de aumentar a renda dos catadores, e crédito cooperativo, para aumentar a organização e formalização das cooperativas.

A partir dos dados da pesquisa, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, instituiu um grupo de trabalho entre o Ipea e os Ministérios para avançar na reestruturação do primeiro Programa de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos associado à coleta de lixo e ao cooperativismo dos catadores. “Queremos consolidar uma nova política pública em torno da remuneração adequada para os catadores, da retirada do lixo do meio ambiente e de um resultado econômico”, afirmou a ministra.

Internacional

Ipea debate taxação de fluxos financeiros

Representante brasileiro no Grupo de Peritos sobre Taxação de Fluxos Financeiros, o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, participou, em Paris, do quinto encontro de especialistas realizado em abril deste ano.

O Grupo de Peritos foi criado em outubro de 2009 por 12 países (entre eles, Brasil, Inglaterra, Alemanha, França, Chile e Japão) como uma força tarefa, formada por dez especialistas de todo o mundo que criarão um relatório sobre a viabilidade técnica e política da taxação de fluxos financeiros, tendo como meta financiar o desenvolvimento.

O relatório dialoga com esforços paralelos do FMI (um estudo encomendado pelo G-20 recém lançado) e da Comissão Europeia, que também tratam de mecanismos inovadores de financiamento e da contribuição do setor financeiro internacional.

Já o relatório do Grupo de Peritos deve ficar pronto em meados de maio, para subsidiar os debates do encontro do G-20 (grupo das principais economias do mundo mais os países emergentes), que será realizado em junho, no Canadá. O Ipea também lança um documento sobre o tema, em junho, em seminário internacional.

Energia

Tarifas podem ser reduzidas

O autor do *Comunicado do Ipea n° 51, Setor elétrico: desafios e oportunidades*, professor Adilson de Oliveira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirmou que o Brasil tem condições de reduzir custos das tarifas de energia para o consumidor. O Comunicado, lançado em maio, faz parte da série *Eixos do Desenvolvimento Brasileiro* do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“O setor elétrico tem custos desnecessários”, argumentou o professor, “é possível reduzir de 10% a 15% o preço da energia com a redução de alíquotas, encargos e melhor administração dos reservatórios de água.”

O estudo traz um histórico da reforma que o setor elétrico sofreu na década de 1990, com a instituição de novo marco regulatório, elaborado com o propósito de atrair investidores privados. Em 2001, no entanto, os investidores se assustaram



com a falta de chuva que ameaçou secar os reservatórios de água.

O sistema de energia brasileiro tem como base as hidrelétricas. Em 2001, como choveu pouco, o país correu o risco de colapso porque não tinha água nos reservatórios. Apesar da crise, segundo o documento, a espinha dorsal da reforma no setor de energia não foi modificada.

O documento sugere que o governo tem condições de tomar decisões políticas de eficiência energética que possam promover a redução das tarifas, entre as quais, a ampliação do parque de centrais térmicas e o controle dos reservatórios para evitar o racionamento.

Banda larga

Estudo analisa políticas de acesso à internet



Stock

Em 2009, para ter acesso à internet banda larga, o brasileiro gastava, proporcionalmente à renda per capita, dez vezes mais que os habitantes dos países desenvolvidos. Essa é uma das informações do Comunicado nº 46 do **Ipea**, divulgado em maio.

Intitulado *Análise e recomendações para as políticas públicas de massificação de acesso à internet em banda larga*, o comunicado, produzido pela Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset), avalia a defasagem brasileira no setor e faz recomendações sobre as políticas para de massificar esse tipo de acesso.

Para fazer o diagnóstico da penetração de banda larga fixa, foram utilizados dados por estado, porte do município, localização (urbana e rural) e faixa de renda, além de informações sobre concentração de mercado e situação internacional do acesso à internet em banda larga.

Os dados são da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) 2008, do IBGE; do Sistema de Coleta de Informações (Sici), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); da União Internacional de Telecomunicações (UIT); e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

As recomendações sobre políticas voltadas para a massificação do acesso em banda larga dizem respeito à redução das lacunas de mercado e de acesso; redução da carga tributária e dos custos dos investimentos; e redução da defasagem tecnológica e da lacuna de velocidade de acesso à internet em banda larga.

Rodovias

Demanda reprimida chega a R\$ 180 bilhões

A malha rodoviária brasileira tem uma demanda reprimida de cerca de R\$ 180 bilhões em investimentos. Não mais de 15% interessam ao setor privado, ou seja, 85% da malha necessitam de recursos públicos. O programa atual de concessão das rodovias, no entanto, não faz previsão de mudança da estrutura para suportar mais cargas. É preciso aperfeiçoar novos contratos.

Os dados são do *Comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) nº 52, Rodovias brasileiras: gargalos, investimentos, concessões e preocupações com o futuro*, divulgado maio. Esse é o quarto comunicado da série *Eixos do Desenvolvimento Nacional*, e trata das questões econômicas e institucionais do setor rodoviário.

O texto explica como ocorreu o crescimento da malha rodoviária nacional entre as décadas



Stock

de 1960 e 1970, a queda de investimentos a partir de 1988, e o renascimento do setor a partir da década de 1990, quando voltaram a fluir recursos públicos e privados.

De acordo com o documento do **Ipea**, o Brasil já concedeu 14.853 quilômetros de rodovias à iniciativa privada. O **Ipea** aponta ainda dados levantados pela Associação Nacional de Transporte de Cargas mostrando que o Brasil tem por volta de 9% de rodovias pavimentadas nas mãos da iniciativa privada, um percentual bem superior à média mundial, que é de 2%.

Pré-sal

Senado discute criação do Fundo Social



Mais Brasil 2009

O **Ipea** participou em maio da primeira audiência pública conjunta de seis comissões do Senado Federal, com o objetivo de debater o projeto que cria o Fundo Social, formado por recursos originados na exploração de petróleo do pré-sal. Na ocasião, o presidente do **Ipea**, Marcio Pochmann, afirmou que “o pré-sal não pode ser apenas um milagre econômico, mas também social”, e destacou que o atual modelo de distribuição dos *royalties* do petróleo não está fazendo diferença no campo social.

Segundo o economista, é preciso aplicar os recursos com transparência, monitoramento, foco e definir melhor as prioridades do que fazer com as receitas do petróleo. “A abertura desses recursos para muitas ações não vai ser suficiente para alterar a realidade do Brasil”. Alertou também que mais de 84% dos recursos vinculados são contingenciados.

O técnico do Ipea, Marcelo Piancastelli, também participou da audiência e indicou que as experiências internacionais bem sucedidas foram as que transformaram uma riqueza natural, não renovável, em um ativo financeiro permanente a ser desfrutado pelas gerações futuras.

Poupança

Movimentação diminui



Stock

O movimento das cadernetas de poupança diminuiu em abril, na comparação com março, segundo o relatório divulgado pelo Banco Central (BC). Os depósitos em caderneta de poupança somaram R\$ 88,722 bilhões no mês de abril, com queda de 8,07% em relação ao mês anterior, enquanto os saques atingiram R\$ 87,025 bilhões (-9,32% que em março).

Em compensação, a captação líquida de abril (depósitos menos saques) foi 215% maior que no mês anterior. O saldo positivo das cadernetas de poupança foi de R\$ 538,124 milhões em março, e no mês passado o saldo aumentou para R\$ 1,696 bilhão. Isso somado ao rendimento creditado no mês, de R\$ 1,593 bilhão, elevou o estoque total da poupança para R\$ 331,178 bilhões, com aumento de 1% no mês.

Do total, o maior volume de recursos (R\$ 262,305 bilhões, ou 79,20% do total) é registrado no Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), responsável pela tradicional caderneta de poupança. A poupança rural tem 20,79% do estoque, equivalentes a R\$ 68,869 bilhões. Restam ainda R\$ 3,540 milhões de resíduos vinculados a operações antigas.

Impostos

Arrecadação em abril é recorde para o período

A arrecadação de impostos e contribuições federais em abril foi de R\$ 70,906 bilhões, recorde para o mês, segundo informou a Receita Federal. O montante inclui os impostos e contribuições federais e as contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Na comparação com abril de 2009, houve aumento de 16,75%, valor já atualizado pela inflação.

Em relação a março de 2010, foi registrado aumento nominal de 19,34%, a elevação real foi de 18,66%. Em termos nominais (sem considerar a inflação) o crescimento foi de 22,89%. No ano, o total arrecadado chega a R\$ 256,889 bilhões, 18,11% a mais do que em igual período do ano passado. Se for ajustado pela inflação o crescimento é de 12,52%.

Levando em conta apenas impostos e contribuições federais (receita administrada), a arrecadação de abril totalizou R\$ 48,831 bilhões. Houve aumento real de 19,98% em relação a março e incremento real de 16,30% na comparação com abril de 2009.

As receitas previdenciárias, por sua vez, somaram R\$ 18,027 bilhões, com crescimento real de 2,77% contra março e expansão real de 9,87% na comparação com abril de 2009.

As demais receitas (recolhimentos extraordinários, como *royalties* de petróleo e outras arrecadações atípicas) ficaram em R\$ 4,047 bilhões, com alta real de 167,42% em relação ao mês antecedente (R\$ 1,513 bilhão). Em relação a abril de 2009, houve ampliação real de 73,03%.



Stock

Recursos

Investimento estrangeiro direto no país atinge R\$ 10,6 bilhões

Os investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil somaram R\$ 10,6 bilhões no primeiro trimestre deste ano, contra R\$ 9,8 bilhões no mesmo período de 2009, de acordo com dados divulgados em abril pelo Banco Central.

No mercado financeiro, os investidores estrangeiros injetaram R\$ 17,6 bilhões

nos três primeiros meses de 2010. No ano passado, quando os investimentos estrangeiros no país diminuíram por causa da crise, o trimestre registrou déficit de R\$ 2,04 bilhões.

O investimento total em ações no trimestre foi de R\$ 9,8 bilhões, enquanto outros R\$ 7,54 bilhões foram aplicados em renda fixa.

Trabalho

Desemprego alcança menor nível no mês desde 2002

A taxa de desemprego ficou em 7,3% em abril, o menor nível para o período desde o início da nova série da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), em março de 2002. Na comparação com abril do ano passado (8,9%), a taxa caiu 1,6 ponto percentual. Na comparação com março deste ano a queda foi de 0,3 ponto percentual. O desempenho de abril vale para o conjunto das seis regiões metropolitanas pesquisadas, e para cada uma delas separadamente.

Os dados foram divulgados em maio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e mostram que o contingente de desempregados em abril, de 1,7 milhão de pessoas, não oscilou em relação a março, mas recuou 16,4% na comparação com abril de 2009.

A população ocupada (empregada) em abril, de 21,8 milhões de trabalhadores, também ficou estável frente ao mês anterior, enquanto no confronto com abril do ano passado cresceu 4,3%, acrescentando mais 907

mil postos de trabalho ao mercado em um ano.

Comportamento semelhante ocorreu para o total de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (10,1 milhões de pessoas) em abril, que não variou na comparação mensal, porém aumentou 7,5% no confronto anual, com mais 704 mil postos de trabalho com carteira assinada.

O rendimento médio real habitual dos trabalhadores – R\$ 1.424,10 – ficou estável em abril na comparação com março. Entretanto, frente a abril do ano passado – R\$ 1.392,65 –, houve ganho de 2,3%.

Segundo o IBGE, a massa de rendimento real habitual dos empregados – R\$ 31,4 bilhões –, referente a abril, subiu 0,6% no mês e 6,6% no ano. A massa de rendimento real efetivo – R\$ 31,2 bilhões –, referente a março de 2010, aumentou 1,0% no mês e 7,3% no ano. O rendimento domiciliar *per capita*, de R\$ 930,59, registrou queda de 0,4% em relação a março e ganho de 2,4% na comparação com abril de 2009.

Balança comercial

Contas externas têm déficit recorde

O Brasil registrou déficit de R\$ 22,6 bilhões nas contas externas no primeiro trimestre deste ano, segundo dados divulgados no dia 22 de abril pelo Banco Central. Este é o pior primeiro trimestre desde 1947.

Em março, as transações em conta corrente ficaram negativas em R\$ 9,4 bilhões. O número é maior do que o registrado em fevereiro, R\$ 6,04 bilhões, e superior a março de 2009, de R\$ 2,9 bilhões.

A conta das transações correntes inclui o resultado da balança comercial, os gastos do Brasil com serviços fora do país, remessas de lucros e dividendos, além das transferências unilaterais. A balança comercial fechou com superávit de R\$ 1,241 bilhão no mês. No ano passado, o resultado da conta comercial havia ficado positivo em R\$ 3,26 bilhões.

Já a conta de serviços e rendas, que abrange os resultados das remessas de lucros e dividendos, viagens internacionais e outros, ficou negativa em R\$ 11,17 bilhões.

O déficit das contas externas já é quase metade do total registrado em todo o ano de 2009 (R\$ 45,175 bilhões). No primeiro trimestre do ano passado, o Brasil teve déficit de R\$ 9,16 bilhões.

Na última revisão para o fechamento deste ano, o Banco Central previu um rombo de R\$ 91 bilhões para as contas externas. O valor é superior aos R\$ 83,65 bilhões previstos para os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) em 2010.



Stock

Turismo

Gastos de brasileiros no exterior crescem 74%

Os gastos dos turistas brasileiros no exterior totalizaram R\$ 6,2 bilhões no primeiro trimestre do ano, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central, em abril. Com relação ao primeiro trimestre do ano passado, houve crescimento de 74,2%. Nos três primeiros meses de 2009, esse valor havia sido de R\$ 3,56 bilhões.

Já os gastos dos estrangeiros no Brasil fecharam o trimestre em R\$ 3,07 bilhões, contra R\$ 2,64 bilhões nos mesmos meses de 2009 - alta de 16,4%. Como os brasileiros gastaram mais em viagens ao exterior, o saldo no período foi deficitário em R\$ 3,13 bilhões.

ENTREVISTA

Stacy Murrieta/PCA



Celso Amorim

“Política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas”

Douglas Portari e João Cláudio Garcia — de Brasília

Reconhecida e elogiada por seus pares no exterior, quase sempre questionada e criticada dentro do próprio país. Essa tem sido a rotina da política internacional brasileira, que nos últimos meses permaneceu sob holofote constante. Mais que isso, a atuação política, comercial ou humanitária do Brasil no exterior não é mais assunto de salas fechadas. É discutida nas escolas, em bares, nas ruas.

Este maior interesse popular pelas questões externas é um reflexo da diretiva do atual governo e do comando do chanceler Celso Amorim, no serviço diplomático há 45 anos. Dono de uma agenda tão atribulada quanto a do próprio presidente da República, o embaixador concordou em conceder à revista **Desafios do Desenvolvimento** uma entrevista por correio eletrônico.

Desafios – Em um mundo que considera normal relações comerciais com governos de quaisquer matizes ideológicos, o Brasil não teria evitado críticas se admitisse antever interesses da Petrobras no Irã, assim como no mercado de enriquecimento de urânio, ao mesmo tempo em que se coloca como ator isento, empenhado em evitar um novo conflito no Oriente Médio?

Celso Amorim – O Irã é um grande país em desenvolvimento com o qual o Brasil tem uma importante – e crescente – relação política e comercial. É também um país-chave para a estabilidade do Oriente Médio e para a paz e segurança internacionais, o que é reconhecido por todos.

A principal questão envolvendo o programa nuclear iraniano é a falta de confiança entre Teerã e os países ocidentais. Enquanto o governo iraniano reclama seu direito legítimo de desenvolver um programa nuclear para fins pacíficos, uma parte da comunidade internacional desconfia que o programa tenha como finalidade a construção de bombas atômicas.

O cenário que se apresenta hoje preocupa o Brasil. A desestabilização do Irã é algo completamente indesejável. Trata-se de um país com grande população, com enorme influência na região, inclusive por ter um regime confessional islâmico. O endurecimento

de posições contra o Irã poderia representar uma séria ameaça para a paz.

Brasil e Turquia envidaram muitos esforços para elevar a confiança entre as partes. Por ocasião da visita do presidente Lula a Teerã, chegamos ao acordo que, a um só tempo, ofereceu elementos que permitem a criação de confiança no tratamento do programa nuclear iraniano e facultou ao Irã o acesso aos elementos combustíveis de origem nuclear de que o país necessita. Logramos que o Irã aceitasse as bases do acordo proposto, em outubro, pela AIEA [Agência Internacional de Energia Atômica] e pelas próprias potências ocidentais, e que o Irã havia recusado anteriormente.

Desafios – A última rodada de sanções ao Irã, aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU sem levar em conta esse acordo turco-brasileiro, configura uma derrota para a política externa do País?

Amorim – Nessa questão sensível que envolve o programa nuclear iraniano, o Brasil teve e tem os mesmos objetivos que os demais membros do Conselho de Segurança da ONU. Desejamos que as atividades nucleares desenvolvidas pelo Irã tenham finalidades exclusivamente pacíficas. A diferença está na avaliação

dos meios para a obtenção desse fim. O Brasil, bem como a Turquia, entendeu que as sanções não são a melhor resposta no momento. O governo brasileiro está convencido de que a solução da questão do programa nuclear iraniano só será possível por meio da negociação.

A demonstração de coerência com nossas convicções e com nossa iniciativa faz com que o Brasil seja respeitado e mantenha sua credibilidade como interlocutor de todas as partes. Os demais membros do Conselho de Segurança manifestaram, reiteradamente, apreço e mesmo gratidão pela iniciativa turco-brasileira. Não o fizeram por cortesia. Assim se expressaram porque reconhecem o valor e o peso relativo da atuação diplomática do Brasil e da Turquia na matéria.

Desafios – A viagem do presidente Lula ao Oriente Médio foi alvo de inúmeras críticas. Para além do debate ideologizado da mídia, é possível o Brasil se tornar um interlocutor em discussões de paz para a região?

Amorim – A viagem do presidente Lula ao Oriente Médio teve grande êxito. Representou um passo importante na trajetória de aproximação com os países daquela região. Tratou-se também da primeira

Perfil

Celso Amorim ocupa, desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o posto de ministro das Relações Exteriores. Ainda que mais longeva, esta não foi sua primeira experiência no cargo. Entre 1993 e 1994, no governo Itamar Franco, tornou-se titular da pasta de Relações Exteriores enquanto ocupava a Secretaria Geral do Itamaraty. Diplomata desde 1965, era embaixador do Brasil em

Londres quando recebeu o convite de Lula a retornar ao posto de ministro.

Foi professor de Língua Portuguesa no Instituto Rio Branco e de Ciências Políticas e Relações Internacionais na Universidade de Brasília (licenciado), e diretor-geral da Embrafilme, entre 1979 e 1982. Ocupou ainda inúmeros cargos na Organização das Nações Unidas, sendo o último deles o de representante permanente do Brasil, em

Genebra, junto à ONU e à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nascido em Santos (SP) e pai de quatro filhos, Amorim tem 68 anos. É pós-graduado em Relações Internacionais pela Academia Diplomática de Viena, na Áustria, e cursou doutorado na *London School of Economics and Political Science*, em Relações Internacionais e Teoria Política (sem entregar a dissertação).

visita de um chefe de Estado brasileiro a Israel, à Palestina e à Jordânia.

Desde o início, nosso governo tem-se dedicado à tarefa de estreitar os laços com os países do Oriente Médio. O presidente Lula já realizou quatro viagens à região. Organizamos, em Brasília, em 2005, a 1ª Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), que representou um esforço pioneiro de tornar mais próximas duas regiões do mundo em desenvolvimento. Aquela iniciativa pioneira gerou resultados importantes, inclusive o aumento do fluxo comercial entre árabes e sul-americanos.

O Brasil mantém diálogo amistoso e fluido com todos os países do Oriente Médio. Aliás, poucos são os países do mundo que dialogam no mesmo nível com palestinos, israelenses, egípcios, libaneses, sírios, sauditas. No momento, o Brasil está novamente ocupando assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. É natural que estejamos mais envolvidos com as questões globais.

O interesse brasileiro em contribuir para o processo de paz no Oriente Médio não é recente. Como reconhecimento de nossa disposição, o Brasil foi convidado a participar da Conferência de Annapolis, nos Estados Unidos, em 2007, sobre a questão palestina, junto com outros grandes países em desenvolvimento de fora da região. À margem da recente Cúpula do Fórum Ibas [em abril], em Brasília, os ministros das Relações Exteriores de Índia, Brasil e África do Sul receberam o chanceler palestino, Riad Al-Malki. Juntos, emitimos declaração histórica sobre o processo de paz, que apoia o estabelecimento do Estado palestino com as fronteiras pré-1967 e tendo Jerusalém Oriental como sua capital. O Brasil é hoje reconhecido como um interlocutor importante nas discussões de paz para o Oriente Médio.



“O cenário que se apresenta hoje preocupa o Brasil. A desestabilização do Irã é algo completamente indesejável”

Desafios – Quais são hoje as “linhas de força” da política externa brasileira?

Amorim – O governo do presidente Lula é fiel aos princípios históricos que orientam tradicionalmente a política externa brasileira: não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados, respeito às soberanias nacionais e ao direito internacional, defesa da autodeterminação dos povos, entre outros. Estes são princípios também consagrados na Constituição de 1988. Mas a política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas e da opinião pública. Os princípios são os mesmos, mas as prioridades e agendas podem mudar.

A política externa do governo do presidente Lula escolheu defender e avançar os interesses e valores brasileiros no

mundo sem se furtar a prestar solidariedade aos países mais necessitados. Acreditamos que uma política externa solidária é ao mesmo tempo humanista e atende aos interesses brasileiros na medida em que um país é mais bem percebido quando contribui para a estabilidade global e para a redução das assimetrias entre os países. Ao princípio da não-intervenção, agregamos a “não-indiferença” em relação a povos que atravessam situações de dificuldade, desde que essa solidariedade seja prestada pelos canais legítimos e com a aprovação do país beneficiário. A reforma da governança global é uma linha de força da atual política externa brasileira. Queremos contribuir para a construção de uma ordem internacional que seja mais justa, democrática e inclusiva para os países em desenvolvimento. A aproximação com outros países em desenvolvimento e a consequente universalização da nossa agenda externa são parte indissociável dessa estratégia. É nesse contexto que se insere o empenho

pela integração sul-americana, a principal prioridade do governo do presidente Lula na área internacional.

Desafios – Uma política internacional soberana e independente do eixo Estados Unidos-Europa encontrou mais resistência interna ou externa?

Amorim – Avançamos uma política externa autônoma dos Estados Unidos, da Europa, da China e de qualquer outro país. É claro que não ignoramos – nem poderíamos – o que acontece no resto do mundo. Mas a política externa brasileira é formulada a partir de uma perspectiva nacional.

Não creio que haja resistências internas quanto ao novo papel do Brasil no mundo, senão de um ou outro setor mais conservador da imprensa que preferiria que tivéssemos atrelado nosso destino aos interesses dos países ricos. Converso com as pessoas nas ruas e sinto que elas sentem orgulho da atitude desassomburada que o Brasil vem adotando no mundo.

Tampouco houve resistências externas consideráveis. O que testemunhamos hoje é o reconhecimento internacional de que a diplomacia brasileira está disposta a assumir um papel mais importante nas relações internacionais.

“Poucos são os países do mundo que dialogam no mesmo nível com palestinos, israelenses, egípcios, libaneses, sírios, sauditas”

Desafios – Recentemente, o ex-ministro Rubens Ricupero afirmou que o Brasil possui um “comportamento que não é coerente” em sua diplomacia. Como o senhor avalia essa crítica?

Amorim – Nossa política externa é perfeitamente coerente com a tradição diplomática brasileira. Não abrimos mão de nossos princípios históricos e constitucionais. O que pode haver – e de fato tem havido – é a

atribuição de maior ênfase a um conjunto de temas sobre outros. A integração sul-americana e a aproximação com outros países em desenvolvimento, por exemplo, são linhas de ação percebidas como prioritárias pelo nosso governo.

Nossa política externa é também coerente com as dimensões do Brasil. Nosso governo decidiu, desde o primeiro momento, assumir uma postura desassomburada nas relações internacionais. Procuramos fazer com que o Brasil ocupe o papel no mundo que cabe a um país de nossas dimensões, com a nossa cultura, com as nossas credenciais democráticas. O mundo mudou e o Brasil também. A política externa brasileira precisava acompanhar essas transformações.

Desafios – Em março, na ONU, o Brasil votou condenando violações aos direitos humanos na Coreia do Norte. A nossa postura com relação a Cuba, também cobrada pelas Nações Unidas no tema, não tem sido a mesma. Por quê?

Amorim – A diplomacia brasileira favorece iniciativas internacionais em matéria de direitos humanos que tenham real impacto sobre a vida das pessoas. A imparcialidade, a universalidade e a não-politização são os princípios que orientam nossa postura nessa matéria. Na visão brasileira, os direitos humanos são universais e sua aplicação não deve estar sujeita a conveniências políticas.

Em virtude da percepção de que a Comissão de Direitos Humanos aplicava condenações de forma seletiva e discriminatória em relação a Cuba, nossa posição era, tradicionalmente, de abstenção nas votações. Desde a substituição da Comissão pelo Conselho de Direitos Humanos, em junho de 2006, Cuba deixou de ser objeto de projetos de resolução, em função da atitude construtiva mantida pelas autoridades cubanas durante o processo negociador que levou à fundação do Conselho. O Conselho de Direitos Humanos significou uma evolução em relação ao seu antecessor, na medida em que sua atuação passou a dispensar

um tratamento universal à questão dos direitos humanos.

Desafios – Esse novo protagonismo do Brasil, como interlocutor nas questões mundiais, possui um ônus material e humano. O país tem condições de fazer frente a esse ônus?

Amorim – Ter uma ação externa global traz muitos benefícios para o país, que mais do que compensam os custos da maior projeção externa. Desde o início do governo, ampliamos a nossa rede de postos no exterior. Em 2002, havia 150 representações brasileiras no mundo. Hoje são 216. Criamos 35 novas embaixadas, 16 delas na África. Hoje temos representação permanente em todos os países da América Latina e Caribe. Criamos também quase 70 repartições consulares em todos os continentes, com o objetivo de atender aos interesses da crescente comunidade brasileira no exterior.

Ampliamos o quadro de funcionários do Itamaraty. Foram criadas 400 novas vagas para a carreira diplomática. Esse aumento fortalece a nossa atuação no exterior. É preciso que o aumento do número de postos no exterior seja acompanhado por um aumento proporcional dos funcionários. Mas é pouco. O México, por exemplo, dispõe do dobro do número de diplomatas que o Brasil, tendo uma população cerca de metade da população brasileira. Os Estados Unidos anunciaram, em 2009, um incremento nos quadros do Departamento de Estado semelhante ao brasileiro: 40%. Só que o número lá passou de 10.000 para 14.000. O Brasil conta com hoje com 1.400 diplomatas.

É necessário dar seguimento à política de fortalecimento do Itamaraty seguida pelo presidente Lula. Se o Brasil quiser que seus interesses estejam bem representados em um mundo crescentemente interdependente, é necessário estar bem equipado. Não basta sermos portadores das melhores mensagens: é necessário que tenhamos porta-vozes para transmiti-las.

Governança global

Desafios – O senhor acredita ser viável uma reforma da ONU que espelhe a nova correlação de forças no mundo, esse espraiamento de poder entre os emergentes, inclusive com mudança na composição do Conselho de Segurança?

Amorim – O fenômeno mais importante das relações internacionais do pós-Guerra Fria é a ascensão dos países em desenvolvimento e a consequente multipolarização da ordem internacional. Países como China, Índia e Brasil se tornaram imprescindíveis para a manutenção da estabilidade global – e também para sustentar o crescimento da economia mundial. Não sou só eu que digo: o historiador britânico Eric Hobsbawm, em recente entrevista, fez referência aos países do grupo BRIC como protagonistas desse movimento histórico.

A nova configuração de poder nas relações internacionais tem tornado a necessidade da reforma da ONU ainda mais urgente. O Conselho de Segurança tem-se mostrado incapaz de oferecer respostas adequadas às crises muito em função da perda de legitimidade e eficácia que decorrem de sua composição obsoleta. A reestruturação do órgão responsável pela paz e segurança internacionais se insere no contexto mais amplo da reforma da governança global, cuja necessidade ficou mais evidente desde a eclosão da crise financeira. Se a Organização não for reformada, os países recorrerão cada vez mais a outros mecanismos de coordenação internacional – formais ou informais – fora do sistema ONU.

A proposta do G4, formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, de criar novos

assentos permanentes decorre de uma avaliação das reformas necessárias para o fortalecimento da autoridade, legitimidade e eficácia do Conselho. Propostas de reforma demasiadamente tímidas, que contemplem apenas a expansão de membros não-permanentes, não seriam capazes de resolver os problemas do órgão e apenas levariam à permanência da debilidade institucional das Nações Unidas.

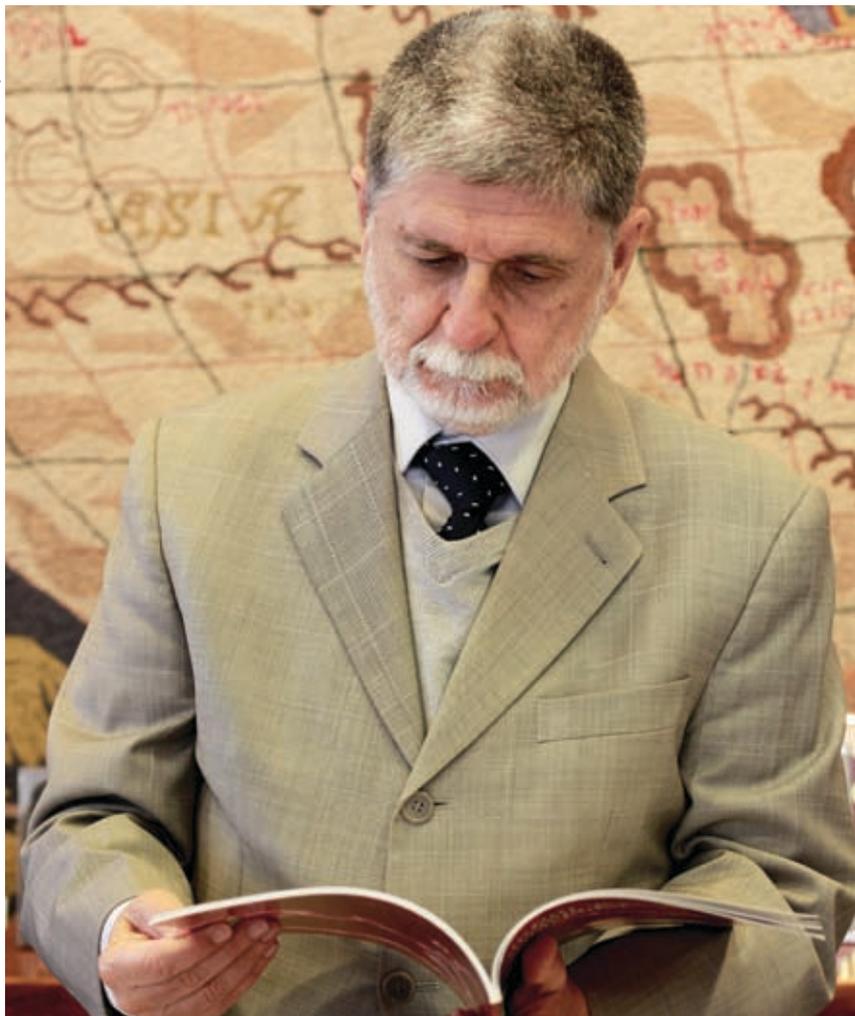
“Acreditamos que uma política externa solidária é ao mesmo tempo humanista e atende aos interesses brasileiros”

Desafios – O Brasil está disposto a aumentar sua presença em missões da ONU, com o preço político de perdas humanas inerentes a muitas dessas operações?

Amorim – O Brasil está hoje presente em nove missões de paz da ONU em todos os continentes, com 2.256 militares em campo. Como membro-fundador das Nações Unidas e uma tradição externa assentada na busca de solução pacífica para os conflitos, o Brasil está sempre disposto a prestar sua colaboração para o sistema de segurança coletiva, de que as operações de paz são uma importante e útil modalidade. De todo modo, está prevista na Estratégia Nacional de Defesa de 2008 a crescente participação das Forças Armadas brasileiras em operações de paz da ONU. A decisão de participar de uma operação dessa natureza envolve, entretanto, avaliação de circunstâncias políticas e estratégicas, bem como da disponibilidade de emprego de recursos militares.

Desafios – Dez países deverão pagar 83% dos gastos previstos na ONU com operações de paz em 2010. Qual a participação do Brasil?

Amorim – De acordo com os dados de 2010, os dez maiores contribuintes financeiros para operações de paz são Alemanha,



Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. A Rússia é o único membro permanente que não figura entre eles. A quota brasileira para o triênio 2010-2012 será de 0,3222% do orçamento para operações de paz, o que configura aproximadamente US\$ 25 milhões anuais. Dentre os países em desenvolvimento, o Brasil é o quarto maior contribuinte financeiro para operações de paz. Pretende, na medida de suas possibilidades, continuar a contribuir para esses esforços.

Desafios – Estamos hoje na “terceira geração” brasileira de operações de paz, do Batalhão Suez, no Egito, passando pela República Dominicana, Moçambique e Timor-Leste, até o Haiti. Que benefícios esta atuação traz ao país?

Amorim – O Brasil acumulou grande experiência com a participação nas operações de paz das Nações Unidas. Desde a época da Liga das Nações, o Brasil tem-se envolvido em esforços desse tipo. Os militares brasileiros já estiveram em 34 operações da ONU. No Haiti, temos tido a oportunidade de comandar o componente militar da operação desde 2004, a chamada Minustah (Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti). Não há precedentes na história da ONU de um país que tenha ficado tanto tempo à frente de uma mesma operação de paz.

“O mundo mudou e o Brasil também. A política externa brasileira precisava acompanhar essas transformações”

De modo geral, pode-se dizer que a participação em operações de paz favorece a imagem internacional do Brasil. Favorece a percepção de que o país está disposto a contribuir para a solução pacífica dos conflitos e, dessa forma, eleva as credenciais multilaterais brasileiras.

Há benefícios também para as nossas Forças Armadas. Os militares ganham experiência



Stacey Murrieta/PEA

em situações reais de conflitos. O perfil de atuação dos capacetes azuis é muito bem visto nos países, inclusive em razão do desempenho de ações humanitárias e cívico-sociais. O Brasil já conta com um centro de excelência de treinamento dos militares que participam de missões da ONU: o CIOpPaz, no Rio de Janeiro. O próprio Itamaraty passa a ter melhores condições de refletir sobre a dinâmica dos conflitos contemporâneos. O Brasil ocupa hoje um assento não-permanente no Conselho de Segurança da ONU. A seguida participação em operações de paz beneficia a atuação do Brasil no Conselho. Propiciou, por exemplo, uma melhor compreensão da íntima relação simbiótica entre as questões de desenvolvimento socioeconômico e a prevenção de conflitos. Essa doutrina brasileira de participação, que vincula a construção da paz à promoção do desenvolvimento, encontrou sua concretização prática na Minustah.

Desafios – Para além da Minustah, como o Brasil pretende auxiliar o Haiti no futuro?

Amorim – O compromisso do Brasil com o Haiti é de longo prazo. Nossa solidariedade já era sólida antes do terremoto; tornou-se ainda mais necessária depois da tragédia de 12 de janeiro. Os capacetes azuis brasileiros têm contribuído, ao longo desses mais de seis anos, para a estabilização política daquele país e também prestado um importante trabalho humanitário junto à população haitiana. Avaliamos que uma retirada precoce da Minustah poderia comprometer os avanços conquistados e os esforços de reconstrução do país.

As condições de segurança no Haiti decorrem diretamente da precária situação socioeconômica do país. Combater a pobreza, promovendo a justiça social, equivale a investir na estabilidade política e na paz. A atuação brasileira na Minustah procurou, desde o início, combinar as

atividades militares com ações cívico-sociais voltadas para a mitigação do sofrimento dos haitianos.

O governo brasileiro desenvolve também uma série de projetos de cooperação técnica voltados para a promoção do desenvolvimento no Haiti. São áreas prioritárias a segurança alimentar, treinamento profissional, saúde e infraestrutura. O Fundo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) mantém um projeto de cooperação Sul-Sul considerado exemplar pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): a unidade de reciclagem de resíduos sólidos, em Porto Príncipe, que gera emprego, contribui para a limpeza urbana e combate o desmatamento.

As perdas acarretadas pelo terremoto impuseram a necessidade de concentrar os esforços na reconstrução do Haiti. A Conferência de Doadores, realizada em Nova York, em março, foi importante para reiterar o engajamento da comunidade internacional na ajuda. O Brasil efetuou doação de US\$ 55 milhões naquela oportunidade – a maior contribuição dessa natureza jamais feita pelo nosso País –, o que revela que a nossa postura de não-indiferença em relação aos destinos do Haiti permanece firme.

Desafios – O fortalecimento de nossas Forças Armadas, necessário a essa nova posição mundial, poderia inaugurar uma corrida armamentista no continente?

Amorim – O Brasil está em paz com seus vizinhos há quase 150 anos. Creio que seja o único país com essas dimensões que não se envolve em um conflito armado com seus vizinhos há tanto tempo. O perfil de busca da paz de nossa política externa é amplamente reconhecido por todos os países da região, bem como nossa disposição de resolver as questões por meio da diplomacia, da cooperação, da integração e do direito internacional. Entre os grandes países, o Brasil talvez seja aquele que apresenta menor proporção de gastos militares – somente cerca de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto). O

fortalecimento de nossas forças armadas é uma necessidade para a proteção das nossas fronteiras e do nosso litoral – inclusive no que se refere às recentes descobertas dos campos do pré-sal.

“O Conselho de Segurança tem-se mostrado incapaz de oferecer respostas às crises em função da perda de legitimidade de sua composição obsoleta”

O Brasil procura coordenar-se em matéria de defesa e de segurança com nossos vizinhos sul-americanos. Entendemos que as ameaças comuns aos países da região precisam ser tratadas coletivamente. Por isso, apoiamos a criação do Conselho Sul-Americano de Defesa no âmbito da Unasul [União de Nações Sul-Americanas].

Integração sul-americana

Desafios – Novos blocos como a Unasul ou a CALC são respostas a antigos foros como a OEA? Podem trazer maior representatividade?

Amorim – A Unasul é um projeto inovador de integração regional, baseado na convergência de interesses e na consolidação de uma identidade própria dos países da América do Sul. Tem como base a aproximação concreta que vem ocorrendo entre os países da região, em vertentes como a energética, a de infraestrutura, a social e a econômica.

A Unasul tem demonstrado ser de grande utilidade para seus membros, que se reúnem em conselhos que cuidam de temas de interesse comum, como o de defesa, saúde, infraestrutura, combate às drogas, entre outros. A Unasul também se provou instrumental para a pacificação da crise política pela qual passou a Bolívia, em 2008, e para o debate sobre a instalação

das bases militares norte-americanas na Colômbia, no ano passado.

No final de 2008, o círculo da integração regional sul-americana foi ampliado para toda a América Latina e Caribe. A convite do presidente Lula, foram reunidos, na Costa do Sauipe, na Bahia, os chefes de Estado e de governo de todos os países latino-americanos e caribenhos. Foi nesta conferência – a CALC, como ficou conhecida – que todos os países da região encontraram-se, pela primeira vez, em dois séculos de história independente (para a maioria deles, já que alguns países só conquistaram a sua independência no século passado), tendo como base uma agenda própria, sem tutela ou ingerência externa. Não é um fato extraordinário – e mesmo surpreendente?

Na cúpula realizada em fevereiro de 2010, em Cancún, acordou-se que a CALC e o Grupo do Rio devem convergir gradualmente para constituir um novo organismo, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

A integração regional assume formas diversas, complementares entre si e que tendem à convergência gradual. O objetivo da CELAC não é isolar país algum ou tornar a OEA obsoleta. A OEA (Organização dos Estados Americanos) continuará a ser muito útil para facilitar o diálogo e a cooperação dos países latino-americanos e caribenhos com Estados Unidos e Canadá. Um sinal de reconhecimento, já que muitos precisam de um atestado dessa natureza, é que o presidente Obama convidou a Unasul para uma reunião à margem da Cúpula das Américas de Port of Spain, no ano passado.

Desafios – O Brasil é tido hoje como uma potência regional. Como tal, vamos assumir o papel de principal interlocutor em situações como as de Honduras, as relações Colômbia-Venezuela, ou as Malvinas?

Amorim – O Brasil entende que tem interesses e responsabilidades no mundo todo. Mas só se envolve em uma questão que não nos afeta diretamente quando é chamado para tal. A política externa brasileira tem como

princípios a não-intervenção nos assuntos internos de outro Estado e o respeito às soberanias nacionais. A esses princípios agregamos a noção de “não-indiferença”, que implica a prestação de solidariedade a países atravessando situações difíceis, sempre por meio de canais legítimos. A participação brasileira na convocação do Grupo de Amigos da Venezuela em 2003 e a decisão de comandar a operação de paz da ONU no Haiti são exemplos da não-indiferença da diplomacia brasileira.

No caso de Honduras, nossa postura inicial foi de veemente condenação ao golpe de Estado que derrubou o presidente Zelaya, em consonância às decisões da ONU e da OEA sobre a matéria. Só fomos envolvidos mais diretamente na questão quando o presidente constitucional do país apareceu em nossa embaixada em Tegucigalpa. Tenho a convicção de que a firmeza da posição brasileira contribuiu para que houvesse evolução no diálogo entre os golpistas e o presidente deposto e, portanto, para evitar um maior derramamento de sangue.

O Brasil favorece sempre o diálogo. O presidente Lula, com sua história de líder sindical, ajudou a tornar essa característica da diplomacia brasileira ainda mais pronunciada em seu governo. Portanto, quando as partes envolvidas em uma questão entendem que o Brasil pode facilitar o diálogo – em geral porque mantemos interlocução em alto nível com todos –, nós procuramos contribuir. Foi o que aconteceu, por exemplo, no acordo entre o Irã e a AIEA, para o qual o Brasil e a Turquia contribuíram.

Desafios – Estão marcadas para este ano as eleições indiretas do Parlamento do Mercosul. O que esperar com a efetivação desse foro?

Amorim – O parlamento constitui a forma mais bem acabada de representação política. Essa é uma realidade que se verifica também no contexto dos projetos de integração regional. O Parlamento do Mercosul, aprovado em dezembro de

2006 e em funcionamento desde 2007, pode e deve desempenhar esse papel de catalisar as decisões políticas necessárias ao aprofundamento da integração.

Não há parlamento que se sustente sem legitimidade. E a legitimidade decorre de o parlamento ser percebido como representativo. Os parlamentares do Mercosul entenderam essa importância ao aprovar, em abril de 2009, uma proposta de critérios de representação cidadã, que procura refletir a proporcionalidade das populações dos países, sem, contudo, alienar os membros menores do bloco. A proposta permitirá a eleição democrática de todos seus membros, mas não alterará, pelo menos por enquanto, a natureza consultiva do parlamento. Se aprovada até o final do ano, permitirá a realização de eleições diretas para candidatos brasileiros a parlamentar do Mercosul já a partir de 2012.

“Não podemos ser indiferentes aos problemas que afligem os países que nos cercam, mesmo que essa atitude represente um custo”

Desafios – O Mercosul ainda tem condições de se tornar área de livre comércio, quase 20 anos depois de sua criação?

Amorim – O Mercosul é uma área de livre comércio para a maior parcela das suas trocas. Excluindo os setores automotivo e açucareiro, que nunca propriamente fizeram parte do bloco, as restrições ao comércio intrazona não superam mais que 15% do intercâmbio comercial entre os sócios. É mais do que gostaríamos, mas é expressivo para qualquer processo de integração regional.

O Mercosul é muito mais do que uma área de livre comércio. Sua vocação é ser uma união aduaneira – um espaço econômico integrado com políticas comerciais e

econômicas harmonizadas. Mesmo que imperfeita, a união aduaneira é o que melhor atende aos interesses brasileiros, uma vez que confere acesso preferencial a nossas exportações de produtos de maior valor agregado nos mercados vizinhos. A América Latina e o Caribe em geral, e o Mercosul em particular, constituem o principal destino de nossas exportações industriais e de manufaturados.

O fortalecimento da união aduaneira e a progressiva consolidação da tarifa externa comum fortalecem o poder de barganha dos países em seu conjunto frente a parceiros externos. Isso impõe maiores desafios em termos de coordenação. Esse é o papel que se espera do Brasil na região.

Desafios – Como o senhor vê as críticas quanto às negociações com vizinhos como Bolívia e Paraguai, caso das revisões de contratos de gás e eletricidade?

Amorim – A prosperidade do Brasil depende, em certa medida, da prosperidade dos nossos vizinhos. Precisamos entender que vivemos em um conjunto e que não podemos ser indiferentes aos problemas que afligem os países que nos cercam, mesmo que essa atitude represente um custo. É do nosso interesse que a Bolívia, com quem partilhemos nossa maior fronteira, e o Paraguai, sócio da principal fonte de hidreletricidade do Brasil, possam também trilhar o caminho do desenvolvimento e da prosperidade. Nossa política tem sido a da solidariedade, sem nunca perder de vista os interesses brasileiros.

A nacionalização das refinarias na Bolívia não afetou as vendas de gás ao mercado brasileiro. Costumo dizer que o consumidor brasileiro não deixou de receber nem uma única molécula de gás. Não houve tampouco mudança no contrato de compra e venda de gás. Petrobras e YPFB [Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos] entabularam longas e intensas negociações que resultaram na assinatura de novos contratos de exploração dos

campos de gás operados pela empresa brasileira. E a Petrobras certamente não teria decidido permanecer na Bolívia sem que seus investimentos tivessem razoável rentabilidade econômica.

Temos uma relação muito complexa com o Paraguai, que é um dos países mais pobres da América do Sul. Há muitos brasileiros que vivem lá. As estimativas variam de 80 mil a 150 mil pessoas. É preciso compreender que Itaipu é uma das principais fontes de receita daquele país – os rendimentos recebidos em royalties, remuneração de capital, encargos de administração e cessão de energia representam cerca de 20% da receita fiscal paraguaia. Do ponto de vista brasileiro, o impacto do aumento da remuneração paga pela compra da energia paraguaia de Itaipu será mínimo. Já para o Paraguai representará acréscimo de quase 15% nas receitas fiscais. É inadmissível que um país que é sócio de uma das maiores hidrelétricas do mundo tenha problemas de suprimento de energia para a sua capital. Por isso, o Brasil vai ajudar a financiar, com os recursos do Fundo de Convergência Estrutural (Focem) do Mercosul, a construção da rede de transmissão de energia de Itaipu a Assunção.

Relações comerciais

Desafios – A que fatores o senhor credita a vitória na OMC, com a permissão para retaliação de cerca de R\$ 1,5 bilhão a produtos e serviços dos Estados Unidos?

Amorim – Com o resultado do contencioso do algodão, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da Organização Mundial do Comércio autorizou o Brasil a aplicar contramedidas contra os Estados Unidos que chegam a US\$ 829 milhões, com base nos dados de 2008, e que podem passar de US\$ 1 bilhão com os dados de 2009. Desse montante, o Brasil pode retaliar até US\$ 561 milhões somente em bens e o



restante poderá incluir medidas nas áreas de serviços e propriedade intelectual.

Essa vitória foi obtida após quase oito anos de litígio em que os subsídios norte-americanos ao algodão foram condenados de modo reiterado em quatro etapas. Todas as decisões reconheceram que os programas de subsídios não estavam de acordo com as normas da OMC e causavam grave prejuízo aos produtores de algodão brasileiros e de outros países. Nós demonstramos que tanto os subsídios à exportação como os programas de apoio doméstico favorecem artificialmente os agricultores norte-americanos e distorcem a competitividade do produto brasileiro – e de outros países – no mercado internacional.

O principal fator para nossa vitória foi a própria ilegalidade das medidas norte-americanas – e a insistência do governo norte-americano em não cumprir as recomendações aprovadas na OMC. A boa articulação do governo brasileiro com o setor privado contribuiu decisivamente, uma vez que permitiu uma boa preparação e coesão política durante todo o processo.

A retaliação não interessa a ninguém, mas foi a única maneira de fazer os Estados

Unidos se moverem. Só às vésperas da entrada em vigor da primeira parte das medidas de retaliação – ou seja, o aumento de certas tarifas a importação de produtos norte-americanos – é que o governo norte-americano apresentou propostas concretas para a mesa de negociação. O Brasil espera que a negociação seja bem sucedida e que as medidas distorcivas sejam corrigidas. Com isso, o contencioso terá beneficiado, além dos produtores brasileiros de algodão, demais produtores em países em desenvolvimento, em especial os dos países africanos cujas economias dependem do comércio desse produto (a exemplo dos integrantes do grupo Cotton-4: Benin, Burkina Fasso, Chade, Mali).

Desafios – Que impacto crê que a permissão para retaliação terá no status das relações comerciais não só com os Estados Unidos, mas também com a Europa?

Amorim – A retaliação é um instrumento legítimo. Se for aplicada pelo Brasil, fará com que os Estados Unidos cumpram as recomendações aprovadas pela OMC. Serve também para preservar a credibilidade do sistema de solução de controvérsias da OMC. A credibilidade do OSC inte-



ressa a todos os participantes do sistema multilateral de comércio, inclusive aos Estados Unidos, que são um dos mais importantes exportadores mundiais.

A decisão no contencioso do algodão tem importância histórica. Se for de fato cumprida, demonstrará que as regras do sistema funcionam também em benefício dos países em desenvolvimento. A agricultura é fundamental para esses países, de modo que a redução dos subsídios agrícolas seria de grande importância para suas economias. Demonstraria também que um país com apenas cerca de 1% das importações mundiais, como é o caso do Brasil, também pode ter seus direitos garantidos no sistema multilateral de comércio.

O Brasil, junto com outros países que formam o G20 da OMC, tem buscado avançar nas negociações da Rodada de Doha para chegar a um acordo que modifique as regras para o comércio de bens agrícolas. O resultado do contencioso do algodão fortalece a posição de que as políticas que causam distorções no mercado agrícola precisam ser modificadas. A vitória brasileira aponta para o fato de que as políticas de subsídios ilegais tenderão a ser reiteradamente condenadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias.

Como há distorções no comércio agrícola igualmente do lado da União Europeia,

a decisão no caso do algodão indica que a mesma via pode ser utilizada sempre que houver violações sérias das normas multilaterais. No caso dos subsídios europeus à exportação de açúcar, o Brasil já obteve vitória categórica na OMC em 2005, o que levou Bruxelas a alterar suas políticas. O mesmo efeito teve a vitória do Brasil no caso da classificação aduaneira de frango salgado e congelado, com a UE, também em 2005.

Desafios – Desde o início da década antevia-se a China como o maior parceiro comercial do Brasil. A crise de 2008/2009 acelerou esse processo. Como é vista, contudo, a posição brasileira, majoritariamente de fornecedor de commodities?

Amorim – O Brasil é um grande exportador de produtos baseados em recursos naturais – e, em função de nossas riquezas, dificilmente deixará de ser. Mas a economia brasileira é também muito diversificada, podendo contar com um sólido parque industrial e com um setor de serviços crescentemente sofisticado. Apenas 5% do Produto Interno Bruto brasileiro são oriundos do setor agrícola. Nossa preocupação não deve ser com o fato de exportarmos commodities, mas com a forma como essa exportação repercute na economia brasileira.

Quando falamos em commodities, não estamos nos referindo somente a produtos

em natura. Há muito valor agregado: genética de sementes, produtos agroquímicos, tecnologias de extração de minérios, serviços ambientais, máquinas agrícolas, logística, serviços de informação de mercado, serviços financeiros. A questão, portanto, é saber se o Brasil está se beneficiando em todas essas atividades, se há uma articulação entre essa demanda externa e o desenvolvimento econômico e social aqui.

A Ásia passou de exportadora líquida de alimentos e de matérias-primas a importadora desses bens. As indicações são de que esse processo vai se aprofundar. As populações em muitos países em desenvolvimento estão, felizmente, acedendo a melhores condições de vida. Passam, naturalmente, a consumir alimentos em maior quantidade e mais diversificados. Os mercados desenvolvidos também sofisticam as exigências de qualidade. A tendência é, portanto, de que continue a haver uma demanda forte por produtos baseados em recursos naturais. O governo brasileiro tem trabalhado, nos fronts interno e externo, para que o País possa tirar o melhor benefício disso.

“A retaliação não interessa a ninguém, mas foi a única maneira de fazer os Estados Unidos se moverem”

Diversificar as exportações e procurar exportar também produtos mais elaborados é sempre um objetivo a ser perseguido. Reconhecemos que as exportações para a China, por exemplo, estão muito concentradas em soja e minério de ferro. É preciso que governo e setor privado desenvolvam um esforço conjunto, consistente e de médio prazo para mudar esse quadro.

Desafios – A Nigéria, em 2009, foi nosso 11º parceiro comercial, com quase US\$ 6 bilhões de trocas (valor similar ao da China em 2003). Somadas as outras nações africanas, o continente é nosso quarto parceiro comercial. Temos laços históricos e

culturais, sem contar os países de língua portuguesa. Dentro da perspectiva Sul-Sul, a África é hoje a nova fronteira?

Amorim – A aproximação com a África foi e é uma prioridade do governo do presidente Lula desde o primeiro momento. Tem fundamento nos laços históricos, culturais e demográficos que unem o Brasil ao continente africano. O Brasil é o maior país negro fora da África. Não é necessário nenhum grande esforço de resgate para constatar essa profunda ligação: viajar, por exemplo, pelo Benim ou pelo Togo é também viajar pelo Brasil.

O presidente Lula já realizou dez visitas ao continente africano desde o início do governo, tendo estado em mais de 20 países. Em julho, realizará novo périplo à África, passando por cinco países. Como reconhecimento, foi o convidado de honra da 13ª Cúpula da União Africana realizada na Líbia em 2009. Nossa disposição de tornar Brasil e África mais próximos é de longo prazo: abrimos – ou reabrimos conforme o caso – 16 embaixadas no continente desde o início do governo. O Brasil conta, hoje, com representação permanente em 35 dos 53 países do continente, além de dois consulados.

Há resultados altamente positivos em todos os setores do relacionamento entre o Brasil e os países africanos. No comércio, o crescimento é mais facilmente verificável: de 2002 a 2008, nossas trocas comerciais mais que quintuplicaram (de US\$ 5 bilhões para US\$ 26 bilhões, aproximadamente). Em 2009, esta cifra caiu um pouco em função da crise financeira, mas este ano já registra uma retomada do crescimento. Há, evidentemente, potencial para mais. Podemos ampliar o fluxo de comércio, investimentos e pessoas. É necessário um esforço, inclusive do empresariado nacional, para melhorar a infraestrutura de conexão e comunicação com a África.

Existem interesses concretos, seja de natureza política, seja de ordem econômica, que fundamentam essa mobilização diplomática

do Brasil em direção à África. Mas nos anima também um sentido de solidariedade. Há resultados muito expressivos, por exemplo, em matéria de cooperação técnica. O continente recebe hoje cerca de 60% dos recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Itamaraty. Há 50 projetos na área de segurança alimentar em 18 países africanos. Realizamos em maio, em Brasília, uma reunião do Diálogo Brasil-África. O escritório da Embrapa em Gana; a fábrica de medicamentos antirretrovirais da Fiocruz em Moçambique; a fazenda-modelo de algodão no Mali; o centro experimental de produção de arroz no Senegal são exemplos concretos desse grande esforço de colaboração brasileira com a promoção do desenvolvimento africano.

Retrospecto

Desafios – Artigo no site da revista norte-americana Foreign Policy de outubro passado chama o senhor de “o melhor ministro de relações exteriores do mundo”. O senhor se considera um dos responsáveis pela imagem que o Brasil ostenta lá fora?

Amorim – A boa imagem que o Brasil desfruta no exterior é resultado de um longo processo histórico. Tem a ver com a tradição pacífica de nossa ação externa, com a qualidade do nosso serviço diplomático – um dos mais profissionais e reconhecidos do mundo –, com nossas credenciais democráticas e também com a retomada do crescimento econômico, com a redistribuição de renda, com o avanço dos indicadores sociais e com o carisma do presidente Lula, que se transformou em um dos grandes líderes mundiais dos nossos tempos. A execução da política externa pelo Itamaraty teve um papel importante também, mas as orientações e o envolvimento do presidente da República com os temas internacionais é que inspiram e embasam a atuação da diplomacia brasileira.

Desafios – Em retrospecto, que saldo o senhor considera ter após quase oito anos como chanceler? Qual seu maior erro e seu maior acerto?

Amorim – O governo do presidente Lula contribuiu decisivamente para a elevação do perfil do Brasil nas relações internacionais. Isso foi feito por meio de uma política externa autônoma, solidária, universal, sem preconceitos e com forte compromisso multilateral.

“De 2002 a 2008, nossas trocas comerciais [com a África] mais que quintuplicaram (de US\$ 5 bilhões para US\$ 26 bilhões, aproximadamente)”

Contribuímos também para a aproximação entre os países em desenvolvimento, em iniciativas como as Cúpulas América do Sul–Países Árabes (ASPA) e América do Sul–África (ASA). Tivemos um papel muito importante no avanço da integração sul-americana (Unasul) e latino-americana e caribenha. Arrisco dizer que o Brasil ajudou a ampliar a discussão global sobre a necessidade de democratizar as instituições internacionais.

O maior acerto foi apostar que o Brasil não poderia ter uma postura meramente reativa no mundo. Precisávamos trabalhar para ajudar a transformar a realidade internacional. Escolhemos colocar em marcha uma política externa não somente “ativa e altiva”, mas também “criativa”. Foi o que fizemos capitaneando ou apoiando uma série de iniciativas transformadoras, como o G20 da OMC, o Fórum Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), o BRIC ou a Unasul.

Deixo aos historiadores uma avaliação do legado que ficará desse período em que, a meu juízo, vivemos uma importante mudança do peso e da capacidade de atuação do Brasil no mundo. 

Colaboraram **Adelina Lapa**, **Fernanda Carneiro** e **Fernanda Góes**

Perspectivas do Desenvolvimento: a volta do planejamento ao centro da discussão



Simone Biehler Mateos – de São Paulo



Estudos envolveram 50 instituições para retomar o tema do planejamento, unindo crescimento com justiça social, equidade, sustentabilidade e consolidação da democracia

Até meados do segundo semestre o Ipea deve concluir a publicação de uma série de dez livros – totalizando mais de 9.000 páginas – que materializam a mais ambiciosa empreitada da instituição nos últimos 20 anos.

Iniciado há dois anos, o projeto Perspectivas do Desenvolvimento envolveu mais de 230 pesquisadores – metade do Ipea e metade de 50 instituições como universidades, centros de pesquisa, órgãos de governo e agências internacionais – numa maratona de seminários, debates e produção de estudos que tiveram por objetivo recolocar no centro do debate nacional a questão da necessidade de se planejar o desenvolvimento.

O resultado foi um painel extremamente amplo, retratado em dez livros que analisam os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento, entendido não só como crescimento econômico, mas como a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática. Nessa perspectiva, o conjunto de livros engloba desde uma análise crítica da experiência recente de vários países que tiveram crescimento acelerado – já publicado – até a discussão da política macroeconômica necessária para o Brasil crescer com pleno emprego, reduzindo suas desigualdades regionais e sociais. Divididos em 16 volumes, os dez livros incluem ainda uma análise detalhada dos gargalos de infraestrutura

econômica, social e urbana, da sustentabilidade ambiental; discutem caminhos para a inserção internacional soberana do país, a necessidade de fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia, e também temas relacionados à construção de uma estrutura produtiva e tecnológica regionalmente integrada, sistemas de proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades.

“Trata-se da principal radiografia que o Brasil tem hoje: um diagnóstico e um diálogo com o futuro que busca retomar a visão totalizante do desenvolvimento, discutindo inclusive sua ética”, resume o presidente do **Ipea**, Márcio Pochmann.

“Como órgão de pesquisa do Estado não vinculado a nenhuma área específica, o Ipea tem o dever de olhar as políticas públicas e analisar o desenvolvimento do país numa perspectiva ampla e não só para apresentar diagnósticos, como para formular propostas concretas capazes de subsidiar as decisões governamentais”

José Celso Cardoso Júnior,
coordenador do projeto

10
livros

divididos em 16 volumes analisam os principais aspectos relacionados ao desenvolvimento

O coordenador do projeto, José Celso Cardoso Júnior, destaca que a iniciativa recoloca o **Ipea** em sua missão essencial: “Como órgão de pesquisa do Estado não vinculado a nenhuma área específica, o **Ipea** tem o dever de olhar as políticas públicas e analisar o desenvolvimento do país numa perspectiva ampla e não só para apresentar diagnósticos, como para formular propostas concretas capazes de subsidiar as decisões governamentais”. Ele considera que isso é especialmente importante nesse momento em que o país entra em um novo ciclo de desenvolvimento, após um contexto mundial de crise econômica.

“A crise evidenciou que o projeto neoliberal de Estado mínimo resultou em aumento da incerteza econômica e das desigualdades, com enfraquecimento dos mecanismos democráticos. É o momento de o Brasil refletir sobre a sociedade que quer construir e as políticas públicas necessárias para isso. O **Ipea**

simplesmente reassumiu sua responsabilidade histórica nisso”, conclui Cardoso.

A opinião é compartilhada pelo cientista político Gabriel Cohn, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) que participou do projeto: “Com essa iniciativa, o **Ipea** retoma a visão de grande escala do desenvolvimento deixada de lado por nossos estudos setoriais voltados apenas a remediar problemas; retoma a dimensão histórica na reflexão sobre a sociedade e a grande tradição de pensar desenvolvimento como um processo complexo com dimensões que se articulam. Isso é um subsídio essencial para um Estado que tem o dever de voltar a planejar, formular políticas articuladas e com visão de longo prazo para a construção do desenvolvimento, entendido não só como crescimento, mas como aprofundamento da democracia”.

O ambicioso projeto começou em 2008, a partir de um amplo debate interno sobre o papel da instituição. O primeiro passo foi fazer o diagnóstico interno, que constatou a séria desconexão entre o instituto, o governo e os grandes temas e desafios em pauta no país. A análise crítica dos estudos produzidos mostrou que estes estavam desarticulados e excessivamente especializados em temas pontuais, como estabilização monetária, inovação e competitividade, pobreza, impostos, ou o impacto de alguns programas sociais. Eram trabalhos muito mais referenciados e referendados pela academia e pelas áreas de interesse dos autores, do que por qualquer instância executiva.

“Por mais que muitos estudos fossem de excelente qualidade, simplesmente não eram utilizados pelo governo porque não havia uma



Wilton Ajmórf

Brasil, Campo de Jubarte – ES. Plataforma P-34 da Petrobras, no litoral do Espírito Santo, marcou o início da extração do óleo da camada do pré-sal, localizada abaixo do leito marinho

agenda que focasse o trabalho no que era realmente relevante para o país, num esforço para se construir uma visão global estratégica do seu desenvolvimento”, explica Cardoso.

Para superar essa situação, o primeiro passo foi reunir as várias diretorias do Ipea para a discussão coletiva de quais seriam as dimensões estruturantes fundamentais para o desenvolvimento brasileiro, para nelas o instituto concentrar seu trabalho. O documento preliminar produzido foi discutido durante três meses por mais de 200 servidores internos, dos mais variados perfis. Conduzido por moderadores externos, o processo resultou no planejamento estratégico que estabeleceu sete eixos sobre os quais a instituição deveria centrar seus estudos: 1. Inserção internacional soberana; 2. Infraestrutura econômica, social e urbana; 3. Proteção social, direitos e geração de oportunidades; 4. Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia; 5. Sustentabilidade ambiental; 6. Estruturas produtivas e tecnológicas avançadas e regionalmente articuladas; e 7. Macroeconomia para o pleno emprego. Revista, site e ouvidoria foram revitalizados para dar eco a essas discussões.

120
novos técnicos

em planejamento foram contratados a partir de um concurso público

A proposta era formular análises e estratégias de desenvolvimento nacional que contemplassem todos esses temas e que fossem construídas por meio do diálogo com o leque mais amplo

“Trata-se da principal radiografia que o Brasil tem hoje: um diagnóstico e um diálogo com o futuro que busca retomar a visão totalizante do desenvolvimento, discutindo inclusive sua ética”

Márcio Pochmann,
presidente do Ipea

possível de atores sociais. Isso exigia reconectar o Ipea com o governo, a academia, assim como com interlocutores de movimentos sociais e organizações não governamentais. “O instituto precisava pensar desenvolvimento a partir da nova complexidade da sociedade brasileira, ouvindo as demandas de negros, mulheres, quilombolas, ribeirinhos, e refletindo sobre o significado das novas formas de participação popular – os conselhos municipais, estaduais e nacionais de educação, saúde, justiça, o orçamento participativo, a descentralização da gestão de recursos”, explica José Carlos dos Santos, assessor da presidência do instituto. O objetivo era tornar a instituição indutora da formulação e da gestão pública do conhecimento sobre desenvolvimento, ampliando, inclusive, sua participação no debate internacional sobre o tema.

SANGUE NOVO E HETEROGÊNEO Entretanto, era preciso preparar o instituto para retomar seu papel original. Os novos desafios exigiram uma ampla reestruturação. Para dar conta da amplitude de temas propostos, o Ipea criou novas diretorias e contratou 120 novos técnicos em planejamento a partir de um concurso público bem diferente de todos os anteriores:

Imagem do Pochmann

desenhado para privilegiar profissionais que combinassem experiência em pesquisa com vivência profissional em alguma das áreas dos sete eixos. Realizado pela primeira vez em 11 capitais, o concurso trouxe para o instituto uma geração nova de pesquisadores provenientes de todas as regiões do país, com os mais diversificados perfis, incluindo cientistas políticos e sociais, biólogos e químicos com experiência na área ambiental, dois terços deles com doutorado, e muitos com experiência internacional ou histórico de militância em movimentos sociais.

O primeiro passo foi reunir as várias diretorias do Ipea para a discussão coletiva de quais seriam as dimensões estruturantes fundamentais para o desenvolvimento brasileiro, para nelas o instituto concentrar seu trabalho

“Pela primeira vez, o Ipea passou a contar com gente proveniente de todas as regiões do país e capacitada para trabalhar as interfaces entre desenvolvimento e questões

como sustentabilidade ambiental, Estado e instituições, ou soberania internacional... Foi um esforço deliberado para tornar esse órgão estatal de pesquisa capaz de analisar criticamente a atuação do Estado em todas as áreas”, explica Cardoso.

Com a reestruturação, o instituto, que nunca deixou de fazer o acompanhamento e avaliação das políticas públicas na área social, capacitou-se para estender esse trabalho de análise sistemática a todas as áreas das ações federais, incluindo política externa, ambiental e macroeconômica, esta última vista agora globalmente, a partir da perspectiva de quem busca não só crescimento como o pleno emprego.

20 personalidades

externas ao instituto, representativas das
mais diversas correntes, formaram o
Conselho de Orientação

O ambicioso projeto, entretanto, se dispôs a ir além da análise do passado e do acompanhamento presente das políticas públicas e organizou amplos projetos de estudo para analisar em profundidade os vários aspectos das sete dimensões avaliadas como essenciais para o desenvolvimento do Brasil. O instituto criou vários grupos de estudo para tratar de cada uma dessas sete dimensões, vários destes com colaboradores externos.

Para trazer gente de fora para este debate, simultaneamente à sua reestruturação, o Ipea lançou-se ao diálogo externo promovendo, ao longo de 2008, um ciclo de seminários

com especialistas de diferentes áreas, que resultou num heterogêneo painel de reflexões publicadas sob o título *Diálogos para o Desenvolvimento*. Foi criado também um Conselho de Orientação, formado por 20 personalidades externas ao instituto, representativas das mais diversas correntes. “O critério foi buscar o pensamento de fronteira de todos os matizes, gente capaz de analisar os últimos 20 anos do Brasil e propor trajetórias que possibilitem transformá-lo num país desenvolvido nos próximos 15 anos”, resume Santos. O espectro de conselheiros vai de Delfim Neto a Maria da Conceição Tavares, passando por Luiz Carlos Bresser Pereira, Luiz Gonzaga Belluzzo, Carlos Lessa, Rubens Ricupero e Walter Barelli, entre outros.

As contribuições do conselho se materializaram no livro *Desafios do Desenvolvimento Brasileiro*, que dedica ao menos um artigo a cada um dos sete eixos. O livro, publicado em 2009, e os seminários, foram o pontapé inicial do amplo debate aberto pelo Ipea, que envolveu, nos últimos dois anos, cerca de 230 pesquisadores de mais de 20 universidades, uma dezena de institutos de pesquisa – como o Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e o Dieese (Departamento

Imagem de Gabriel Cohn

Gabriel Cohn, cientista político e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP)

Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) –, organizações não governamentais como o Instituto Polis, além da parceria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

“O critério foi buscar o pensamento de fronteira de todos os matizes, gente capaz de analisar os últimos 20 anos do Brasil e propor trajetórias que possibilitem transformá-lo num país desenvolvido nos próximos 15 anos”

José Carlos dos Santos,
assessor da presidência do Ipea

Para se reconectar com os pesquisadores que se dedicam a pensar o desenvolvimento no Brasil e no mundo, o Ipea firmou mais de uma centena de acordos de cooperação com órgãos do governo, universidades e centros de pesquisa, três deles do exterior. Além disso, ampliou sua capacidade de captar e interagir com a diversidade nacional e com centros internacionais que também discutem novas perspectivas de desenvolvimento, ao abrir um escritório em João Pessoa e outro em Belém. Em breve, o instituto pretende abrir seus dois primeiros escritórios no exterior: um na África e outro na América Latina.

Os debates produziram subsídios fundamentais para os sete grupos de pesquisa criados para estudar cada um dos sete eixos do desenvolvimento. Os dez volumes, que devem ser lançados até meados do segundo semestre, representam a culminação desse esforço de retomada da reflexão. As quase 9 mil páginas que compõem o conjunto desses trabalhos trazem não só o balanço e análises críticas das políticas públicas implementadas

As quase 9 mil páginas que compõem o conjunto desses trabalhos trazem não só o balanço e análises críticas das políticas públicas implementadas no passado e no presente, como proposições concretas de novas políticas e, em alguns casos, até de novos arranjos institucionais para viabilizá-las

no passado e no presente, como proposições concretas de novas políticas e, em alguns casos, até de novos arranjos institucionais para viabilizá-las.

É o caso do estudo *Macroeconomia para o Pleno Emprego*, quarto livro do projeto, ainda no prelo, que inclui até uma proposta de mudança da arquitetura institucional para viabilizar um novo modelo de regulação concebido para impulsionar crescimento com geração de emprego. O modelo proposto prevê, entre outras coisas, mecanismos de estímulo às exportações de maior valor agregado, finanças a serviço da acumulação de capital produtivo, com metas de crescimento, geração de empregos

e estabilidade, além de um Banco Central com autonomia em relação aos mercados financeiros, e compatível com uma estratégia nacional de desenvolvimento.

“Evidentemente que este não é um plano final, mas um conjunto de conclusões preliminares, um trabalho plural que servirá para aprofundar a discussão no país sobre os rumos do desenvolvimento. Queremos planejar ouvindo os saberes da sociedade organizada, não só a academia, como também os empresários e os movimentos populares”, destaca Pochmann, lembrando que para isso já foram planejadas novas rodadas de seminários para o segundo semestre para discutir as análises contidas nos livros.

Divulgação



Legenda

Cursos de vários níveis para qualificar o debate

O objetivo é capacitar técnicos para planejar o desenvolvimento em todas as áreas e preparar jornalistas e militantes de movimentos sociais para participar do debate

Com o objetivo de qualificar o debate sobre desenvolvimento no país e envolver o leque mais amplo possível de setores sociais, o **Ipea** vem promovendo, além dos seminários, uma série de cursos, com diferentes perfis e níveis de profundidade, que têm como público alvo desde técnicos internos da própria instituição e funcionários de todas as áreas, órgãos e agências do governo, até militantes de movimentos sociais.

Para o quadro interno do governo, o instituto criou em Brasília dois cursos sobre Desenvolvimento e Políticas Públicas, ambos em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que há anos foca todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nessa área. O primeiro é um curso de aperfeiçoamento, com 180 horas ministradas em menos de dois meses. O outro é um mestrado profissionalizante com duração de 1 ano e meio e 1.440 horas, desenvolvido em parceria com a parceria da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). Ambos os cursos incluem desde fundamentos da teoria do desenvolvimento até

módulos de capacitação em metodologia para elaboração e análise de políticas públicas.

Quarenta alunos de quase 20 órgãos públicos – de ministérios à Controladoria-Geral da União – já passaram pelo aperfeiçoamento. Uma nova turma começa e dezenas de pessoas indicadas por órgãos federais e ministérios estão em lista de espera. O mestrado, com 35 vagas, deve formar sua primeira turma em novembro e já em agosto lança edital para uma nova turma.

Para o quadro interno do governo, o instituto criou em Brasília dois cursos sobre Desenvolvimento e Políticas Públicas, ambos em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que há anos foca todas as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nessa área

35
vagas

são ofertadas na turma de mestrado que tem duração de 1 ano e meio

Para os técnicos do **Ipea** está sendo estruturado um programa de capacitação permanente em temas relacionados ao desenvolvimento e políticas públicas e em metodologias para a avaliação e acompanhamento dessas políticas. Com duração de quatro meses, o primeiro deve começar este ano e a idéia é que todos os técnicos do instituto passem pelo curso uma vez a cada quatro anos, aproximadamente, para garantir sua atualização permanente nas mais modernas metodologias de pesquisa. O êxito das iniciativas já motivou a ideia de fazer convênios para levá-las para alguns países da África.

A democracia é pilar indispensável do desenvolvimento

Os programas desenvolvimentistas implementados no país no passado produziram crescimento com concentração de renda porque foram concebidos por arranjos políticos institucionais que representavam apenas a elite da sociedade. Para compatibilizar desenvolvimento com justiça social é preciso que este seja planejado com a mais ampla participação de todos os setores da sociedade, por meio da consolidação das instituições democráticas e com a ampliação de sua capilaridade. Esta é uma idéia que permeia alguns dos estudos que compõem o livro 9 da série *Perspectivas do Desenvolvimento: Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia*. O livro, composto por três tomos que somam 50 capítulos, representa talvez o aspecto mais novo da retomada das discussões sobre desenvolvimento no país: a inclusão de democracia como seu pilar fundamental.

“O caráter excludente das grandes políticas desenvolvimentistas que o Brasil já teve está relacionado ao fato de terem sido desenhadas por círculos muito restritos de atores políticos vinculados ao Executivo”, afirma Maria Rita Loureiro, socióloga professora da Faculdade de Economia (FEA) da Universidade de São Paulo (USP) e da



Stock

Fundação Getúlio Vargas (FGV), autora de dois dos capítulos do livro.

Segundo ela, quem legisla no Brasil é o executivo porque controla o orçamento: “Dessa forma, as políticas públicas no país não são projetos de partido e sim de burocratas, o que é péssimo para a democracia, porque partidos sem capacidade de formular projetos se transformam em aglomerados eleitoreiros

sem responsabilidade por um projeto de Nação”. Para a construção desse projeto de Nação, a socióloga, especializada em economia e políticas públicas, considera essencial a atual iniciativa do **Ipea** sobretudo “porque a discussão sobre desenvolvimento está sendo retomada não só sob o prisma econômico, mas buscando-se articular crescimento com a necessidade de se fortalecer a democracia”.

De forma quase complementar, um dos capítulos escritos por Rachel Meneghello, cientista política e professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), analisa como os programas de redistribuição de renda têm o efeito de ampliar de forma expressiva a adesão das pessoas à democracia, criando um círculo virtuoso favorável ao desenvolvimento. Do ponto de vista econômico, o oitavo livro da série, *Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades*, analisa como o gasto social impulsiona a economia e se autofinancia em 56%

“Porque a discussão sobre desenvolvimento está sendo retomada não só sob o prisma econômico, mas buscando-se articular crescimento com a necessidade de se fortalecer a democracia”

Maria Rita Loureiro,
socióloga professora da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

“A imprensa é essencial para a democracia porque coloca temas na agenda política”

Francisco Fonseca,
historiador e cientista político

Já o historiador e cientista político Francisco Fonseca, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da FGV, se debruça sobre o papel da mídia na consolidação da

democracia no País: “A imprensa é essencial para a democracia porque coloca temas na agenda política. No Brasil, entretanto, não vem cumprindo seu papel de dar voz aos diferentes setores e interesses sociais porque há um oligopólio no qual os interesses convergem. Daí a adesão acrítica à privatização, que simplesmente omitiu todas as dúvidas e suspeitas levantadas ao longo do processo, a criminalização das greves e dos movimentos sociais ou mesmo a forma

tendenciosa com que os jornais noticiaram a recente reestruturação do Ipea, como uma caça às bruxas”.

Para além da crítica, Fonseca sugere medidas concretas já adotadas em outros países para garantir o pluralismo da imprensa. Entre elas menciona o estabelecimento de uma legislação e de crédito público para facilitar as TVs e rádios comunitárias, regionais e locais, além de medidas de combate o monopólio cruzado dos meios de comunicação.

Livros Eixos do Desenvolvimento

Parte do projeto Perspectivas do Desenvolvimento se materializa na produção de dez livros:

LIVRO 1: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

Lançado em 2009, o primeiro livro da coleção traz dez capítulos, com ao menos um dedicado a cada uma das grandes dimensões consideradas estruturantes do desenvolvimento brasileiro. São abordadas questões como: a soberania internacional, tratada por um autor com experiência nas negociações internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI); estratégias de geração de emprego, destacando a necessidade de o país adotar superar sua dependência da exportação de *commodities* e aproveitar os investimentos e os potenciais dos mercados para a geração de emprego qualificado.

O mesmo volume traz também um diagnóstico da infraestrutura de transporte e das matrizes energéticas do Brasil, analisando as escolhas e desdobramentos das políticas do passado e a necessidade de se adotar um planejamento estratégico



Parauapebas, PA: complexo da Mina de Minério de Ferro de Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

de longo prazo para essas áreas. A questão ambiental é analisada com foco na fragilidade do Estado na gestão dos conflitos ambientais, e também sob o aspecto das oportunidades que existem para investimentos em biotecnologias.

Os três últimos capítulos analisam as relações entre Estado, instituições e democracia.

A partir de uma avaliação sobre o caráter conjuntural das políticas de desenvolvimento, que resultaram em concentração de renda, conclui-se que o aumento da capacidade de ação e eficiência do Estado brasileiro para implementar políticas eficazes de desenvolvimento depende de investimentos massivos em pessoal, instalações e equipamentos.

LIVRO 2: TRAJETÓRIAS RECENTES DE DESENVOLVIMENTO

Também já publicado, este volume analisa a evolução recente do contexto internacional e as experiências de dez países representativos de distintas estratégias de desenvolvimento, que tiveram crescimento acelerado nas últimas décadas. São abordados os diferentes modelos adotados por esses países, como a estratégia baseada em elevados gastos militares, nos Estados Unidos, ou o arranjo político que permitiu à Alemanha promover pesados investimentos industriais e a expansão de suas empresas para a Europa e o Leste europeu, por meio de exportações e investimento direto.

As estratégias de países como Finlândia e Espanha também são avaliadas. Já os países em desenvolvimento são divididos em dois grupos: as economias que aderiram aos princípios dos mercados globalizados, que viam na livre movimentação de capitais e na diminuição do papel do Estado na economia o melhor caminho para chegar ao desenvolvimento; e os países que não prescindiram de um projeto próprio apoiado pelo Estado para atingir essa meta. A obra faz uma análise dos resultados obtidos em cada caso.

LIVRO 3: INSERÇÃO INTERNACIONAL SOBERANA

O terceiro livro da série desenvolve um amplo painel que engloba tanto aspectos políticos e econômicos em capítulos de 35 autores diferentes. O trabalho apresenta o novo arranjo institucional que horizontalizou, dentro do executivo, a tomada de decisões na área de política externa, para em seguida analisar a prioridade crescente que o Brasil vem dando a parcerias com países emergentes e em desenvolvimento. A seguir, a obra aborda a evolução recente da relação Brasil-Estados Unidos, mostrando como a dinâmica internacional criou no

Brasil a percepção de que o país deveria desempenhar papel mais significativo no cenário internacional.

35

autores

contribuíram no desenvolvimento do livro
"Inserção Internacional Soberana"

Outro capítulo analisa a emergência brasileira nas arenas internacionais, como a recente rodada de Doha ou os encontros do G-20. O livro também estuda os impactos dos acordos internacionais e multilaterais sobre o Brasil, e discute as implicações do acordo acerca dos Aspectos do Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (acordo TRIPs) sobre os interesses econômicos e sociais do Brasil, em particular sobre a saúde pública e o programa nacional da AIDS.

Investimento estrangeiro direto é outro tema da obra, que estuda os novos condicionantes dos fluxos globais de investimento direto externo a partir de meados dos anos 80; observa as características do recente processo de internacionalização dos bancos e das empresas nacionais; assim como o papel do investimento direto estrangeiro no desenvolvimento do País.

LIVRO 4: MACROECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO: CRESCIMENTO, EMPREGO E ESTABILIDADE

O estudo discute as diferentes concepções de desenvolvimento que estiveram em disputa no Brasil nos últimos anos e faz uma análise crítica detalhada da política

econômica implementada no País entre 1999 e 2008, mostrando como esta priorizou a estabilidade de preços em detrimento do crescimento.

Analisando em detalhe as políticas monetária, cambial e fiscal, a questão do financiamento do desenvolvimento e a problemática do emprego – vista no contexto da evolução da estrutura etária brasileira –, o trabalho conclui que a política macroeconômica adotada nos últimos anos é uma das principais explicações para o desempenho medíocre da economia nacional. Por fim, o estudo apresenta uma proposta alternativa de política macroeconômica, assim como de uma nova arquitetura institucional capaz de dar-lhe suporte.

O livro procura responder a questões como: Quais as medidas necessárias para se reduzir a vulnerabilidade do País a crises cambiais/financeiras? Quais os fatores críticos para o Brasil crescer mais rápido e de forma sustentável promovendo a distribuição de renda? Como reduzir a carga tributária e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados sem prejuízo da capacidade de investimento do Estado? Quais as tendências do comércio internacional e seus impactos no Brasil? Quais as melhores formas de aprimorar o financiamento ao setor produtivo?

Analisando em detalhe as políticas monetária, cambial e fiscal, a questão do financiamento do desenvolvimento e a problemática do emprego, o trabalho conclui que a política macroeconômica adotada nos últimos anos é uma das principais explicações para o desempenho medíocre da economia nacional

LIVRO 5: ESTRUTURA PRODUTIVA E TECNOLÓGICA AVANÇADA E REGIONALMENTE INTEGRADA

Este estudo apresenta primeiro um panorama das desigualdades regionais no Brasil, mostrando os efeitos da política industrial sobre a concentração regional. Começa analisando as profundas transformações que o país sofreu ao longo do século XX, destacando como, depois de um intenso processo de diversificação da estrutura produtiva, entre 1996 e 2007, todas as indústrias leves perdem participação em benefício da indústria extrativa.

O livro apresenta a história mais recente da política industrial e de inovação no país, mostrando como o Brasil moderno da Petrobras e Embraer convive com o Brasil de pequenas e médias empresas que utilizam tecnologias de produção da época pré-fordista. Para isso,

o trabalho avalia como evoluíram, ao longo das duas últimas décadas: as estratégias de acumulação de conhecimento e inovação da indústria nacional, os mecanismos de financiamento à pesquisa e desenvolvimento, as políticas de desenvolvimento regional, de fomento à indústria e à agroindústria, como a política de genéricos impactou o setor de fármacos, assim como as causas do recente processo de desindustrialização.

O estudo traz cenários prospectivos para o Brasil de 2022, incluindo propostas concretas para uma nova estratégia de desenvolvimento regional

Na última parte, o estudo traz cenários prospectivos para o Brasil de 2022, incluindo propostas concretas para uma nova estratégia de desenvolvimento regional, baseada não só em incentivos ao capital privado, mas em incentivo à inovação e em um novo papel para a atuação do BNDES.

LIVRO 6: INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, SOCIAL E URBANA

Em dois volumes, o estudo apresenta um diagnóstico detalhado específico de cada um dos setores da infraestrutura nacional, englobando elétrico, portuário, ferroviário, aéreo, de telecomunicações, de petróleo e gás e de biocombustíveis. Além de contextualizar a evolução histórica recente de cada um, o



Salvador – BA: construção do Canal de Aproximação e Estação de Bombeamento do eixo leste, nas obras de transposição do Rio São Francisco, no nordeste brasileiro

trabalho analisa seus marcos regulatórios e legais, assim como os gargalos e as demandas de cada um dentro de um cenário prospectivo para 2025.

O segundo volume aborda a infraestrutura social e urbana, subsidiando a construção de uma agenda de pesquisa em torno da relação entre infraestrutura e desenvolvimento socioespacial, analisando o papel do Estado na promoção do Bem Estar Social. Contribui também com análises que tratam da infraestrutura social, de forma mais ampla (avaliando a disponibilidade e os efeitos da infraestrutura física nas áreas de educação, assistência social, cultura e segurança pública, entre outras), da infraestrutura urbana (saneamento socioambiental, transporte e mobilidade e habitação) e da questão do planejamento territorial.

LIVRO 7: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Numa abordagem abrangente, o trabalho analisa: os fatores que geram degradação ambiental no país -- com destaque para a correlação entre esse elemento e desigualdade, pobreza e desenvolvimento empresarial -- e a relação entre zoneamento econômico e ambiental e a qualidade do meio ambiente nas várias regiões do país.

O estudo procura ainda responder a questões como: Em que medida a matriz energética brasileira afeta o meio-ambiente? Qual a relação entre a demanda mundial por bens e serviços e a produção de grãos e gado no Brasil? Quais são os impactos socioambientais dos investimentos em infraestrutura? Quais serão os efeitos do aquecimento global no Brasil? Qual a relação entre sustentabilidade e desenvolvimento e quais as implicações dos acordos ambientais internacionais sobre as necessidades do desenvolvimento brasileiro? Até que ponto o Brasil produz conhecimento voltado à compreensão e

50

capítulos

compõem este livro que aborda os diversos aspectos da correlação entre desenvolvimento e democracia

ao equacionamento do desenvolvimento sustentável? Quais as vocações dos biomas do país? Como incorporar sustentabilidade na contabilidade nacional? Quais são os aspectos que impedem ou dificultam a efetividade da gestão ambiental nas várias regiões do Brasil?

O trabalho analisa os fatores que geram degradação ambiental no país, a relação entre zoneamento econômico e ambiental e a qualidade do meio ambiente nas várias regiões do país

LIVRO 8: PROTEÇÃO SOCIAL, GARANTIA DE DIREITOS E GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES

O livro procura analisar qual seria o sistema de proteção social mais adequado ao Brasil, levando em conta a necessidade de se promover a cidadania e as dimensões regional, de gênero, raça, deficiência, fases da vida e renda. O estudo problematiza ainda sobre como o Estado brasileiro pode promover, simultaneamente, a equidade social e a competitividade na área econômica, sem que nenhuma dessas esferas prejudique a outra. E procura responder

ainda às seguintes questões: Qual a quantidade e qualidade dos recursos humanos necessários na administração pública para aprimorar a gestão das políticas públicas? Como a proteção social pode contribuir para a geração de oportunidades? Quais as formas de garantir autonomia familiar ou individual ao final de um tempo de vigência de um determinado programa social? Como avaliar as políticas sociais?

LIVRO 9: FORTALECIMENTO DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA

Composto por três tomos que totalizam 50 capítulos, esse livro aborda os diversos aspectos da correlação entre desenvolvimento e democracia, desde a estrutura de organização do Estado e de suas funções e mecanismos de atuação no desenvolvimento até os mecanismos de representação, participação e controle social.

Os artigos de diversos autores que integram este estudo abordam uma ampla diversidade de aspectos dentro desses temas, incluindo desde uma análise da atuação do Congresso Nacional após a Constituição de 1988; o desenvolvimento do SUS; a evolução da meritocracia na administração pública brasileira; a evolução da estrutura tributária; o papel do Banco Central e dos bancos públicos federais na economia nacional; até as estratégias de investimento dos fundos de pensão e sua contribuição para o financiamento de longo prazo. O trabalho engloba ainda uma ampla discussão sobre a evolução do planejamento do desenvolvimento no mundo, na América Latina e no Brasil e o papel do Estado nesse contexto, entre outros temas.

LIVRO 10

Trará uma síntese com as principais propostas de todos os anteriores. 



República Brasileira – 120 anos depois, o que comemorar?

Em 15 de novembro de 2009 completaram-se 120 anos da proclamação da república brasileira. Nenhum debate nacional, nenhuma reflexão de peso, quer seja no Senado, quer seja por partidos políticos, quer até mesmo no ambiente acadêmico, ninguém se dignou a pensar sobre o sentido desta data. Silêncio, apenas silêncio, foi ouvido no país. E, afinal, teríamos mesmo algo para comemorar?

Nascida de um ventre servil e lastreada no regime de mão-de-obra escrava a nossa sociedade inclinou-se para o autoritarismo e para a desigualdade. Com fazer ideais republicanos – públicos, cooperativos e democráticos – se entranhar na sociedade da escravidão? Feito, sem sombra de dúvida, de difícil realização até os dias atuais.

Imersa numa sociedade da escravidão, em larga medida rural e pobre, a república chegou a nós em 1889 sem provocar mudanças significativas nas estruturas sociais e econômicas. No seu início, o advento da república como forma de organização política pouco contribuiu para a alteração deste quadro, tendo sido ela própria marcada por sucessivos golpes de estado e escassa participação popular. Primeiro, o golpe militar e derrubada do Imperador Pedro II em 1889; golpe civil em 1930 com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder por longos quinze anos; e novamente golpe militar e civil em 1964 perdurando até 1985.

Apesar disso, o país avançou. Em 1889 nossa população era de 13,7 milhões, com 85% de analfabetos. Em 2008 já somos 191 milhões e a taxa de analfabetismo está em 11%. A população brasileira nestes últimos 120 anos expandiu-se aceleradamente, multiplicando-se por mais de 13 vezes durante este percurso. Em 1890, as seis

maiores cidades brasileiras – Rio, Salvador, Recife, São Paulo, Porto Alegre e Belém – detinham um contingente total de 976 mil habitantes. Em 2008, as dez maiores regiões metropolitanas brasileiras abrigaram 61,2 milhões de pessoas. Somente na RM de São Paulo moram 19,9 milhões de brasileiros, os quais formam a quinta maior área urbana do mundo.

É assustador imaginar hoje o baixo nível de desenvolvimento social da população no alvorecer da república. Cálculos para o índice de desenvolvimento humano (IDH) do país em 1900 resultaram no valor de 0,246. Tem melhorado pouco a pouco, chegando a 0,443 em 1950. Em 2008, o IDH já está num nível mais confortável de 0,813. Ou seja, ele era em 1900 apenas cerca de 1/3 do que é hoje.

Também temos tido sucesso em ampliar espaços de participação popular na vida política e social. Houve, de modo mais evidente a partir dos anos 1980, o fortalecimento do movimento sindical, a expansão dos movimentos sociais nas favelas das grandes cidades e o movimento feminista ganhou musculatura. A promulgação da Constituição de 1988 foi um grande momento da participação popular em prol do êxito de uma carta republicana e de avanços no campo dos direitos sociais. No entanto, há aspectos preocupantes que ainda nos perseguem, por exemplo, as desigualdades inter-regionais. Nas regiões Norte e Nordeste o nível de desenvolvimento teima em permanecer em estágio inferior ao do restante do país, com o contingente de pobres mais expressivo e o IDH das unidades da federação mais baixo.

A tarefa de consolidação de uma cultura pública igualitária, assentada na inclusão dos desfavorecidos na agenda da política nacional, se faz urgente. Os valores democráticos já

conquistados poderão ser perdidos se a maior parte da população permanecer imersa na pobreza e longe das ações do Estado. Para tal será preciso manter uma trajetória persistente de ampliação dos gastos sociais (em particular em educação, saúde e saneamento), os quais venham a transformar de uma vez por todas a situação de miséria extrema ainda presente para a maioria dos brasileiros. Em paralelo, o fortalecimento das instituições e a ampliação dos espaços de cidadania para abrigar, de maneira crescente, a diversidade e pluralidade de demandas dos sujeitos sociais que se manifestam na sociedade brasileira atual, devem se tornar também um imperativo na agenda nacional.

Nossa sociedade, nas décadas recentes, soube construir saídas para o autoritarismo de uma ditadura; consolidou o processo de eleições diretas para governantes nos níveis federal, estadual e municipal; e soube trabalhar adequadamente certo consenso em torno de questões fundamentais como a estabilidade econômica e a redução da pobreza. Foram anos de maturidade político-institucional, quando, enfim, se começa a pagar dívidas históricas com parte de nossos cidadãos: pobres, mulheres, índios e negros. Eis alguns motivos bons para comemoração.

Completados, portanto, 120 anos da república enormes desafios de construção da cidadania do povo brasileiro ainda estão postos. Construção que não acaba nunca e que convida a toda uma geração atual de brasileiros para contribuir para que os próximos 120 anos de nossa República transcorram, de uma vez por todas, sob o signo da democracia e do direito a igualdade de oportunidades. 

Aristides Monteiro Neto é técnico em planejamento e pesquisa do Ipea.

Risco calculado?



Renato Carvalho – de São Paulo

Especulação, turbulências financeiras e dúvidas sobre títulos de empresas e países colocam as agências de classificação de risco no centro do debate sobre regulação financeira

A crise financeira mundial, que foi deflagrada em 2008 com a quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, e que atualmente assusta novamente o mundo por conta dos problemas nas contas públicas européias, trouxe para o centro das atenções entidades que até então atuavam mais nos bastidores do mercado financeiro: as agências de classificação de risco (ACR), ou agências de *rating* (no termo em inglês), como também são conhecidas. A própria atuação destas agências provoca muitas dúvidas em quem não acompanha diariamente o setor financeiro. Para que elas servem? Como fazem suas classificações?

1909

foi o ano

de criação da primeira agência de classificação de risco, a Moody's

As agências de *rating* surgiram nos Estados Unidos no início do século passado, quando algumas empresas precisavam levantar mais recursos do que podiam obter pelos meios então usuais, baseados em relações de proximidade com os credores. Essa necessidade estimulou a criação de agências

independentes que pudessem avaliar os fundamentos financeiros destas empresas. Em 1909, John Moody formou a primeira agência de classificação de risco, que hoje é uma das maiores do mundo, a Moody's. Em 1916, a Poor's Company foi fundada por Henry Poor, se especializando em títulos de ferrovias, muito negociados na época. Em 1941, a Poor's se juntou à Standard Statistics para formar a Standard & Poor's. A Fitch, por sua vez, começou a emitir ratings em 1924, sendo que hoje pertence a um conglomerado francês, mas foi composta por outras agências de menor dimensão. Hoje, estas são as três principais agências dos Estados Unidos, e do mundo.

Estas agências cumprem importante papel no mercado, principalmente no sentido de minimizar problemas ligados à assimetria de informações, ou seja, fornecendo dados de maneira isonômica a todos os agentes do mercado. Entretanto, alguns problemas ligados à atuação dessas empresas, especialmente nos últimos dois anos, as colocaram sob constantes holofotes. As principais críticas são relativas à falta de informações sobre as reais condições dos títulos negociados por bancos do mundo inteiro, afetando justamente a isonomia de informações ao mercado. Outras questões que tem sido levantadas dizem respeito a conflitos de interesses entre as agências e as empresas ou títulos avaliados, à pouca concorrência entre elas, e também é posta em dúvida a transparência de sua atuação.

As agências de rating surgiram nos Estados Unidos no início do século passado, quando algumas empresas precisavam levantar mais recursos do que podiam obter pelos meios então usuais, baseados em relações de proximidade com os credores

QUESTIONAMENTOS A crise norte-americana tem raízes no sistema financeiro do país, que é pouco regulado e, por isso, oferece crédito de longo prazo mesmo para tomadores que tem alto potencial de inadimplência. Com um mercado de capitais muito desenvolvido, os bancos formavam fundos e vendiam títulos que eram lastreados nestas operações de crédito. Portanto, os bancos não só assumiam os riscos do crédito duvidoso que concediam, mas também o espalharam para outros bancos, seguradoras e corretoras que compravam os títulos e investiam nos fundos "alavancados" por estas operações de crédito, que ofereciam alta rentabilidade, mas também, como comprovado, um risco ainda maior.

A quebra do Lehman Brothers, provocada exatamente pelo excesso de exposição a crédito de alto risco, conhecido nos Estados Unidos como *subprime*, começou um questionamento sobre a verdadeira eficiência das agências de classificação de risco. Afinal, elas não deveriam alertar seus clientes do grau de

risco destas operações, e também o mercado sobre os perigos em investir em títulos desta natureza? “Nos Estados Unidos, o mercado de classificação de riscos funciona de maneira diferente da que temos no Brasil. Enquanto aqui cobramos um valor fixo para avaliar cada operação, lá o valor cobrado pelas agências varia de acordo com o valor da emissão”, explica Sheila Gaul, diretora executiva da agência brasileira SR Ratings (veja mais sobre as agências brasileiras no box).

Entretanto, por conta de seu desempenho questionável na prevenção dos riscos que originaram a crise financeira de 2008, as agências de classificação estão sendo alvo de ataques tanto nos Estados Unidos, quanto na União Europeia. Com o objetivo de melhorar a regulamentação das agências, o Senado dos EUA aprovou no início de maio uma emenda ao projeto de lei de reforma do sistema financeiro que prevê a criação de um conselho vinculado à Securities and Exchange Commission (SEC),

a equivalente norte-americana à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no Brasil, que escolherá quais agências de classificação de crédito serão responsáveis pela avaliação inicial de produtos financeiros.

A emenda determina que a SEC escolha os membros do conselho, que deve representar majoritariamente investidores e também precisa possuir pelo menos um integrante ligado aos emissores de produtos financeiros e outro que represente as agências. O conselho

Métricas de cada agência de rating

Cada agência de classificação de risco tem uma métrica própria para definir as notas de cada país ou de cada empresa. As metodologias são parecidas, e entre as três maiores do mundo, a Moody's resolveu adotar um modelo de notas para moeda estrangeira de longo prazo, a mais importante para determinar o risco de calote de um país, diferente do que é adotado pela Fitch e Standard & Poor's. A melhor classificação possível na Moody's é a nota Aaa, e a pior é a C, com variações que passam de Aa1, 2 e 3, A1, 2 e 3, Baa1, 2 e 3 e assim por diante. Na Fitch e na S&P, as notas vão de AAA até C, passando por AA+, AA, AA-, BBB+, BBB e assim por diante.

Uma curiosidade ocorre em relação a classificação de longo prazo da Argentina

Até 2008, o Brasil fazia parte do grupo denominado Grau Especulativo, que apresentava alto grau de risco de não pagamento de suas obrigações com os credores internacionais

pela Fitch. O país recebeu a observação “RD” em seu rating, o que significa Risco de Default. Isso porque a Argentina anunciou uma moratória de suas dívidas em 2002, e até hoje tem dificuldades para renegociar as condições de seus títulos com investidores estrangeiros. Essa condição praticamente impossibilita o governo argentino a conseguir crédito em bancos internacionais, e quando consegue, tem que pagar taxas muito altas.

Mesmo após a crise atingir principalmente os países mais desenvolvidos, a classificação de risco destes países se manteve inalterada. Alemanha, Estados Unidos, França, Reino Unido e Canadá continuam com a nota máxima em todas as agências. Chama a atenção que estão inclusos neste grupo países como Áustria, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça e até mesmo Cingapura. Curiosamente, Itália e Japão, que fazem parte do grupo conhecido como G7, dos países mais



Mesmo após a crise ter atingido diversos países, as agências mantiveram suas classificações inalteradas

ricos do mundo, não tem a nota máxima. Na Fitch, por exemplo, a Itália possui classificação AA- e o Japão, AA.

Já o Brasil possui a classificação BBB-tanto na Fitch como na S&P. Esta é a nota mínima para que um país esteja na categoria Grau de Investimento. Esta nota ainda coloca o Brasil como um país com risco moderado de crédito. Até 2008, o Brasil fazia parte do grupo denominado Grau Especulativo, que apresentava alto grau de risco de não pagamento de suas obrigações com os credores internacionais. O Brasil tem classificação igual a de países como Peru, Islândia, Índia, Bulgária e Croácia.

teria autoridade para permitir que as agências cobrem taxas “razoáveis” dos emissores, e para criar regras sobre as tarifas no futuro.

O senador democrata Al Franken, autor da emenda, disse que o objetivo das novas regras é limitar os conflitos do sistema atual de atribuição de classificação, no qual as instituições financeiras pagam pela avaliação e, em alguns casos, tentam obter a melhor nota possível pelo menor preço.

Já o porta-voz da Standard & Poors, Edward Sweeney, disse que a emenda de Franken poderia ter consequências involuntárias, como por exemplo dar aos investidores a impressão de que os ratings são sancionados pelo governo. “As agências de classificação de crédito [se aprovada a lei] teriam menos incentivos para competir entre si, para buscar inovação e melhorar seus modelos, critérios e metodologias”, disse Sweeney. “Isso poderia levar a opiniões de classificação mais homogêneas.”

Por outro lado, surgem indícios de que os bancos norte-americanos enganaram até mesmo as agências de rating. A suspeita é de que as instituições financeiras tenham fornecido informações falsas para conseguir classificações melhores para suas operações. Procuradores nos Estados Unidos estariam investigando nove grandes bancos, e existe a chance que eles sejam processados.



Governos da Europa e EUA querem mais fiscalização e concorrência entre as agências de classificação de risco

O presidente da Moody's, Raymond McDaniel, admitiu no começo de junho deste ano, durante as investigações do governo dos EUA sobre as agências, que a atuação da Moody's contribuiu para a crise financeira. Em comunicado à comissão de investigação, McDaniel reconheceu que houve erros em seu sistema de análise, e afirmou

que o nível de precisão das avaliações feitas “foi profundamente desalentador”.

Já na Europa, governantes pediram à Comissão Europeia (CE), ainda em junho de 2009, para que fosse centralizado o controle das agências de classificação de risco. Um ano depois, a CE apresentou a proposta de criação da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA, no original em inglês), órgão cujo objetivo será supervisionar, investigar, multar e revogar licenças de atuação das agências, caso comprovada alguma irregularidade.

O presidente da CE, José Manuel Durão Barroso, questionou, no início de junho, a distribuição do mercado de agências de classificação de risco. “É normal ter só três atores relevantes (em referência às americanas Standard & Poor's, Moody's e Fitch) em um assunto no qual há uma grande probabilidade de conflitos de interesse? É normal que todas provenham do mesmo país?”, indagou Barroso.

“É normal ter só três atores relevantes (em referência às americanas Standard & Poor's, Moody's e Fitch) em um assunto no qual há uma grande probabilidade de conflitos de interesse? É normal que todas provenham do mesmo país?”

José Manuel Durão Barroso,
presidente da Comissão Europeia



Peter Lasec

CONCORRÊNCIA A falta de concorrência neste setor é um dos principais problemas para sua regulação e desenvolvimento, aponta estudo realizado pelo técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas macroeconômicas (Dimac) do Ipea, Bernardo Schettini. “Nessas condições, o preço pode se encontrar acima do que prevaleceria em um mercado competitivo, a qualidade do serviço pode ser comprometida e a estrutura de incentivos parece ainda não favorecer a inovação”, diz Schettini em seu relatório.

Esta falta de concorrência é consequência de outra crise nos Estados Unidos, como indica o relatório do técnico da Dimac. “Em decorrência da crise de crédito do início dos anos 1970, a partir de 1975 as regulamentações passaram a exigir que tais classificações fossem emitidas por Agências “nacionalmente reconhecidas” (*Nationally Recognized Statistical Rating Organization* – NRSRO, na sigla em inglês), sendo designadas como tais pela SEC. Apenas uma pequena parte das ACRs foi classificada como NRSRO, sendo que por muitos anos não existiu uma definição clara e um critério conhecido para adquirir esse credenciamento”. O pesquisador aponta ainda um interessante paradoxo, relativo ao peso que a reputação tem neste segmento. “que existe antes de mais nada, uma tendência natural à concentração nesse mercado devido à importância da reputação. Ora, é preciso atuar para se adquirir reputação”, diz Schettini, acrescentando que nos Estados Unidos este ponto foi institucionalizado por meio da exigência NRSRO.

O estudo levanta também o perigo de que ocorra um forte conflito de interesses entre a empresa avaliada e a agência de classificação de risco. “Um problema central na atuação dessas agências é a existência de uma série de conflitos de interesse. O fato de os serviços das ACRs serem pagos diretamente pelos emitentes avaliados claramente gera um cenário intrigante e pode resultar em situações do tipo *rating shopping*, em que a empresa emitente pesquisa entre as ACRs e

“O fato de os serviços das ACRs serem pagos diretamente pelos emitentes avaliados claramente gera um cenário intrigante e pode resultar em situações do tipo rating shopping, em que a empresa emitente pesquisa entre as ACRs e escolhe aquela que deve fornecer a melhor avaliação ou a que tem o critério menos exigente”

Bernardo Schettini,
técnico em planejamento e pesquisa da Dimac, do Ipea



Divulgação

escolhe aquela que deve fornecer a melhor avaliação ou a que tem o critério menos exigente”, diz Schettini.

O economista chama a atenção também para a existência de uma certa pressão sobre as empresas para que contratem outros serviços oferecidos pelas agências, além da classificação de seus títulos. “As principais agências de classificação de risco têm também desenvolvido atividades auxiliares, como avaliações pré-rating, consultoria corporativa e de administração de risco, etc. Dessa forma, os emitentes podem – como no caso de consultoria oferecida por auditores – se sentirem pressionados a adquirirem alguns desses serviços. Há ainda conflitos de interesse envolvendo diretamente os analistas e empregados em geral das ACRs que resultam, principalmente, do acesso a informação sigilosa de empresas”.

A recente crise na Europa trouxe o tema novamente para o centro das atenções. Uma das principais análises feitas pelas agências é a de rating soberano, que em termos práticos, mede o risco de um país não pagar suas dívidas. Recentemente, as principais agências do mundo rebaixaram as notas de Grécia e Portugal, por

conta do elevado nível de déficit público dos dois países. Ainda há uma perspectiva de que a nota dada a Portugal caia novamente nos próximos meses.

Um executivo de uma das agências, que preferiu não se identificar, afirma que o grande problema é o tempo destas avaliações. “Um déficit como o se verificou na Grécia e em Portugal não se forma da noite para o dia. Qual a utilidade para os investidores de uma agência de rating que só se manifesta após a divulgação pelo próprio governo de seus problemas fiscais? Elas deveriam alertar o mercado antes que haja sinais claros e nítidos de risco de calote nas dívidas soberanas dos países”.

Ao mesmo tempo em que tentam melhorar sua imagem arranhada por tantas crises, as agências de rating querem ampliar ainda mais seus mercados. No final de maio, a Standard & Poor’s propôs aos países africanos que adotem suas contas e emissões a classificação das agências. O diretor da S&P para a África subsariana e África do Sul, o alemão Konrad Reuss, nega que seja estranho fazer esse tipo de apelo aos países daquele continente. Segundo ele, o rating serve para estimular e integrar as economias.

BRASIL O Brasil ganhou o status de “grau de investimento” (investment grade) das agências Fitch e S&P em abril de 2008, pouco antes do agravamento da crise financeira mundial. A Moody’s, considerada a mais conservadora das três grandes agências mundiais, só concedeu esta classificação ao país em setembro do

ano passado. O grau de investimento é dado para os países com menores riscos para os investidores. Historicamente o Brasil sempre ficou longe de conseguir este status, mas com o controle da inflação e a estabilidade cambial, e projeção de crescimento econômico continuado, a avaliação das contas

do país melhorou. A perspectiva para os ratings soberanos do Brasil são estáveis, e só isso já atrai, e ainda deve atrair, muitos investimentos estrangeiros que, antes do grau de investimento, evitavam entrar no país por conta do risco, e agora, procuram ativos mais rentáveis e seguros. **ii**

Agências brasileiras

As primeiras agências de classificação de risco brasileiras surgiram no início dos anos 90, mas somente em 2001 a atividade foi regulamentada pelo Banco Central e também pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Uma das primeiras agências brasileiras a surgir no mercado foi a Austin Ratings, a única agência que ainda não concedeu ao Brasil o status de Grau de Investimento. Segundo Alex Agostini, economista chefe da Austin, isso ocorre por conta do alto nível de endividamento público do país, e também pelos baixos níveis de investimento e poupança.

Outra pioneira neste mercado no Brasil é a SR Rating, do economista Paulo

Rabello de Castro. A SR iniciou suas atividades em 1993, e a primeira avaliação foi dada para uma emissão de debêntures da loja Mesbla, hoje extinta. Segundo a diretora executiva da SR Rating, Sheila Gaul, a agência tem como diferencial o acompanhamento constante dos indicadores macroeconômicos. “Conseguimos basear com solidez nossas avaliações, por isso, acreditamos que seja difícil cometermos os mesmos erros que cometeram as agências norte-americanas”.

Segundo Gaul, um ponto que diferencia o mercado brasileiro do norte-americano é a concorrência. “A relação entre as agências e as empresas aqui é mesmo diferente. Nós

recebemos várias reclamações de clientes por notas baixas que demos a algumas operações, mas não vamos correr o risco de afetar a imagem da agência por conta de uma taxa paga por qualquer companhia”.

Ela afirma também que é muito importante conhecer bem a realidade brasileira para fazer uma boa avaliação das empresas locais. “Muitas vezes, a companhia já tem uma avaliação feita por alguma outra agência de rating, e pede a nossa, ou até mesmo

os investidores exigem, para comprarem um papel específico”.

“Conseguimos basear com solidez nossas avaliações, por isso, acreditamos que seja difícil cometermos os mesmos erros que cometeram as agências norte-americanas”

Sheila Gaul,
diretora executiva da SR Rating

A outra grande agência de rating brasileira é a LF Rating, que foi criada em 2002 para complementar os serviços financeiros da consultoria Lopes Filho & Associados, bastante conhecida por suas análises do setor financeiro.

De uma maneira geral, as empresas de rating brasileiras usam métricas parecidas com as agências internacionais, com as notas máximas classificadas como AAA, em uma escala que termina em C como a pior nota. O estudo do **Ipea** sobre agências de classificação enxerga uma necessidade de maior regulamentação para essas empresas no Brasil, mas de uma maneira que não torne o mercado tão restrito a entrada de novas agências, como acontece nos Estados Unidos.



Prédio do Banco Central, em Brasília



Os desafios da gestão em empresas brasileiras

As empresas brasileiras possuem modelos de gestão híbridos, que são marcados pela manipulação excessiva de imagens e muitas vezes desconectados dos problemas organizacionais.

Observamos, sob o pós-modernismo, a hegemonia da imagem como um ativo valioso. O reflexo disso é que aparentar é mais importante do que ser, quando se trata de gestão. Isso se deve também à nova era de serviços que são, por natureza, intangíveis e precisam de imagens atrativas para reter os clientes. Assim, muitas empresas apresentam as suas imagens através de certificações e afirmações de que possuem uma administração estratégica de estoques, gestão estratégica de recursos humanos etc.

Não obstante, muitos gestores dizem que suas empresas apresentam no mais das vezes imagens que não correspondem à realidade interna. De acordo com eles, as empresas afirmam em seus *sites* que possuem uma gestão estratégica, mas na realidade os funcionários operacionais apenas executam suas tarefas e suas opiniões não são nem mesmo levadas em consideração pela cúpula administrativa; o planejamento não é tão “estratégico” assim e ainda é focado no curto prazo; as estratégias muitas vezes são histórias contadas em retrospectiva após uma série de tentativas e erros e as decisões não são tão racionais; em muitas organizações predominam reuniões sem objetividade para cobrir relatórios mal feitos e o excesso de papelório é muitas vezes um reflexo de problemas de comunicação.

Estes são alguns relatos gerais de estudantes de MBA que refletem um pouco da natureza contraditória entre a imagem que essas empresas apresentam e a realidade interna destas mesmas organizações.

Os investidores também reagem a essa onda de imagens. Se eles percebem que uma empresa não tem em seu site um determinado certificado ou mesmo uma ferramenta “estratégica”, então não compram mais as ações desta empresa e o valor inevitavelmente decai. Mas na realidade, conforme os depoimentos, essas “imagens” nada têm a ver com a realidade interna de muitas empresas...

Outro fato a chamar a atenção são as modernas técnicas de gestão que muitas empresas dizem utilizar. Ferramentas gerenciais japonesas e técnicas japonesas de qualidade muitas vezes são implantadas sem a filosofia que deveria acompanhá-las. A todo momento novas tendências e ferramentas de gestão são apresentadas e adotadas pelas empresas nacionais em uma velocidade inimaginável. As terminologias são geralmente estrangeiras e estas ferramentas, de acordo com os relatos, geram mais conflitos do que resultados.

Até onde vai essa busca frenética pelo alinhamento às tendências gerenciais em detrimento da atenção aos recursos internos como competências, processos e informações...?

Todo esse contexto leva à formação de modelos de gestão híbridos em muitas empresas brasileiras, desconectados do negócio e cheios de chavões, fórmulas de sucesso e maneiras prescritivas de abordar problemas.

Qual seria a saída para lidar com esses desafios da gestão?

De acordo com Henry Mintzberg, a saída está no gestor. De acordo com esse renomado professor, autor de um livro recentemente lançado em que critica os cursos de gestão sob o contexto norte-americano, esses cursos muitas vezes formam atores e não gestores.

A solução seria a formação de gestores que possam desenvolver, a partir dos recursos

internos da empresa, de suas próprias experiências e conhecimentos, as soluções para os problemas. Assim, seria possível lidar com o outro desafio da gestão que é justamente o fato desse campo de conhecimento estar repleto de modismos gerenciais. É preciso ter cautela com os modismos, para que não resultem em fórmulas rápidas de sucesso e modelos milagrosos de gestão.

Em uma famosa escola de gestão na Espanha, a ESADE Business School, em Barcelona, pode-se observar que os cursos de gestão partem da realidade das empresas nacionais e moldam seus currículos de acordo com os desafios inerentes à sociedade. Mas no caso brasileiro, percebe-se ainda que a gestão passa por uma crise de identidade e se manifesta de modo incipiente em muitas organizações.

Assim, a melhoria do modelo de gestão das empresas nacionais passa pela educação dos futuros gestores, da preocupação com as questões nacionais e do desenvolvimento de abordagens ou técnicas gerenciais que nasçam do próprio Brasil e de suas inúmeras organizações. Cabe ressaltar que toda a sociedade está envolvida neste processo.

Não podemos mais avançar sem estratégias; sem planejamento de longo prazo; sem atenção ao nível operacional das organizações; sem o desenvolvimento de solução de problemas organizacionais a partir das competências dos funcionários locais e sem o desenvolvimento de uma cultura de gestão. A competitividade das empresas brasileiras depende da elucidação desses desafios. 

Edson Keyso de Miranda Kubo é professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e da Universidade Cruzeiro do Sul nas disciplinas de Planejamento Estratégico, Teoria das Organizações e Gestão de Projetos.

inovação
inovação
inovação

15^o Concurso Inovação na Gestão Pública Federal

Inscrições abertas até 30 de julho

***A sua pequena mudança
pode ser uma grande inovação***

O Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), completa 15 anos valorizando servidores públicos que atuam de forma criativa em suas atividades.

A inovação no setor público envolve criação e implementação de processos, produtos, serviços e métodos que produzam resultados positivos para a sociedade.

Iniciativas inovadoras nessa área são fundamentais para que o Estado brasileiro aprimore a qualidade do atendimento e aumente a eficácia e eficiência dos serviços ofertados aos cidadãos.

Contribua para a inovação na gestão pública federal. Participe!

Prêmios:

- Cursos e visitas técnicas internacionais (França, Japão e Alemanha)
- Cursos da ENAP, incluindo o de Especialização em Gestão Pública
- Assinatura da Revista do Serviço Público
- Publicação em livro e no banco de soluções
- Selo Inovação e certificado

Para mais informações,
consulte o regulamento no site
<http://inovacao.enap.gov.br>
ou escreva para
concurso.inovacao@enap.gov.br

Apoio:



Realização:



Ministério
do Planejamento



Novos passos para uma política social consistente

Marina Pita – de São Paulo



Programa Bolsa Família enfrenta desafios para entrar em uma nova fase, com ajustes e maior utilização de seu cadastro como ferramenta para outras políticas públicas

O Bolsa Família está consolidado como política social no Brasil, cumprindo seu objetivo de transferir renda para famílias carentes. Atualmente o programa atende 15,5 milhões de famílias, distribuindo 0,37% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. É um dos fatores para a redução de quase três pontos, entre 1995 e 2004, do índice de Gini, medida de concentração de renda, sendo responsável por 7% da queda. Desde o início do programa, em 2003, 19,4 milhões de famílias saíram da extrema pobreza, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas.

Após sete anos de funcionamento o programa enfrenta desafios para entrar em uma nova fase, com ajustes e com uma maior utilização de seu cadastro como ferramenta de elaboração de novas políticas sociais. Parte desse esforço está no fortalecimento do Cadastro Único para Programas Sociais (também conhecido como CadÚnico), para o qual está sendo implementado um novo sistema operacional no segundo semestre deste ano. A dificuldade, porém, está em ampliar os projetos sociais sem inflar o Bolsa Família e descaracterizá-lo, garantindo a ampliação do uso do CadÚnico como referência e mantendo o programa dentro de seu foco.

Essa é a preocupação de alguns pesquisadores como Natália Satyro, professora do departamento de ciências políticas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Depois de completada a primeira fase do Bolsa Família, corremos o risco de ter gente achando que tudo é responsabilidade

do programa, já que ele é o carro chefe da política social”, diz. As preocupações com outras necessidades além de transferência de renda são legítimas, mas devem ser feitas para o público do programa, e não por meio dele, avalia Natália, acrescentando ser necessário, no momento, pensar uma segunda geração de políticas sociais que permitam que mais pessoas sejam retiradas da condição de pobreza.

Alguns resultados do programa, que incluem também maior frequência escolar e acompanhamento em unidades básicas de saúde, porém só poderão ser sentidos, de fato, na próxima geração, ressalta a professora da UFMG. “Não podemos achar que as pessoas vão conseguir sair da condição de pobreza em três anos, ganhando R\$ 60 reais mensais. É preciso ter consciência que este é um trabalho intergeracional”.

Desde o início do programa, em 2003, 19,4 milhões de famílias saíram da extrema pobreza, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas

DIREITO UNIVERSAL Atualmente, o benefício do Bolsa Família não é pago a todos aqueles que se encaixam no perfil. Isso porque ele está submetido a um orçamento definido que, apesar de crescente desde o início do programa, ainda não atinge o total da população necessitada.

Segundo detalha o Texto para Discussão 1424, de autoria do técnico em planejamento e pesquisa do Ipea, Sergei Soares e de Natália, o programa encontra-se condicionado às possibilidades orçamentárias. “A Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que o cria, estabelece em seu artigo sexto, parágrafo único: O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes. (...) Uma vez esgotada a dotação orçamentária, ninguém mais pode passar a receber o benefício, pelo menos até que haja crédito suplementar”.

Sua amplitude é, portanto, motivo de intenso debate. Sergei Soares, técnico em planejamento e pesquisa do Ipea, defende que o Bolsa Família deveria se tornar um direito, e portanto universal. Segundo Sergei, é preciso definir claramente o caráter do programa, hoje “nem totalmente um programa de geração de oportunidades, nem plenamente um programa de proteção social”. O técnico discorda ainda da cobrança de condicionalidades (frequência escolar e acompanhamento de saúde). “Ainda não estamos no nível de cortar benefícios dos que não cumprirem as exigências, porque esse corte penalizaria justamente as famílias mais necessitadas”, afirma Sergei.

A professora titular da PUC-SP e coordenadora do núcleo de seguridade e proteção social da universidade, Aldaiza Sposati, defende a separação da política para a infância da garantia de renda para



Aldaíza Sposati, professora titular da PUC-SP e coordenadora do núcleo de segurança e proteção social da universidade

sobrevivência de famílias em situação de vulnerabilidade, e também aponta para a necessidade de se caminhar para sua universalização enquanto direito: “é correto apoiar o desenvolvimento da criança dentro de uma política de proteção social envolvendo saúde e educação. O Bolsa Família, no entanto, só coloca foco na criança indiretamente, sendo que deveria ser seu objetivo principal. A preocupação não pode estar na fiscalização e sim nos resultados”, justifica.

Para a professora, adequar os programas pelo modelo mais inclusivo e garantir o benefício para todas as crianças até 14 anos como uma política voltada para a infância é imprescindível. Melhorar o programa e incluir na agenda de debates a próxima geração de políticas sociais é um dos desafios para os próximos governos, e para toda a sociedade brasileira.

Segundo explicitaram Natália e Soares no TD 1424, “pode-se pensar que o Programa Bolsa Família (PBF) cumpriu um importante papel nesta primeira fase. São conhecidos os impactos do PBF na redução da pobreza, na diminuição da desigualdade de renda, na maior frequência escolar e na garantia de que as crianças beneficiárias não se submetam ao trabalho infantil como antes. Contudo, (...) conclui-se que o PBF deve se transformar a partir de agora.”

O CADASTRO COMO FERRAMENTA Entretanto, para alavancar esta transformação, e estimular que mais famílias obtenham renda própria e adequada, é preciso avaliar com maior precisão o CadÚnico, instrumento valioso para tanto de pesquisa tanto para elaboração de políticas públicas.

O CadÚnico é constituído por sua base de dados, instrumentos, procedimentos e

sistemas eletrônicos, e sua base de informações pode ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. Dessa forma, possibilita a análise das principais necessidades das famílias cadastradas e auxilia o poder público na formulação e gestão de políticas voltadas a esse segmento da população.

Ele abrange informações das características de domicílio, composição familiar, qualificação escolar e qualificação profissional dos componentes da família, situação no mercado de trabalho, remuneração e despesas familiares de cerca de 18 milhões de famílias.

O cadastro conta com um bom questionário e, principalmente, uma adesão massiva de milhares de agentes municipais, e é a primeira experiência de coleta de informações sobre grande parte das famílias no Brasil que vai além de um nome e um número, avaliam Natália e Soares na publicação do Ipea. “Ou seja, enquanto cadastro de pobres, o Cadastro Único é admiravelmente bom”, citam os pesquisadores.

Mas, conforme destaca o Texto para Discussão 1486: “urge conhecer melhor o perfil das famílias do CadÚnico”, porque é nele que deve ser procurado o público-alvo preferencial para projetos de inclusão

“O Bolsa Família vem apresentando resultados positivos exatamente porque não é um programa isolado. Está ancorado em vigorosas políticas públicas. Integrado com outros ministérios”

Patrus Ananias,
ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome



produtiva. Atualmente, uma série de programas complementares utiliza a ferramenta para definir o público alvo de suas ações. “O Bolsa Família vem apresentando resultados positivos exatamente porque não é um programa isolado. Está ancorado em vigorosas políticas públicas. Integrado com outros ministérios”, afirmou o ministro do Desenvolvimento Social (MDS) Patrus Ananias, em palestra proferida na Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), em fevereiro. Os Programa Brasil Alfabetizado, o Projovem, o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, o

Programa Nacional da Agricultura Familiar, Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Luz para Todos utilizam o CadÚnico, que cadastra todas as famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, mesmo aquelas não beneficiárias do programa Bolsa Família, que segue outro critério.

Considerado uma revolução tal qual o programa de transferência de renda, o banco de dados das famílias em situação de vulnerabilidade ainda carece de ajustes, como melhorar a qualidade e veracidade das



Divulgação

Natália Satyro,
professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A reestréia do CadÚnico

Resultado da união dos cadastros de programas sociais anteriores ao Bolsa Família, o Cadastro Único de Programas Sociais (disciplinado pelo Decreto nº 6.135) foi estruturado em 2003 com uma série de lacunas normativas e tecnológicas. O próprio formulário que estruturava seu preenchimento tornou-se obsoleto, sendo o cadastramento de comunidades tradicionais e da população em situação de rua inviável. Além disso, o sistema operacional utilizado era inadequado para o desenho de políticas sociais e a extração e cruzamento de informações difícil.

Assim, em 2006, iniciou-se uma revisão e debate para a criação de um novo formulário. Concluída em 2009, a revisão do formulário objetivava aproximar conceitualmente o cadastro único da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, e melhorar a captação de informação.

Para assegurar a melhoria da qualidade dos dados, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do MDS, investiu na capacitação dos entrevistadores. Mais de 530 técnicos estaduais e municipais indicados pelos gestores da política fizeram

centenas de horas de treinamento, que visavam ensinar conceitos.

“Estamos batendo muito na tecla do CadÚnico como ferramenta de apoio a gestão municipal. Hoje, os gestores esperam dez anos pela atualização do Censo. Mas, se conseguirem manter os dados do Cadastro atualizados, poderão melhorar o planejamento para população idosa, em situação de rua, habitacional”

Leticia Bartollo
diretora do Cad Único

Esses se tornaram multiplicadores para 15 mil técnicos municipais que ainda dispõe de sete manuais, um guia para cadastramento de indígenas, um para quilombolas, além de dois vídeos institucionais, de acordo com Leticia Bartollo, diretora do CadÚ-

nico. “Isso deve cobrir as necessidades de aprimoramento”, afirma ela já bastante orgulhosa: atualmente 81% dos cadastros estão atualizados. Sua equipe trabalha também para identificar a população mais vulnerável que não consta do banco de dados e para cadastrar beneficiário BPC.

Outra mudança é o lançamento da versão 7 do CadÚnico, com uma nova ferramenta desenvolvida pela Caixa Econômica Federal. Uma das novidades será a possibilidade de atualização em tempo real, online, dos dados. As mudanças evitarão, entre outras coisas, a duplicidade de inserções. O sistema operacional contará também, a partir do segundo semestre, com um software de gestão dos dados, desenvolvido com o objetivo de facilitar o manejo da base para que seu uso seja ampliado nas três esferas da federação.

“Estamos batendo muito na tecla do CadÚnico como ferramenta de apoio a gestão municipal. Hoje, os gestores esperam dez anos pela atualização do Censo. Mas, se conseguirem manter os dados do Cadastro atualizados, poderão melhorar o planejamento para população

idosa, em situação de rua, habitacional”, diz Letícia. A ferramenta disponibiliza para os municípios o Índice de Desenvolvimento da Família, que foi adaptado aos dados do cadastro.

Para Letícia, o movimento em direção à maior utilização do CadÚnico nos demais programas sociais e para o planejamento já é uma realidade, que tende a se acentuar. Ela cita o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida; a tarifa social de energia elétrica como bons exemplos.

Próximo passo

O ministro do Desenvolvimento Social Patrus Ananias anunciou recentemente a mudança de nome da Secretaria Institucional e de Parcerias para Secretaria de Articulação para a Inclusão Produtiva. O objetivo é dar ênfase a uma grande prioridade do Ministério, no momento, segundo ele, as políticas de capacitação profissional.

Profissional para os Beneficiários do Programa Bolsa Família, mas conhecido como “Próximo Passo”.

Diante do volume de investimento projetado para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vários setores do governo federal e da indústria da construção civil avistaram uma super demanda de mão-de-obra qualificada, mas problemas na oferta. O mesmo ocorreria com o setor de turismo, já que o país receberá eventos internacionais de grande potencial turístico, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Sendo assim, desenhou-se o projeto de qualificação em ambas as áreas, especialmente na primeira, com vistas a inserção produtiva. A meta estabelecida era de qualificar 180 mil pessoas, com mais de 18 anos e ensino fundamental completo até, no mínimo, a quarta série.

O projeto pioneiro, no entanto, encontrou uma série de dificuldade, relata o secretário de articulação para inclusão

produtiva Ronaldo Garcia. As inconsistências do Cadastro Único fez com que muitos beneficiários não pudessem ser encontrados. “Constatou-se que os beneficiários têm dificuldade em acessar agências de qualificação profissional e tampouco estas estavam preparadas para recebê-los”, conta. Ainda, a seleção de prestadores de serviço foi feita independente da afinidade com o público alvo e com a região a ser realizado o treinamento, de forma que as mesmas não conseguiram se inserir e estabelecer relações facilmente.

Para sanar boa parte do problema, foi necessário envolver toda a rede de assistência social para mobilizar beneficiários e encaminhá-los para os locais de inscrição dos cursos. O que “fez toda a diferença”, segundo Ronaldo. Hoje, 50 mil beneficiários já passaram pelos cursos de qualificação. O nível de inserção no mercado ainda não foi verificado, mas está entre as tarefas da secretaria para o próximo período.

informações, sua atualização e facilidade de acesso aos potenciais usuários, entre outros (ver box 1). Para Sergei Soares, técnico do planejamento e pesquisa do Ipea, “é cada vez mais importante unificar as informações dos cidadãos em um único sistema, inclusive caminhar para que se tenha, no futuro, um cadastro com informações de todos os brasileiros e não apenas daqueles em situação vulnerável.”

A opinião é compartilhada por Natália, que defende um esforço institucional maior pela apropriação do banco de dados pelas diversas áreas governamentais. “É preciso haver movimento interno de aceitação do cadastro como sendo o banco de dados. Ainda não são todos que estão usando, essa ainda é uma visão restrita. Tem áreas que

43%
dos indivíduos

no perfil CadÚnico são economicamente ativos

continuam querendo ter seu próprio banco de dados. No entanto, quando conseguirmos centralizar, não haverá instrumento igual no mundo, não desse tamanho”.

Mas de nada adianta ter o instrumento se os dados ali inseridos não puderem ser

lidos e interpretados. Se a vulnerabilidade se concretiza de variadas formas, e as carências a serem combatidas pelas políticas públicas, neste sentido, também são complexas e diversas, é preciso ter estudos precisos para poder propor intervenções na realidade.

O próprio Ipea fez um levantamento das condições de inserção (ou não) dos beneficiários do Bolsa Família, que evidenciam as necessidades dessa população para garantir rendimento próprio. “A primeira coisa a ser considerada é que apenas 43% dos indivíduos no perfil CadÚnico são economicamente ativos”, lembra José Aparecido Ribeiro, técnico de planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas sociais (Disoc) do Ipea. (ver tabela 1)

Ele destaca ainda que uma parte da população economicamente ativa não precisa de qualificação profissional para se inserir no mercado de trabalho. Este é o caso, por exemplo, de mulheres chefes de família que têm crianças pequenas. Cerca de 1,4 milhão de famílias estão nessa condição, o que representa cerca de 8,3% do cadastro único. Porém, menos de um terço destas têm acesso a creche. Aproximadamente 1,02 milhão de famílias não têm acesso à educação infantil. “Esse é um dado importante porque indica a necessidade de um tipo de intervenção do Estado. Não adianta querer dar curso para essas mulheres, não haverá resultado enquanto não for oferecido um local para deixar os filhos”, explica Ribeiro.

“Não adianta querer dar curso para essas mulheres, não haverá resultado enquanto não for oferecido um local para deixar os filhos”

José Aparecido Ribeiro

técnico de planejamento e pesquisa da diretoria de estudos e políticas (Disoc) do Ipea

A necessidade de um olhar específico para alguns outros grupos também ficou evidente no levantamento, defende Ribeiro. Um deles é de empregadas domésticas, que compõe quase 10% da PEA do banco de dados. “O trabalho doméstico ainda é muito precarizado, com forte componente racial e de gênero. O grosso ainda não acessa os direitos trabalhistas, não tem carteira assinada. É preciso pensar em formas de intervenção, incentivo aos empregadores registrarem, por exemplo. Ainda é uma herança escravista a ser enfrentada”, diz o pesquisador.

Outro número também é bastante significativo: 22% da PEA (População Economicamente Ativa) do CadÚnico é



Ana Nascimento/MDIS

A beneficiária Marta Lúcia Gonzaga com a família toda reunida. E/C: Thailine Oliveira com o neto Wagner Silva Trindade, Matrícia Silva Trindade, Dalgisa Silva Trindade, Suzana Gonzaga Da Silva, Marta Lúcia Gonzaga e o neto.

Tabela 1: Setor de atividade – empregados com carteira, exceto trabalho doméstico

Setor de atividade	Jovens de 16 a 29 anos		Adultos com 30 anos ou mais		Todos	
Trabalhador agrícola	276.412	14%	496.444	14%	772.856	14%
Outras atividades industriais	25.397	1%	48.049	1%	73.446	1%
Indústria de transformação	509.397	25%	699.583	20%	1.208.980	22%
Construção	144.622	7%	299.898	8%	444.520	8%
Comércio e reparação	451.720	22%	465.548	13%	917.268	16%
Alojamento e alimentação	94.773	5%	140.575	4%	235.348	4%
Transporte, armazenagem e comunicação	81.744	4%	210.930	6%	292.674	5%
Administração pública	103.956	5%	315.660	9%	420.616	8%
Educação, saúde e serviços sociais	118.469	6%	447.993	13%	566.462	10%
Outros serviços	41.292	0%	111.304	0%	152.596	0%
Outras atividades	163.662	8%	346.916	10%	510.578	9%
Atividades mal definidas	694	0%		0%	694	0%
Total	2.012.138	100%	3.583.900	100%	5.596.038	100%

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD (2006).

Tabela 2: Inserção ocupacional da PEA com perfil cadastro único

Inserção no mercado de trabalho	Jovens de 16 a 29 anos		Adultos de 30 anos ou mais		Todos	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Empregado com carteira, exceto trabalhadores domésticos	2.012.138	17%	3.583.900	20%	5.596.038	19%
Agricultura familiar	2.023.023	17%	4.383.705	25%	6.406.728	22%
Trabalhador agrícola sem carteira	936.584	8%	1.147.032	6%	2.083.616	7%
Trabalhador doméstico, com e sem carteira	1.008.255	9%	1.759.424	10%	2.768.021	9%
Empregado urbano sem carteira	2.117.624	18%	1.716.424	10%	3.834.048	13%
Conta - própria	1.038.065	9%	3.290.225	19%	4.328.290	15%
Desempregado e inserção marginal	2.642.346	22%	1.769.950	10%	4.412.296	15%
Total da população ativa	11.778.035	100%	17.651.002	100%	29.429.037	100%

Fonte: Elaboração dos autores com base na PNAD (2006).

ampliar o acesso à assessoria técnica e ao crédito com baixas taxas de juros, por exemplo, para auxiliar este segmento específico. “A política do setor agrícola deve ir além da distribuição de terra e agronegócio. O que demonstra a importância do Ministério do Desenvolvimento Agrário”, declara.

Ele lembra ainda que 7% dos cadastrados economicamente ativos são trabalhadores agrícolas sem carteira, antigamente chamados de bóias-frias, que requerem uma série de outras intervenções do Estado, como maior fiscalização das empresas e, em alguns casos, intervenção do Ministério Público.

Uma outra parcela importante a ser alvo de ações de inserção produtiva, talvez a que mais requereria qualificação profissional, na opinião do técnico do Ipea, são os empregados sem carteira em atividades não agrícolas (13% da PEA do CadÚnico), em sua maioria jovens e inseridos economicamente de alguma forma. “É mais possível redirecionar a carreira dessas pessoas. Há um material humano para ser trabalhado. Uma boa oportunidade”, avalia Ribeiro. 

formada por trabalhadores da agricultura familiar. Isso, segundo Ribeiro, demonstra a fragilidade da política agrária do país, apesar de uma série de iniciativas incidirem diretamente sob essa população – como a recém aprovada obrigatoriedade de pelo menos 30% dos produtos adquiridos para alimentar os estudantes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) provir da agricultura

familiar por meio de Lei Federal. (ver tabela 2)

Diante do tamanho dessa população, entretanto, Ribeiro defende medidas mais enérgicas: “é preciso tirar o ranço da reforma agrária. O brasileiro precisa saber que as famílias que fazem queijo e vinho na Europa – tão apreciados – se mantem por conta de uma forte política de incentivo à agricultura familiar”, diz. Ele considera que é preciso

Exemplo baiano

O Cadastro Único de Programas Sociais é referência para o trabalho de Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza da Bahia, que desenvolve a estruturação dos dados em um módulo georreferenciado, e já programou um sistema de análise de dados conhecido no universo da tecnologia da informação como Business Intelligence (ou Inteligência de Negócios, em tradução livre).

“O sistema lê a base de dados, quantifica, faz os cruzamentos necessários e assim definimos a natureza da intervenção do Estado de forma muito mais acertada”, diz Mara Moraes de Carvalho Mota, diretora executiva do Fundo.

Ela destaca que a definição dos cadastrados como receptores das ações do Fundo foi um passo importante para evitar a fragmentação e a natureza difusa da política social, avançando para uma ação mais homogênea, além de mitigar a disputa de interesses regionais.

A base de dados hoje estrutura ações de garantia de infra-estrutura e geração de renda, com forte ênfase na agricultura familiar, qualificação profissional e garantia da segurança alimentar, além da política habitacional. Esse modelo possibilita o investimento na avaliação dos programas desenvolvidos pelo Fundo, já que é possível fazer um

levantamento periódico da situação das famílias e cruzar os dados com o espectro de atuação de cada uma das ações. “Pretendemos prestar contas não apenas financeiramente, mas também do ponto de vista social e fazer os ajustes naquilo em que não obtivermos as respostas esperadas”, diz.

Seu próximo desafio é inserir os dados do CadÚnico da Bahia em um sistema georreferenciado. Por enquanto, o sistema conta com dados do Censo e do PNAD. “Já começamos os diálogos para tornar isso possível e disponibilizar em nosso site para a sociedade civil”, conta.



**Onde você encontra um lugar
assim para descansar?**

- A () Lençóis Maranhenses, MA
- B () Búzios, RJ
- C () Florianópolis, SC
- D () Jericoacoara, CE

**Se você é brasileiro e não sabe
a resposta, está na hora
de conhecer melhor o Brasil.**

RESPOSTA: D - JERICOACOARA, CE

**VIAGEM É PARA TODA A VIDA.
VIAJE POR TODO O BRASIL.**

Ministério
do Turismo



Consulte seu agente de viagens. www.turismo.gov.br

Campo fértil para investir

Roberto Tenório – em São Paulo

Crescimento demográfico, economia saudável e maior necessidade de alimentos elevam dependência do Brasil por insumos agrícolas importados

Stock



Os bons ventos que alavancaram o desenvolvimento econômico do Brasil nos últimos anos ameaçam trazer tempestades em um futuro bem próximo. A causa é a dependência crônica de insumos agrícolas importados que o país enfrenta. Reconhecido internacionalmente como um dos poucos – senão o único – país com condições para atender o aumento no consumo das *commodities* agrícolas no mundo, e também aumento do consumo interno, o Brasil continua altamente vulnerável às oscilações em mercados como o de fertilizantes.

Embora não exista risco eminente de desabastecimento, a elevação nos preços deste insumo pode se tornar um fator altamente limitante para a expansão da atividade agrícola brasileira, uma vez que o volume de aplicações determina o resultado final da produção. A situação mais crítica é a do cloreto de potássio, cuja dependência brasileira de importações atinge a marca de 90%. Para combater o problema, o governo federal estuda a criação de uma empresa de capital nacional para exploração das fontes existentes no país. Porém os impasses ambientais emperram as discussões, uma vez que a maior fonte de insumos para a produção de fertilizantes está localizada em área de reserva ambiental indígena na Amazônia, e outra grande fonte está associada a uma jazida de urânio, no Ceará.

Carlos Eduardo Florence, diretor executivo da Associação Brasileira dos Misturadores do Brasil (AMA), avalia que a construção de uma empresa nacional de fertilizantes demoraria entre cinco e seis anos para poder alcançar escala de produção e atender parte da demanda interna. E ainda assim, o executivo da AMA não acredita que a medida favoreça a redução de custos dos insumos. “Custo de produção só é possível reduzir com a criação de subsídios. Ainda mais porque a indústria sempre vai buscar o retorno econômico na proporção do capital investido.” Para ele, nesta situação também

é preciso levar em conta o mercado internacional de fertilizantes, que sempre será o balizador de preços. “Portanto não acredito que essas mudanças façam alguma diferença na cotação final dos insumos”. De qualquer maneira, ele descartou qualquer hipótese de desabastecimento afirmando que “os misturadores buscarão matéria-prima onde quer que ela exista”.

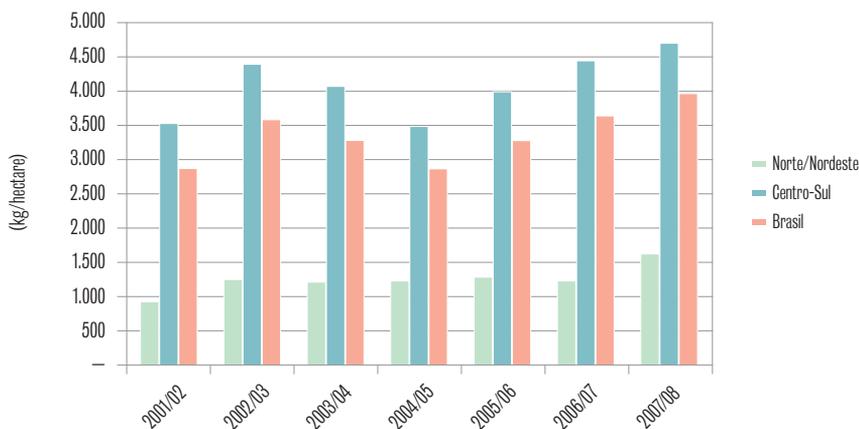
A situação mais crítica é a do cloreto de potássio, cuja dependência brasileira de importações atinge a marca de 90%

Por outro lado, há o fato de que a dependência externa abre espaço para que qualquer oscilação internacional produza reflexos diretos nos custos de produção, diminuindo o investimento nas lavouras e provocando redução na oferta dos produtos agrícolas. Sem o respaldo dos adubos, o Brasil tende a perder competitividade no mercado global, e a oportunidade de se consolidar como o maior fornecedor de alimentos para o mundo. Alguns especialistas criticam a demora do governo em desenvolver alternativas para resolver o problema. Enquanto não se encontra uma solução, histórias semelhantes à de 2004 podem se repetir a qualquer momento. Neste

ano, a disparada nos preços dos fertilizantes, gerada por problemas com as jazidas no Canadá, e as restrições de exportação da China – ambos grandes produtores – sacudiram a agricultura nacional e derrubaram os índices de produtividade no campo.

De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produtividade de soja na safra 2003/04 recuou 17,2% na comparação com o ano anterior, para 2,32 mil quilos por hectare. A oleaginosa é a principal *commodity* exportada pelo Brasil, e é matéria-prima básica na elaboração de ração para animais de corte. No caso do milho, outra importante fonte de alimentação animal, a queda foi de 8,2%, ficando em 3,29 mil quilos por hectares no comparativo com as mesmas safras (ver Gráfico 1). O mesmo cenário se repetiu em 2008 por causa da expectativa de redução no consumo mundial de alimentos provocada pela crise econômica. O saldo da situação culminou com a elevação do câmbio, e inflou novamente as cotações dos adubos. Ainda de acordo com a Conab, os índices de produtividade da soja na colheita de 2008/09 recuaram 6,6% em relação à safra anterior, passando para 2,62 mil quilos por hectare. O rendimento produtivo do milho também fechou em queda de 9,3%, tomando como base o mesmo período, fechando com 3,59 mil quilos por hectare.

Gráfico 1: Crise com insumos derrubam produtividade do milho



Fonte: Conab

Agronegócio e superávit

Nos últimos anos, o agronegócio foi determinante para formar o superávit necessário na balança comercial brasileira, garantindo a entrada constante de recursos e conferindo autonomia internacional. “Os países exportam aquilo que podem e não o que querem. Nos últimos anos nosso fluxo comercial foi salvo pela exportação de produtos considerados de baixo valor agregado e produzidos pelo agronegócio. O campo tem sido determinante para a economia do país, e ainda arrisco dizer que, se não fosse a agropecuária, não teríamos conseguido nem mesmo a estabilidade da moeda”, avalia Benedito Rosa, diretor de assuntos comerciais externos da secretaria de relações internacionais do Ministério da Agricultura (Mapa). A afirmação encontra respaldo no crescimento dos números de embarques de grãos. As exportações de soja cresceram 16,4% em 2009, para 28,56 milhões de toneladas, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Os números de milho também fecharam com saldo positivo, registrando aumento de 22% e fechando com 7,86 milhões de toneladas embarcadas (ver Gráfico 2).

Para o técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos setoriais (Diset) do Ipea, João Carlos de Souza Carvalho, é extremamente



Shutterstock

Brasil é um dos poucos países com condições de atender o aumento no consumo das commodities agrícolas no mundo

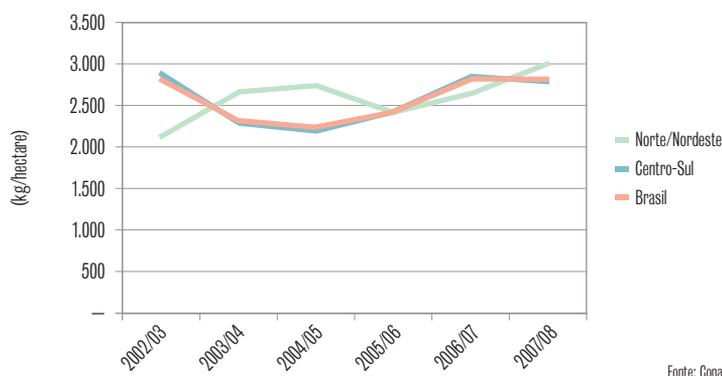
22%

de aumento

no embarque de milho em 2009,
em relação ao ano anterior

importante a elaboração de políticas agrícolas adequadas para amparar o produtor em relação aos custos de produção. Entretanto, ele é contrário a qualquer tipo de política de subsídio ao campo, pois acredita que assim o sistema elimina a competitividade dos produtores. “Vi pessoalmente que este tipo de incentivo vicia o produtor, que deixa de ser ente econômico e perde a noção de competitividade”, comenta. Disse ainda que para um país ser líder em produção de alimentos é essencial eliminar os gargalos de produção, como o encontrado entre os fertilizantes. Este insumo representa entre 20% e 30% do custo de produção total do produtor brasileiro. “Minimizar o impacto disso no bolso do agricultor é um tipo de política agrícola que precisa ser colocada em prática o quanto antes. Na sequência estão os problemas de infraestrutura, onde se faz necessário a construção de portos, hidrovias e ferrovias. Os gastos com transporte por meio de caminhão encarecem absurdamente a produção. Como ficam os produtores que atuam na região Centro-Oeste do País?”, questiona o especialista.

Gráfico 2: Crise com insumos derruba produtividade da soja





João Carlos de Souza Carvalho, técnico em planejamento e pesquisa da diretoria de estudos setoriais (Diset) do Ipea

Carvalho avalia que o Brasil precisa parar de ter vergonha de produzir alimentos. As decisões que envolvem a política agrícola precisam ser dialogadas e tomadas em conjunto com quem conhece a realidade do campo. “Nos Estados Unidos, a agricultura possui papel de destaque entre as políticas e é fundamental para a economia. Já por aqui, a primeira turma de adidos agrícolas foi formada faz pouco tempo. No entanto, o governo tem

“Hoje apenas 20% dos recursos totais envolvidos na produção de um grão são gerados no campo, e os outros 80% são formados por todo custo da atividade industrial, serviços, transporte e elaboração genética da semente”

Benedito Rosa,

diretor da secretaria de relações internacionais do Ministério da Agricultura

mais de 100 adidos militares porque somos um país muito envolvido em guerras”, ironiza. A agricultura é uma atividade econômica como

qualquer outra, prossegue o pesquisador, uma vez que os produtores trabalham para ganhar dinheiro. “Agricultor é um ente econômico. Se a atividade se tornar inviável com o aumento dos custos, ele simplesmente para de colher”.

Valor agregado

Enquanto novos investimentos não são aplicados no desenvolvimento de outros setores como o de tecnologia e serviços, será difícil para o Brasil se desvincular do agronegócio nas relações comerciais externas. Porém, segundo o diretor da secretaria de relações internacionais do Mapa, a tese de que a exportação de grãos não possui valor agregado é incorreta na atual conjuntura. “Uma afirmação dessas até poderia ser considerada correta quando a atividade era extrativista. Mas, hoje, apenas 20% dos recursos totais envolvidos na produção de um grão são gerados no campo. Os outros 80% são formados por todo custo da atividade industrial, serviços, transporte e elaboração genética da semente, movimentando uma enorme demanda por mão-de-obra especializada”, analisa. Há ainda outros recursos tecnológicos como as colheitadeiras e plantadeiras com georeferenciamento por satélite. “É sem sentido falar que não interessa exportar produto de baixo valor agregado, quando nos produtos agrícolas exportados estão embutidas várias etapas da atividade industrial. Por essa razão os americanos prosseguem como os maiores vendedores destes produtos no mundo”, desabafa Rosa.

Mercado interno

E não é somente com o mercado externo que estão as maiores preocupações com os fertilizantes. A tão sonhada prosperidade proporcionada pela estabilidade da economia aumentou a renda da população, reduziu o nível de pobreza, e puxou para cima a demanda por alimentos. Portanto, conter pressões de alta

Segundo Carvalho, fortes oscilações dos insumos só ajudam a fortalecer quem possui grandes concentrações de terra, e consegue ser mais competitivo, por ter maior escala de produção.

20%
a 30%

dos custos totais de produção no Brasil são relativos a fertilizantes

nos preços tornou-se assunto de segurança para controle da inflação, e para garantia de abastecimento. Com o aumento da renda, a população passou a consumir produtos mais elaborados como carne de primeira, cuja produção depende em grande parte dos grãos. Segundo Fernando Gaiger Silveira, técnico em planejamento e pesquisa do Ipea, diversificação é a palavra ideal para definir o novo perfil da população brasileira. Conforme explicou, produtos como os lácteos, carnes nobres e têxteis estão diretamente ligados ao agronegócio, e consequentemente são dependentes de investimentos em insumos para sustentação da oferta. “Na última Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada em 2002/03 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a pressão alimentar no orçamento doméstico havia diminuído. Na prática significa que está sobrando mais dinheiro para consumir outros tipos de produtos que podem ou não estar ligados ao agronegócio”, analisou.

De acordo com o levantamento do IBGE, o consumo *per capita* anual de cereais e leguminosas registrou consumo médio de 52 quilos entre as famílias que recebem até R\$

1.600,00. Em contrapartida, os orçamentos com renda superior a R\$ 3.000,00 mostraram um consumo menor, de 38 quilos *per capita* anual. A pesquisa mostra a migração das famílias com renda elevada para as frutas, cuja aquisição atingiu 45,8 quilos per capita anual, contra a média de 17 quilos per capita anual para as famílias mais pobres. Já no caso da compra de carnes, o público de renda superior a R\$ 3.000,00 consumiu 10,6 quilos per capita de carne de primeira, contra a média de seis quilos per capita do total.

“O padrão de alimentação das famílias tem mudado ao longo da década, com o casal e até mesmo os filhos saindo para trabalhar fora”

Edilson Nascimento Silva,
coordenador da Pesquisa de Orçamento Familiar

Edilson Nascimento Silva, coordenador da POF elaborada pelo IBGE, afirma que o estudo com as informações atualizadas sobre o consumo alimentar das famílias será divulgado em algumas etapas ao longo do próximo semestre, tendo início no final do mês de junho. Conforme adiantou, a nova pesquisa contará com a inédita análise do



A estabilidade da economia aumentou a renda da população, e puxou para cima a demanda interna por alimentos

consumo efetivo das pessoas fora do lar. “O padrão de alimentação das famílias tem mudado ao longo da década, com o casal e até mesmo os filhos saindo para trabalhar fora”, analisa. Ele acrescenta que boa parte dessas mudanças podem ter sido influenciadas pelo aquecimento da economia, uma vez que o crescimento da demanda por mão-de-obra contribuiu para a incorporação dos membros da família no mercado de trabalho.

“O mundo vai continuar crescendo e comendo cada vez mais. Para acompanhar essa

“Na última Pesquisa de Orçamento Familiar a pressão alimentar no orçamento doméstico havia diminuído. Na prática significa que está sobrando mais dinheiro para consumir outros tipos de produtos”

Fernando Gaiger Silveira,
técnico em planejamento e pesquisa do Ipea

10
milhões

de toneladas de fertilizantes são importadas por ano para garantir a demanda interna

demanda é necessário um modelo viável de produção de alimentos, com água abundante, solo e clima adequado. Nós temos isso de sobra, porém é preciso combater os excessos para o sistema produtivo crescer sem onerar os mais pobres”, lembra Benedito Rosa, do Mapa. Ele salienta que as cobranças adicionais em fretes, como é o caso do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante, só prejudicam as classes mais pobres. “A alimentação é o principal item de compra no orçamento dos mais pobres. Nós importamos mais de 10 milhões de toneladas de fertilizantes por ano para garantir a demanda interna. Em caso de altas, a carga de impostos só contribui com a elevação de preços e quem paga isso sempre é o consumidor.” **1**

Demanda asiática por alimentos abre espaço para exportação brasileira de grãos

O crescimento vigoroso da demanda mundial por comida continuará criando boas oportunidades para o agronegócio brasileiro. Puxado pelos países que compõem o bloco asiático, liderado pela China, o mercado internacional de grãos e alimentos passou a demonstrar aquecimento há cerca de 20 anos. Desde então, só na China, algo entre 20 milhões e 23 milhões de pessoas são incorporadas anualmente ao quadro mundial de consumidores, conforme estimativa do departamento de assuntos comerciais externos da secretaria de relações internacionais do Mapa. Outra característica provocada pelo crescimento demográfico na região é a expansão da urbanização das áreas agricultáveis.

Estima-se que os chineses perdem cerca de um milhão de hectares por ano em virtude da construção de estradas, casas, prédios e novas cidades. Já a Índia sofre com lençóis freáticos de qualidade inadequada e o excesso de pequenas propriedades, cuja média nacional é de um hectare por produtor, o que em parte explicaria a escassez de alimentos no país.

Benedito Rosa, da secretaria de relações internacionais do Mapa, afirma que o único país apto a suprir essa procura nos próximos 20 anos é o Brasil. “Os EUA não possuem as mesmas reservas de água como nosso país. Além disso, temos clima e terra para produção abundante, mas nosso solo

é muito pobre e precisa de tratamento específico”, analisa. Conforme avaliou, o Brasil precisa aproveitar essa janela e ampliar o fluxo comercial das exportações para equilibrar cada vez mais a balança comercial. De acordo com ele, a vantagem é que os produtores brasileiros são altamente competitivos no mercado internacional por causa da ausência de subsídios. No entanto, ele afirma ser imprescindível o investimento para o aumento da produção de fertilizantes no País.

A industrialização e o crescimento da agricultura brasileira nos últimos anos só foram possíveis por causa do pacote de investimentos em agroquímicos e fertilizantes. Ao longo dos últimos trinta anos, a área produzida no Brasil cresceu 56% e a produção 136%, no caso dos grãos. “Os grandes países produtores já passaram por esse processo. O Brasil chegou por último e com a vantagem de ser em um momento de conjuntura positiva. No entanto, em alguns quesitos, como os fertilizantes, estávamos despreparados e continuamos despreparados”, afirma Benedito Rosa.

A produção agrícola nacional requer basicamente três tipos de fertilizantes: os nitrogenados, os fosfatados e os potássicos. Neste último caso, a dependência de importação chega a 90%. O grande problema é que o projeto de extração das

90%

de cloreto

de potássio necessário para a produção agrícola é importado

jazidas necessita de altas taxas de investimentos e só oferece retorno de longo prazo. Para Benedito Rosa, a produção interna de nitrogenados é inviável, uma vez que o custo do gás metano, essencial para o processo, é muito elevado. “A Petrobras oferece o gás duas vezes mais caro que o preço final de nitrogenados na indústria do Oriente Médio e da Rússia. Só neste item, o alto custo diminui a competitividade em relação ao produtor americano e outros.

Para João Carlos de Souza Carvalho, a situação poderá melhorar com a chegada da terceira geração dos transgênicos. “São plantas cujo consumo de fertilizantes é inferior à média comum. Porém ainda estão em fase de pesquisa e não há previsão para a chegada ao mercado”. Enquanto isso não ocorre, resta aos produtores dependerem da elaboração de políticas agrícolas emergenciais que aliviem os problemas mais graves.

Tabela 1: Exportações Brasileiras de Soja

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2005	351,9	413,8	1.833,3	2.698,1	2.297,4	3.008,6	2.717,1	2.790,2	2.220,5	1.792,1	1.359,2	952,8	22.435
2006	716,1	720,5	2.654,1	2.915,0	3.170,6	2.301,6	4.376,6	2.956,0	1.996,3	1.681,7	998,3	471,1	24.958
2007	528,5	774,8	2.054,2	3.165,2	3.152,4	3.074,3	3.093,3	2.673,9	1.816,7	2.024,8	846,7	528,8	23.734
2008	599,6	425,1	1.403,9	3.346,5	4.442,1	3.544,4	3.984,3	2.358,4	1.877,8	1.061,5	723,6	750,4	24.518
2009	614,5	689,5	2.642,9	4.493,2	4.679,3	6.174,4	3.347,2	2.979,6	1.830,4	722,7	185,8	203,1	28.563

Fonte: Secex

Milhares de toneladas

Estamos vivendo um novo Brasil. **Feito por você.** Respeitado pelo mundo.

Nós brasileiros conquistamos um país cada vez melhor para todos.
Estamos juntos, seguindo em frente. E é possível avançar ainda mais.

- **US\$ 239 milhões acumulados em reservas internacionais** no último ano. Aumento de 385% frente a 2003. Fonte: Banco Central.
- **A classe C já corresponde a 53,6%** da população brasileira e a classe AB aumentou de 10,7% para 15,6% de 2003 a 2009. Fonte: FGV.
- **R\$ 69,92 bilhões investidos em habitação.** Aumento de 600% em relação a 2003. Fonte: Ministério das Cidades.
- **596 mil bolsas do Prouni** concedidas em 1.253 municípios, de 2005 a 2009. Posição: março de 2010.
- **Mais de 3 milhões de veículos vendidos** em 2009, um novo recorde histórico. Crescimento de 150% em comparação a 2003.
- **24,1 milhões de brasileiros** superaram a pobreza, entre 2003 e 2008. Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
- **12,1 milhões de empregos formais** gerados nos últimos 7 anos. Fonte: Rais e Caged.
- **Desmatamento 74,4% menor** do que em 2004. O menor índice registrado desde 1998, quando foi iniciada a apuração da taxa anual. Fonte: INPE.
- **O percentual da população pobre** caiu de 42,7% para 28,8%. Fonte: PNAD.
- **Queda de 61,6% da desnutrição infantil**, entre 2003 e 2008. Fonte: Ministério da Saúde.



Exportações

China será o segundo mercado para a região

A China tomará o lugar da União Europeia e alcançará os Estados Unidos como principal mercado de destino das exportações da América Latina e do Caribe em meados da próxima década. Entretanto, a importância do gigante asiático como mercado de exportação varia notavelmente dentro da região.

A China é um mercado-chave para o Chile, Peru e Argentina, por exemplo, embora seu peso seja bastante reduzido para as vendas da América Central, salvo as da Costa Rica. As exportações do México para a China em 2009, por exemplo, representaram menos de 1% das vendas totais deste país ao exterior.

Para as importações é previsto um comportamento similar: a China poderia superar a União Europeia e os Estados Unidos em 2020, como principal centro de origem das importações da região. Este aumento se concentrará, sobretudo, nos mesmos bens de capital que já têm alta presença na América Latina e Caribe, como produtos eletrônicos, peças e partes de automóveis, maquinário e têxtil.

Alguns países da região dependem significativamente da China como parceiro

comercial, sendo este o caso do Chile, com 13% do total de suas exportações sendo absorvidas pelo gigante asiático, seguido pelo Peru com 11%, Argentina com 9%, e Costa Rica e Brasil, ambos com 7%, segundo dados da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

Quanto às importações, o Paraguai se destaca dos demais países da região, com 27% de suas importações oriundas da China, seguido pelo Chile e Argentina, onde esse valor é de 11%, e Brasil, México e Colômbia, todos com 10%.

A composição das exportações da América Latina e Caribe para a China segue concentrando-se em matérias primas e processados, ainda que variem os graus de especialização. Costa Rica, México e El Salvador, por exemplo, vendem para a China alguns produtos manufaturados de alta tecnologia.

A alta demanda chinesa por alimentos, energia, metais e minerais tem melhorado particularmente os termos de intercâmbio com a América do Sul, favorecendo seu crescimento, e sendo essencial para explicar a capacidade de recuperação desta região durante a recente crise global.



Investimento estrangeiro

Entrada de IED na América Latina e Caribe deve aumentar 50% em 2010

Os fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) na América Latina e no Caribe deverão aumentar entre 40% e 50% em 2010, na comparação com 2009. O aumento esperado para este ano permitirá que a região retome os níveis de IED alcançados em 2007, com valores superiores a US\$ 100 bilhões.

A expectativa é que o IED aumente significativamente em 2010, devido às melhores perspectivas de crescimento para os países da América Latina e do Caribe, às tendências no longo prazo do investimento estrangeiro na região, e às projeções de entradas esperadas em alguns dos principais países receptores de IED.

A crise internacional afetou as correntes de IED em 2009, derrubando em 42% a captação destes recursos em relação ao recorde histórico alcançado em 2008, de US\$ 132 bilhões.

A queda no investimento foi generalizada em todas as sub-regiões da América Latina e do Caribe. As correntes de IED na América do Sul diminuíram 40%; enquanto que as dirigidas ao México e à região do Caribe, caíram 45% em 2009, em relação ao ano anterior. O Brasil continuou sendo o maior receptor destes recursos, seguido do Chile, México, Colômbia e Argentina. Entre as economias médias e grandes da região, o Chile apresenta a maior porcentagem de IED em relação ao seu PIB (8%).

Mantendo o perfil de períodos anteriores, o setor de serviços foi o que recebeu a maior quantidade de IED em 2009. Já o setor primário (agricultura, mineração e petróleo) sofreu uma queda relativa. No mesmo período, os Estados Unidos permaneceram como os maiores investidores na região, seguidos pela Espanha e Canadá.

Honduras retira processo contra o Brasil

O governo do presidente de Honduras, Porfirio Lobo, retirou a ação que movia na Corte Internacional de Justiça contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A corte suspendeu o processo que começou em 2009. A ação foi apresentada pelo ex-presidente hondurenho Roberto Micheletti, motivada pela concessão de abrigo ao presidente deposto de Honduras, Manuel Zelaya, na Embaixada do Brasil em Tegucigalpa (capital hondurenha).

Em documento divulgado em maio, a Corte Internacional de Justiça informa que recebeu uma carta do ministro dos Negócios Estrangeiros (cargo equivalente ao de chanceler) de Honduras, Mario Miguel Canahuatid, pedindo o fim do processo.

Honduras iniciou o processo contra o Brasil no dia 28 de outubro de 2009, um mês depois do golpe que depôs Zelaya. O golpe foi promovido por uma ação conjunta de integrantes da Suprema Corte, do Congresso Nacional e das Forças Armadas de Honduras. Zelaya deixou o país e depois retornou, estabelecendo-se com aliados na Embaixada



Porfirio Lobo

do Brasil. No momento, ele está na Costa Rica aguardando um eventual processo de anistia para que possa retornar a Honduras.

Paralelamente, o governo “Pepe” Lobo ainda sofre restrições na Organização dos Estados Americanos (OEA), do Brasil e de vários países da América do Sul e do Caribe. Para alguns líderes latino-americanos, o atual presidente hondurenho deveria promover um amplo processo de anistia, concedendo o perdão a Zelaya e a seus correligionários.

Segundo “Pepe” Lobo, está em curso no país a Comissão da Verdade, composta por um grupo de especialistas, que visa a investigar o processo de deposição de Zelaya e restabelecer a ordem.

Universalização dos seguros sociais reverte pobreza

Buscar a universalização dos seguros sociais, sem ligá-los exclusivamente ao emprego formal, é a melhor maneira de reverter a pobreza e a exclusão social na América Latina e no Caribe, afirmou François Bourguignon, diretor da Escola de Economia de Paris, que participou em maio da Conferência Magistral realizada na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago no Chile.

Para Bourguignon, que atuou como economista chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial entre 2000 e 2007, há dois instrumentos de proteção social: os seguros sociais, como o seguro desemprego e as pensões, que dependem da contribuição individual, ao longo do tempo, e a assistência social, que inclui benefícios, subsídios ou transferências monetárias que não se baseiam em contribuições prévias.

A diferença entre a experiência europeia e a latino americana é que aqui na América Latina existe um déficit estrutural nos seguros sociais, cujo financiamento é retirado da arrecadação tributária. No Peru, por exemplo, o Estado deve subsidiar 89% dos seguros sociais, na Argentina, 56% e no Brasil, 40%, citou o economista.

Enquanto na Europa o gasto público com proteção social equivale a aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto (PIB), na América Latina e no Caribe esse valor corresponde a menos de 10%, considerando-se que sua estrutura em relação aos instrumentos utilizados varia muito entre os países. Bourguignon citou o exemplo do Uruguai, país que neste quesito mais se iguala aos gastos europeus, onde quase dois terços da proteção social é composta por seguros sociais, enquanto na Nicarágua, El Salvador e Honduras os seguros sociais são quase inexistentes e a proteção social está concentrada em instrumentos de assistência.

Aquecimento global

ONU quer inclusão e transparência no debate

De acordo com o secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, “ONU busca diálogo, inclusão e transparência no debate sobre mudança climática a nível mundial”. O recado foi lido durante a Conferência Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra, que ocorreu na Bolívia, em abril.

O encontro foi convocado pelo Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales, como fórum para debater as causas das mudanças climáticas e as possíveis soluções entre representantes da sociedade civil, da comunidade científica, governos, acadêmicos e organizações sociais. Pessoas de 120 países inscreveram-se no evento.

As deliberações desse Seminário devem contribuir para a XVI Conferência das Partes da Convenção do Clima da ONU, conhecida por COP 16, que ocorrerá em novembro de 2010 no México.

“Espero com grande interesse suas propostas em matéria de redução de emissões de carbono, expansão de energias limpas e redução da negligência às mudanças climáticas. Nossos esforços devem ser muito mais ambiciosos a fim de alcançar o que a ciência recomenda para estabilizar o clima. Só a cooperação mundial pode evitar a mudança climática fora do controle”, assinala a mensagem enviada por Ban Ki-moon.

PERFIL

Zilda Arns



Os sete pontos da escala Richter foram suficientes para abalar uma pequena ilha do Caribe e destruir todo um país. De repente o Haiti acordou na manhã do dia 12 de janeiro com suas cidades devastadas e cerca de 300 mil mortos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). A tragédia que chocou o mundo teve um gosto amargo também para os brasileiros: além dos soldados que estavam em missão de paz no país, um nome muito querido do Oiapoque ao Chuí também estava na lista de mortos. Era o de **Zilda Arns**, atingida por uma viga do teto de uma igreja, aos 75 anos.

Ivy Farias – em São Paulo

O nome da médica pediatra e sanitarista é sinônimo da Pastoral da Criança, entidade que ela fundou em 1983 e que conta com mais de 261 mil voluntários em todo o país. A doutora Zilda, ou a Pastoral, como preferir, foi responsável pela diminuição da mortalidade infantil no Brasil. O trabalho, realizado preferencialmente em comunidades muito pobres, foi reconhecido internacionalmente. A Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a Organização Mundial de Saúde foram algumas que concederam distinções à Pastoral. Só o governo brasileiro indicou a entidade quatro vezes ao prêmio Nobel da Paz.

O nascimento e reconhecimento da Pastoral confunde-se com a vida de Zilda Arns Neumann, uma senhora de voz mansa que nasceu na pequena Forquilha, a 212 quilômetros de Florianópolis (SC), em 25 de

agosto de 1934. Filha de um casal descendente de alemães que teve 16 filhos, entre eles o hoje arcebispo emérito de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o responsável por convencer o patriarca da família a deixar Zilda estudar medicina na Universidade Federal do Paraná.

Depois dos bancos da faculdade, Zilda foi para o Hospital de Crianças César Pernetta e, mais tarde, tornou-se diretora de Saúde Materno-Infantil da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná. Foi baseado em sua experiência que Dom Paulo sugeriu que a irmã criasse um programa para disseminar o uso do soro caseiro dentro da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Surgiu assim a Pastoral da Criança, que hoje atua em mais de 4 mil municípios em todos os estados brasileiros. O legado da doutora Zilda, porém, não se restringe apenas às vidas das crianças: em 2004, ela fundou a Pastoral da Pessoa Idosa, que, segundo a própria instituição, atende atualmente mais de 129 mil idosos.

Mãe de cinco filhos e avó de dez netos, a doutora Zilda viajou o mundo todo para contar sua experiência à frente da Pastoral da Criança. Hoje, modelos semelhantes existem na República Dominicana, Panamá, México, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Argentina, Colômbia, Bolívia, Honduras, Guiné, Guatemala, Timor Leste e Filipinas. Foi para fazer uma palestra sobre o trabalho da Pastoral para religiosos em Porto Príncipe que ela deixou Curitiba, onde morava, rumo ao Haiti.

O terremoto no Haiti pos um fim a uma vida dedicada à caridade. A força do abalo, porém, em nada mudou o legado de Zilda Arns, já que a Pastoral da Criança continua atendendo, em média, 83 mil crianças por mês com uma nova causa: ensinar as mães que é mais seguro deixar os bebês dormindo com a barriga para cima, ideia proposta pela incansável doutora Zilda, que atuava, antes do terremoto, na expansão internacional da Pastoral, para dar saúde e qualidade de vida a mais crianças pobres em todo o mundo. 

Identidade tupiniquim

Hans Brageimann

Objetos produzidos e vendidos na Feira de Caruaru, em Pernambuco

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial preserva saberes, celebrações, formas de expressão e lugares que representam a identidade cultural brasileira

O que a roda de capoeira, o modo de fazer o queijo de Minas, a feira de Caruaru, a cachoeira de Iauaretê e o Frevo têm em comum? Além de símbolos da cultura nacional, todos são patrimônios imateriais registrados pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, criado pelo decreto 3.551 em agosto de 2000, torna viáveis projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural.

De acordo com a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), entende-se por patrimônio imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos, os indivíduos reconheçam como parte integrante do seu patrimônio cultural. Segundo Ana Gita de Oliveira, coordenadora geral de identificação e registro do Iphan, atualmente, o Brasil possui 18 bens registrados, 50 inventários de referências culturais finalizados e 40 em andamento.

Para Gita, o registro de bens culturais cumpre importante papel ao dar visibilidade à dimensão imaterial do patrimônio cultural. “Traz à tona expressões culturais que ficaram historicamente à margem das ações de preservação e, portanto, da ação institucional do Iphan. Estes registros nos dão indicações claras e incontestes de que o Brasil é um país multicultural, e que sua diversidade cultural

deve ser entendida como eixo importante na construção de políticas voltadas ao desenvolvimento do país”, afirma.

As salvaguardas, instituídas pela Unesco na Convenção de Paris, em outubro de 2003, são um dos instrumentos de proteção de bens imateriais. A salvaguarda, de acordo com o documento, assegura o patrimônio cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão, por meio da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspectos desse bem. Em outras palavras, a salvaguarda tem como objetivo dar continuidade aos bens registrados de modo sustentável.

“Precisa haver diálogo com o grupo social de detentores do bem, esperando que, da discussão, perceba-se a necessidade de atualizar a tradição”

Ana Gita de Oliveira,
coordenadora geral de identificação e registro do Iphan

De acordo com o Iphan, o Brasil possui quatro planos de salvaguarda: arte Kusiwa (pintura corporal e arte gráfica Wajãpi); samba de roda do recôncavo baiano; ofício das paneleiras de goiabeiras e viola-de-cocho. “Os planos de salvaguarda são instrumentos importantes na implementação das ações de

apoio e fomento e que, de fato, têm possibilitado a continuidade de existência destes bens”, explica Gita.

A Convenção presidida pela Unesco em 2003 ressalta ainda a importância de que o patrimônio cultural imaterial seja compatível com os instrumentos internacionais em matéria de direitos do homem, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável. Para Gita, quando aspectos de uma tradição se chocam com questões relacionadas aos direitos humanos, ou dos animais, existem formas de lidar com a situação. “É importante mencionar que o campo do patrimônio cultural imaterial deve ser entendido como uma construção social sendo, nesta medida, datado. Então, e também por este princípio, todo o trabalho de patrimonialização deverá ser feito em diálogo permanente com a base social do bem cultural em questão”, esclarece.

O melhor caminho é que se faça um estudo criterioso (um inventário) de outras situações semelhantes, em um determinado território, de modo a identificar temas e problemas que possibilitem tratar a situação em questão de forma mais adequada. “Precisa haver diálogo com o grupo social de detentores do bem, esperando que, da discussão, perceba-se a necessidade de atualizar a tradição. Porém, dependendo do contexto cultural no qual o bem imaterial está inserido, não será possível construir uma política de preservação”, conclui Gita.

Patrimônios imateriais

O Brasil possui 18 patrimônios imateriais registrados nos Livros de Registro que são quatro: dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares.

TAMBOR DE CRIOLA DO MARANHÃO O tambor de crioula é uma forma de expressão dos municípios do Maranhão de matriz afro-brasileira que envolve dança circular, canto e percussão de tambores. Seja ao ar livre, nas praças, no interior de terreiros, ou então associado a outros eventos e manifestações, é realizado sem local específico ou calendário pré-fixado e praticado especialmente em louvor a São Benedito.

OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS A fabricação artesanal de painéis de barro foi registrada como Patrimônio Imaterial no Livro dos Saberes em 20 de dezembro de 2002. A atividade em Goiabeiras Velha, no Espírito Santo, é que garante o suporte indispensável para fazer e servir a típica moqueca capixaba. Além do registro, o ofício das paneleiras também possui salvaguarda.

MODO DE FAZER VIOLA-DE-COCHO* A viola-de-cocho é um instrumento musical singular quanto à forma e sonoridade, produzido exclusivamente de forma artesanal, com a utilização de matérias-primas existentes na Região Centro-Oeste do Brasil. O seu modo de fazer possui salvaguarda.

O MODO DE FAZER RENDA IRLANDESA PRODUZIDA EM DIVINA PASTORA (SE) Este ofício é relacionado ao universo feminino vinculado originalmente à aristocracia e caracterizado pela longa continuidade histórica. Especialmente na metade do século XX, a confecção da renda surgia como uma alternativa de trabalho, e hoje essa tarefa ocupa mais de uma centena de artesãs, além de ser uma referência cultural.

SAMBA DE RODA DO RECÔNCAVO BAIANO O samba de roda é uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva das mais importantes e significativas da cultura brasileira. Exerceu influência no samba carioca e até hoje é uma das referências do samba nacional, sendo que esse bem cultural também possui salvaguarda.



Roda de Samba com Núcleo de Samba Cupinzeiro, no LUME Teatro. Campinas/SP



Frevo, em Olinda

ARTE KUSIWA – PINTURA CORPORAL E ARTE GRÁFICA WAJĀPI

A Arte Kusiwa é uma técnica de pintura e arte gráfica própria da população indígena Wajãpi, do Amapá. A Arte Kusiwa é um dos bens imateriais brasileiros que possui salvaguarda.

CÍRIO DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ O Círio de Nossa Senhora de Nazaré é uma celebração religiosa de Belém do Pará (PA). Os festejos religiosos reúnem devotos, turistas e curiosos de todas as partes do Brasil e até de países estrangeiros.

MODO ARTESANAL DE FAZER QUEIJO DE MINAS, NAS REGIÕES DO SERRO E DAS SERRAS DA CANASTRA E DO SALITRE

A produção artesanal do queijo de leite cru nas regiões serranas de Minas Gerais representa, até hoje, uma alternativa bem sucedida de conservação e aproveitamento da produção leiteira regional, em áreas cuja geografia limita o escoamento dessa produção. O modo artesanal de fazer queijo constitui um conhecimento tradicional e um traço marcante da identidade cultural dessas regiões.

FEIRA DE CARUARU

A Feira de Caruaru, em Pernambuco, é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais.

MATRIZES DO SAMBA NO RIO DE JANEIRO: PARTIDO ALTO, SAMBA DE TERREIRO E SAMBA-ENREDO

No começo do século XX, a partir de influências rítmicas, poéticas e musicais do jongo, do samba de roda baiano, do maxixe e da marcha carnavalesca, consolidaram-se três novas formas de samba: o partido alto, vinculado ao cotidiano e à criação coletiva de improvisos; o samba-enredo, de ritmo inventado nas rodas do bairro do Estácio de Sá e apropriado pelas

nascentes escolas de samba para animar os seus desfiles de carnaval; e o samba de terreiro, vinculado à quadra da escola, ao quintal do subúrbio e à roda de samba de botequim.

FREVO

O Frevo é uma forma de expressão musical, coreográfica e poética densamente enraizada em Recife e Olinda, no estado de Pernambuco. O Frevo surge no final do século XIX, no carnaval, em um momento de transição e efervescência social, como expressão das classes populares na configuração dos espaços públicos e das relações sociais nessas cidades.

OFÍCIO DAS BAIANAS DE ACARAJÉ

Este bem de natureza imaterial consiste em uma prática tradicional de produção e venda em tabuleiro das chamadas comidas de baianas.

JONGO DO SUDESTE

O jongo do Sudeste é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do Sudeste brasileiro.





Sinos da Igreja São Pedro dos Clérigos em Mariana, em Minas Gerais

O TOQUE DOS SINOS EM MINAS GERAIS O registro do bem cultural tem como referência São João Del Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. O toque dos sinos é uma ação que preserva não só a beleza, mas também a tradição dessa manifestação cultural.

RODA DE CAPOEIRA A Roda de Capoeira é elemento estruturante da capoeira, constitui espaço e tempo em que se expressam simultaneamente o canto, o toque dos instrumentos, a dança, os golpes, o jogo, a brincadeira, os símbolos e rituais de herança africana, recriados no Brasil. A Roda de Capoeira, praticada em quase todo o Brasil, é profundamente ritualizada, congrega cantigas e movimentos que expressam uma visão de mundo, uma hierarquia e um código de ética que são compartilhados pelo grupo.

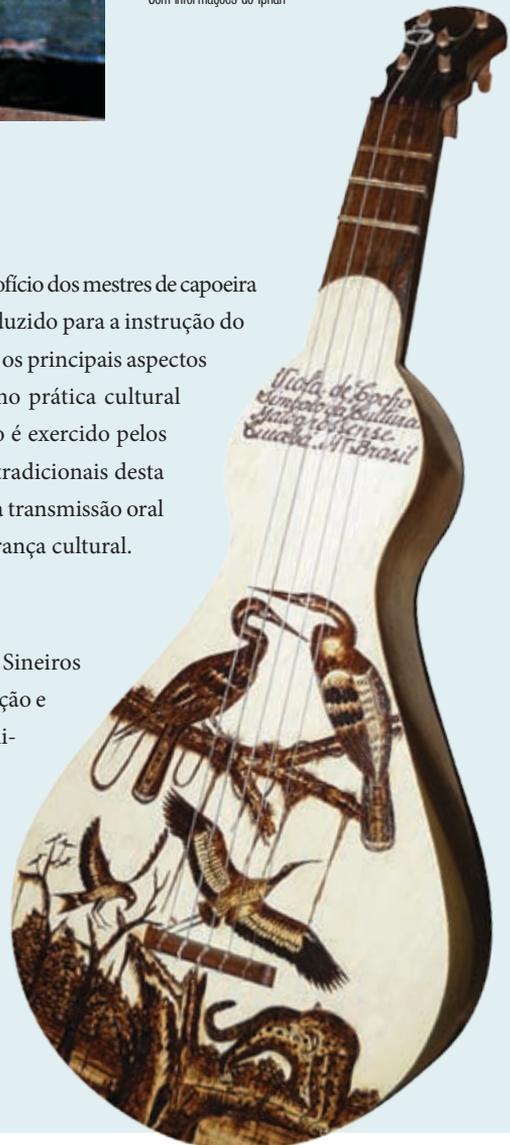
OFÍCIO DOS MESTRES DE CAPOEIRA O ofício dos mestres de capoeira representa o conhecimento produzido para a instrução do ritual, o que permitiu identificar os principais aspectos que constituem a capoeira como prática cultural desenvolvida no Brasil. O ofício é exercido pelos detentores dos conhecimentos tradicionais desta manifestação e responsáveis pela transmissão oral das práticas, dos rituais e da herança cultural.

OFÍCIO DE SINEIROS O Ofício de Sineiros mostra que a estrutura, composição e o saber tocar sinos estão na habilidade e na memória dos sineiros de Minas Gerais. Quando um antigo sineiro, por diferentes motivos, não pode mais tocar os sinos e não tem oportunidade de transmitir seu saber, a cadeia de reprodução desse saber é interrompida, às vezes de forma irreversível.

CACHOEIRA DE IAUARETÊ – LUGAR SAGRADO DOS POVOS INDÍGENAS DOS RIOS UAUAPÉS E PAPURI

Localizada na região do Alto Rio Negro, distrito de Iauaretê, município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, a Cachoeira de Iauaretê, ou Cachoeira da Onça, corresponde a um lugar de referência fundamental para os povos indígenas que habitam a região banhada pelos rios Uaupés e Papuri. Esses povos estão reunidos em dez comunidades multiculturais, e para os indígenas, a Cachoeira de Iauaretê é seu Lugar Sagrado, onde está marcada a história de sua origem e fixação nessa região. **i**

*Com informações do Iphan



**Você pode superar mais essa barreira:
o medo de falar da violência.**

Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Uma vida sem violência é um direito de todas as mulheres. **Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.** A gente ouve, orienta e te apoia. O serviço é gratuito, confidencial, atende 24 horas e você pode ligar de qualquer telefone. Conte com a gente. Nessa luta, você não está só.

Quem te ensinou a pescar?

Programa de Manejo de pescadores da Amazônia alia sustentabilidade a maiores rendimentos, protegendo e preservando a pesca do Pirarucu, uma das maiores riquezas da região



O setor de pesca no Brasil fatura cerca de R\$ 3,6 bilhões ao ano, de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de 2007. A pesca marinha é responsável por 70% a 80% da atividade no país, o restante é realizado em águas continentais, como é o caso das comunidades do entorno da cidade de Tefé, no Amazonas, há 523 km de Manaus. A preocupação com a pesca predatória teve início nos anos 1970, quando houve uma diminuição significativa de peixes como a sardinha, por exemplo. Desde então, governo e comunidade científica buscam formas menos agressivas de explorar os recursos pesqueiros do país. O Projeto de Manejo Comunitário de Mamirauá é um exemplo de como é possível aliar pesca sustentável ao aumento de rendimento dos pescadores.

Vencedora do 3º prêmio de Objetivos de Desenvolvimento Milênio (ODM), a colônia de pescadores de Tefé realiza uma pesca sustentável de forma cooperada, em que todos ganham ao preservar e respeitar o meio ambiente do bioma onde vivem. O Programa de Manejo Comunitário da região foi desenvolvido pelo Instituto Mamirauá – Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, criada em 1990 pelo governo do Estado do Amazonas. Tem como principal objetivo restringir a exploração do pirarucu *Arapaima gigas*, espécie de maior importância para as comunidades pesqueiras de lagos e rios da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM).

O pirarucu foi a primeira espécie de peixe amazônico a apresentar sinais de sobre-exploração. A diminuição significativa da captura começou a ser percebida ao longo da década de 1970, quando a espécie tornou-se comercialmente extinta próximo às grandes cidades e, em algumas áreas, desapareceu completamente. Segundo o técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), João Paulo Viana, que participou do Programa de Manejo, as colônias de pescadores não respeitavam as restrições de pesca do Pira-



Divulgação

O pirarucu pode atingir três metros de comprimento e pesar mais de 250 quilos

ruçu impostas pelo Ibama/AM. “Como essa espécie era responsável pela maior geração de renda daquela região, pescadores capturavam o pirarucu independente do tamanho ou do período do ano. De acordo com as normas legais, o peixe deveria ser pego apenas com um metro e meio de comprimento e entre agosto e novembro de cada ano”, explicou Viana.

durante os meses permitidos. Curiosamente, o volume de peixes capturados nos meses permitidos do ano é relativamente maior ao volume dos pescados o ano todo.

O que mais contribuiu para que o sistema de pesca sustentável funcionasse na área da Reserva de Mamirauá foi o processo de pesca coletiva, no qual os associados da colônia trabalham conjuntamente na pesca, vigília, beneficiamento e comercialização do pescado. Atualmente, os pescadores revezam-se o ano inteiro para fazer vigília nas áreas da Reserva que podem ser exploradas. Além disso, a pesca coletiva permite melhores preços na hora de vender os peixes, já que há uma escala maior do produto na comercialização. Para participar da associação de pesca, os moradores da região têm que assinar um acordo que evidencia as regras de manejo sustentável do pescado. A Colônia de Pescadores, depois de organizar-se formalmente, inicia um trabalho de conscientização e educação ambiental com as famílias e com os próprios pescadores, utilizando, inclusive, um programa de rádio semanal.

Aliando tradição à pesca sustentável, as comunidades da Reserva de Mamirauá deixaram de pescar os bodecos, como são chamados os peixes com tamanho inferior ao permitido para pesca. Hoje as espécies da região não correm mais risco de extinção e o volume de peixes para pesca aumenta a cada ano. **d**

3,6
bilhões de reais

é o valor anual do faturamento
do setor de pesca no Brasil

As comunidades da região da RDSM foram muito resistentes ao Programa iniciado em 1999. Os técnicos incentivavam os pescadores a explorar espécies alternativas – chamadas de miúdas – para que o pirarucu deixasse de ser explorado por seis anos. No entanto, a pesca de outros peixes não compensava comercialmente para os pescadores. A solução encontrada pelo Instituto Mamirauá foi solicitar junto ao Ibama que as comunidades explorassem 30% dos peixes adultos existentes na região,

Responsabilidade de todos

Brasil cria Política Nacional de Mudanças Climáticas e assume metas quantitativas de redução de emissão de gases de efeito estufa

Cora Dias – de Brasília

Alex Ford



“O país possui 445 projetos, que equivalem a 380 milhões de toneladas de créditos de carbono, o que rende ao país 480 milhões de euros por ano”

José Miguez,
coordenador geral de Mudanças Globais do Clima do
Ministério de Ciência e Tecnologia

É cada vez maior a responsabilidade de países em desenvolvimento, como Índia e China, na redução de gases de efeito estufa (GEE).

Embora não façam parte dos países que têm metas obrigatórias de mitigar o aquecimento global, se esses países mantiverem seus níveis de crescimento econômicos atuais, sua contribuição para a mudança climática, em termos de quantidade de GEE acumulados na atmosfera, será equivalente à dos países desenvolvidos em poucos anos. O Brasil assumiu essa responsabilidade, ao aprovar a Lei 12.187/2009, que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

O princípio estabelecido pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), “responsabilidade comum, porém diferenciada”, reflete o reconhecimento de que a preocupação com o aquecimento global é de todos, mesmo que em proporções diferentes. “Para termos consequências menos drásticas no futuro, o esforço não pode ser apenas dos países desenvolvidos. A mitigação por parte dos países em desenvolvimento é urgente, e não deve ser feita apenas por Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (instrumento de flexibilização, previsto no Protocolo de Quioto, no qual países desenvolvidos podem comprar créditos de carbono a partir de projetos de redução de emissão em outros países)”, afirmou Thaís Juvenal, diretora do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA), durante o seminário “As Negociações Internacionais e as Ações Brasileiras”, promovido pelo **Ipea**, no final de abril.

Para que as emissões de GEE em países em desenvolvimento não sigam o padrão histórico de emissões dos países desenvolvidos, discute-se, no âmbito da UNFCCC, a regulamentação de Ações Nacionalmente Apropriadas de Mitigação (Namas, na sigla em inglês) e do mecanismo de Redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD). Com as Namas, os países da Convenção podem estabelecer ações que visem à redução de emissões e a forma como essas ações podem ser mensuradas, reportadas e verificadas. As ações e metas das Namas serão realizadas de forma voluntária, sem que haja uma obrigatoriedade prévia de realizá-las.

Por possuir uma matriz energética diferenciada, com alta produção de eletricidade por hidrelétricas e grande produção de biocombustíveis, o Brasil apresenta um perfil de emissões diferente do encontrado nos países desenvolvidos, em que a queima de combustíveis fósseis representam a maior parte das emissões.

Atualmente, o país contribui para a redução do aquecimento global por meio do mercado de carbono e da implantação de projetos de MDL. Segundo José Miguez, coordenador geral de Mudanças Globais do Clima do Ministério de Ciência e Tecnologia, que também falou sobre o tema durante o seminário, realizado pelo **Ipea**, o Brasil é responsável por 7% dos projetos de MDL existentes hoje no mundo. “O país possui 445 projetos, que equivalem a 380 milhões de toneladas de créditos de carbono, o que rende ao país 480 milhões de euros



Luedemann: mercado de carbono é uma grande oportunidade para o país

por ano”, afirmou Miguez. Para o técnico do Ipea, Gustavo Luedemann, o MDL é uma grande oportunidade para o país e as empresas brasileiras devem ser incentivadas a implantar projetos desse mecanismo. “Os projetos brasileiros de MDL já possuem muita credibilidade junto à ONU (Organização das Nações Unidas). Essa é uma oportunidade para o país modernizar seu parque industrial”, explicou Luedemann. De acordo com o

técnico em planejamento e pesquisa do Ipea, Ronaldo Seroa da Motta, o sucesso da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas e do mercado de carbono brasileiro dependerão da articulação entre os planos setoriais e a gestão dos incentivos econômicos que vão exigir uma estrutura de governança transparente, tecnicamente ágil e autônoma. Seroa propõe, inclusive, a criação de uma agência reguladora, com uma estrutura de autarquia autônoma, como é o caso da Anatel e Aneel, que regulam, respectivamente, os setores de telecomunicações e energia do país. “Com corpo técnico capacitado e transparência nas decisões, a agência terá maior liberdade para tomadas de decisões, independente da mudança de governos”, explica Seroa.

O *Comunicado do Ipea* número 45, “Perspectivas sobre as negociações de mudança climáticas e seus impactos na política brasileira”, lançado também em abril, mostra que é menos oneroso para o país reduzir as emissões em suas atividades emissoras, em especial o desmatamento, do que naquelas em que

já há eficiência. O documento destaca que ações nacionais concentradas no controle do desmatamento podem oferecer ao país uma significativa vantagem comparativa, pois a redução do desmatamento é, sem dúvida, menos restritiva ao crescimento econômico do que restrições ao consumo de energia e a processos industriais, as quais alguns países emergentes temem adotar neste momento.

Segundo Thaís Juvenal, a partir da Conferência de Copenhague, Dinamarca, realizada em dezembro 2009, o Brasil estabeleceu cinco segmentos em que atuará para diminuir a emissão de GEE: redução do desmatamento da Amazônia e também do Cerrado; investimento em energia limpa, como os biocombustíveis; substituição da produção de carvão original de desmatamento por carvão de florestas plantadas, e a utilização do plantio indireto na agricultura. Com isso, espera-se que o país reduza entre 36,1% e 38,9% da sua emissão de gases de efeito estufa até 2020 (ver tabela).

Para que esses setores atinjam as metas estabelecidas pela Política Nacional de Mudança

Tabela 2: Metas Brasileiras de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa

Ações para mitigação de emissões de GEE até 2020	Cenário tendencial para 2020 (mit CO ₂ e)	NAMAs até 2020 (mit CO ₂ e)		NAMAs até 2020 (%)	
		min.	max.	min.	max.
Uso da terra	1.084	669	669	24,7%	24,7%
Redução do desmatamento Amazônia (80%)		564	564	20,9%	20,9%
Redução do desmatamento no Cerrado (40%)		104	104	3,9%	3,9%
Agropecuária	627	133	166	4,9%	6,1%
Recuperação de pastos		83	104	3,1%	3,8%
ILP - Integração lavoura pecuária		18	22	0,7%	0,8%
Plantio direto		16	20	0,6%	0,7%
Fixação biológica de nitrogênio		16	20	0,6%	0,7%
Energia	901	66	207	6,1%	7,7%
Eficiência energética		12	15	0,4%	0,6%
Incremento do uso de biocombustíveis		48	60	1,8%	2,2%
Expansão da oferta de energia por hidrelétricas		79	99	2,9%	3,7%
Fontes alternativas (PCH, bioeletricidade, eólica)		26	33	1,0%	1,2%
Outros	92	8	10	0,3%	0,4%
Siderurgia - substituição carvão de desmate por plantadas		8	10	0,3%	0,4%
Total	2.703	975	1.052	36,1%	38,9%

Fonte: Cenários para Oferta Brasileira de Mitigação de Emissões, Casa Civil da Presidência da República, Brasília, 2009 e Notificação do Brasil à UNFCCC ao Acordo de Copenhague.

Climática, o governo criará o Fundo Clima, que terá o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como agente financeiro e o MMA, como coordenador. “Para este ano, não há previsão para ações de financiamento, ainda é preciso estruturar o Fundo Clima”, explicou Thaís.

Durante os meses de maio e junho, haverá discussões entre governo e atores de interesse, inclusive do setor privado, para refletir sobre marco regulatório e instrumentos de mitigação. Em novembro de 2010 deve ser lançado um inventário das emissões de GEE do Brasil, com dados atualizados.

COPENHAGUE A 13ª Conferência das Partes da UNFCCC, conhecida como COP-13 e realizada em dezembro de 2007, em Bali, na Indonésia, teria o mandato para estabelecer as metas dos países industrializados no período pós-2012, ano de término do Protocolo de Quioto.

Segundo o Comunicado do Ipea nº 45, a conferência teve dificuldades para encontrar consensos em vários temas e a saída política encontrada foi a assinatura de um documento que estabelecia o “Mapa do Caminho de Bali”, com a definição dos temas que teriam de ser discutidos e para os quais teria que haver um consenso até a COP-15, em Copenhague.

Em Bali, foram estabelecidas as propostas de criação das Namas e do mecanismo de REDD. A COP-15 tinha a previsão de marcar a conclusão de um processo de negociação de



Da esquerda para direita: Ronaldo Seora, Gustavo Luedemann, André Odenbreit, Thaís Juvenal e José Miguez

dois anos que se seguiu a Bali. No entanto, não foi possível alcançar um acordo legalmente vinculante de expressão na Conferência de Copenhague.

A solução veio informalmente: chefes de estado e ministros de cerca de 30 países, entre os quais as maiores economias do mundo, líderes dos principais blocos negociadores e o Brasil, se reuniram durante o “segmento de alto nível” da Conferência e elaboraram um difícil acordo político que ficou conhecido como o Acordo de Copenhague. O texto propõe que os países que o assinam reconheçam a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa para estabilizar o clima, com um aumento de temperatura de 2° C neste século. Além disso, o acordo afirma que as nações ricas se comprometem a direcionar US\$ 30 bilhões nos próximos três anos para ajudar nações pobres a lidar com as alterações climáticas.

Embora tenha sido aceito oficialmente pela ONU, o acordo não teve aprovação unânime. Países como a ilha de Tuvalu, que fica na Polinésia, por exemplo, foi contra o acordo por acreditar que, se o clima aumentar em

2° C até o final do século, a ilha não existirá mais. Além de Tuvalu, Bolívia, Venezuela, Cuba, Costa Rica e Nicarágua também criticaram o acordo.

O CAMINHO DE BALI A ONU nomeou, em maio, a diplomata costarriquenha Christiana Figueres, para dirigir o Secretariado de Mudança Climática da entidade, e promover avanços nas conversas internacionais para conter as emissões de GEE do mundo.

Figueres, de 53 anos, substituirá o holandês Yvo de Boer como chefe do secretariado da ONU a partir de 1º de julho. A diplomata costarriquenha será responsável pelos compromissos firmados após 2012, quando termina o Protocolo de Quioto.

A 16ª Conferência das Partes (COP 16) será realizada em Cancun, no México, em novembro de 2010. Com o fracasso de Copenhague, a expectativa para a COP 16 é baixa. Espera-se, pelo menos, avançar em alguns pontos do “Mapa do Caminho de Bali”, durante os dez dias de negociação. **ti**



Thaís Juvenal: país estrutura Política Nacional de Mudança do Clima

O sertão vai virar mar

Rio-mar, Rio dos Currais, Rio da Integração Nacional, Velho Chico, Opará. São muitos nomes dados ao rio São Francisco, símbolo de resistência à seca do sertão, que liga três regiões do país: Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Com 2.700km de extensão, o rio nasce na Serra da Canastra, em Minas Gerais, e deságua no mar na divisa entre Sergipe e Alagoas.

Retratado por autores e poetas brasileiros como Castro Alves, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade, o Velho Chico sempre esteve no imaginário da população nacional como símbolo cultural e econômico do sertão brasileiro. Guimarães Rosa escreveu que sua história tem sido a do sofrimento de um rio que há mais de quinhentos anos é

fonte de vida e riqueza. Seu descobrimento é atribuído ao genovês Américo Vespúcio, que navegou em sua foz em 1501. O nome é homenagem a São Francisco de Assis, festejado naquela data.

O rio São Francisco recebe água de 168 afluentes, dos quais 99 são perenes, 90 estão na sua margem direita e 78 na esquerda. A produção de água de sua Bacia

concentra-se nos cerrados do Brasil Central e em Minas Gerais e a grande variação do porte dos seus afluentes é consequência das diferenças climáticas entre as regiões drenadas. O Velho Chico banha os Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Sua bacia hidrográfica também envolve parte do Estado de Goiás e o Distrito Federal.



A navegação fluvial no Brasil foi, por muito tempo, a única alternativa de transporte em algumas regiões do país, como é o caso do Vale do São Francisco. O rio serviu de via para transporte de alimento (milho, feijão, carne seca, rapadura, farinha) destinado ao suprimento das minas de ouro; por ele seguiam escravos e garimpeiros vindos de outras regiões. Desenvolver a navegação do rio e de seus afluentes sempre fez parte da agenda oficial, mesmo após o final da Segunda Guerra Mundial, quando a opção pelo transporte rodoviário já estava delineada.

De acordo com a Administração da Hidrovia do São Francisco do Ministério dos Transportes, no início dos anos 2000, foram transportados mais de 50 milhões de tku (unidade de medida equivalente ao transporte de uma tonelada de carga à distância de um quilômetro) de produtos como milho, farelo de soja, polpa de tomate, casca de cereal e soja. A FRANAVE (Companhia de Navegação do São Francisco) iniciou o século XXI com uma capacidade instalada de transporte para 150 milhões de toneladas de carga a granel e de convés por ano, com uma frota composta de oito empurradores e 62 chatas, além de um estaleiro para a construção de navios e manutenção de sua frota na cidade de Juazeiro. A navegação do São Francisco tem ligação com ferrovias e rodovias tanto no Nordeste quanto no Sudeste.

Além da navegação fluvial, os projetos de irrigação do Velho Chico trouxeram diferentes oportunidades para a população da região. O desenvolvimento da fruticultura irrigada no Submédio São Francisco, região que compreende Petrolina (PE), Juazeiro (BA) e o entorno destes municípios é um exemplo disso. Esta atividade inseriu de vez a região no mercado nacional e internacional de frutas tropicais e adaptadas, tendo a uva como produto de maior destaque.

Cerca de 13 milhões de pessoas habitam a área da Bacia do São Francisco, segundo o Censo 2000

Embora o maior volume de água do rio seja ofertado pelos cerrados do Brasil Central e pelo estado de Minas Gerais – onde abastece a hidrelétrica Três Marias – é a represa de Sobradinho que garante a regularidade de vazão do São Francisco, mesmo durante a estação seca, de maio a outubro. Essa barragem, que é citada como o pulmão do rio, foi planejada para garantir o fluxo de água regular e contínuo à geração de energia elétrica da cascata de usinas operadas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) – Paulo Afonso, Itaparica, Moxotó, Xingó e Sobradinho.

A irrigação no Vale do São Francisco, especialmente no semi-árido, é uma atividade social e econômica dinâmica, geradora de emprego e renda na região e de receitas para o país. Estimativas do governo federal indicam que a área irrigada poderá ser expandida para até 800 mil hectares nos próximos anos, a partir da participação crescente da iniciativa privada na região.

TRANSPOSIÇÃO O projeto de transposição das águas do Velho Chico, chamado pelo governo de Programa de Revitalização do São Francisco, ganhou status de prioridade no governo Lula – a ideia de transposição teve início na metade do Século XIX, durante o governo de Dom Pedro II. Atualmente, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, o objetivo do projeto é conectar a bacia do São Francisco a regiões com déficit hídrico. Para tanto, serão construídos 720 quilômetros de canais.

Com um custo estimado em R\$ 5 bilhões e muita polêmica gerada por ambientalistas e geógrafos, a previsão do projeto é captar uma pequena parte da água do rio, apenas 26 metros por segundo de forma contínua. Da água captada, 70% serão destinados à irrigação e 30% para uso urbano e industrial. A transferência de famílias que devem ser reassentadas para que o projeto seja realizado teve início em maio de 2010. 



Rio São Francisco

Gláucia Umbelino

Parceria

Alemanha apoiará pesquisa brasileira

Três projetos brasileiros que envolvem pesquisas aplicadas nas áreas de monitoramento ambiental e de atendimento na área da saúde, com aplicação de microsistemas e sensores, participarão de edital internacional, que prevê aporte financeiro para a execução das propostas. Para concorrer à chamada da Comunidade Européia, as ideias terão o apoio da Alemanha, que ofertará suporte às ferramentas e soluções tecnológicas por meio do Instituto Fraunhofer, e de outras instituições alemãs.

As iniciativas brasileiras foram apresentadas em maio, em Manaus (AM), durante o seminário Brasil-German Science, Technology and Innovation, evento que comemora o Ano Brasil-Alemanha, em celebração aos 40 anos de cooperação bilateral. O aporte financeiro varia entre 2,5 milhões de euros e 5 milhões de euros. A definição do investimento total levará em conta o tamanho do projeto, o impacto social e o número de institutos envolvidos.



Stock

Estratégia de Normalização nas empresas brasileiras

A cada ano aumentam os requisitos a serem cumpridos pelas empresas para atender seus clientes. Neste contexto, foi criada a Estratégia Brasileira de Normalização, que objetiva promover a utilização de normas técnicas para o aumento da competitividade na economia e o bem estar da sociedade, com prazo de cinco anos para implementação.

Elaborada pelo Comitê Brasileiro de Normalização (CBN), as diretrizes da Estratégia devem proporcionar meios para uma maior oferta de produtos e serviços competitivos, seguros, eficientes, eficazes e que reflitam as necessidades e expectativas da sociedade.

A partir de reuniões entre diversos segmentos, realizadas em todas as regiões do Brasil, a Estratégia desenvolvida propõe que os setores público e privado compartilhem de uma visão estratégica sobre o tema normalização alinhada com as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior, e com as necessidades dos diversos setores, de maneira



a proporcionar uma interação contínua e eficaz com as atividades da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A disseminação e implementação da Estratégia envolverá toda a sociedade (empresas, governo, consumidores e demais partes interessadas), com o objetivo de coordenar os esforços e potencializar o comprometimento para a eficácia da normalização no País.

Para conhecer a Estratégia Brasileira de Normalização acesse: <http://www.abnt.org.br/normalizacao/CBN2009.pdf>

Pesquisa estrangeira

Ministérios querem desburocratizar a vinda de cientistas de fora do país

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) quer simplificar a entrada de pesquisadores estrangeiros ao país para exercer atividades em suas áreas de atuação. Para isso, juntamente com os ministérios, da Justiça (MJ), das Relações Exteriores (MRE) e do Trabalho e Emprego (MTE), encaminhou à Casa Civil, uma proposta de alteração do Decreto nº 86.715/81 para simplificar e tornar mais claras as exigências para admissão desses profissionais.

A intenção com a medida é desburocratizar o processo, tendo por fundamento

a contribuição desses especialistas para o desenvolvimento nacional. O Decreto regulamenta a Lei nº 6.815/80, que define a situação jurídica do estrangeiro no país. O artigo 5º determina que sejam fixados, em regulamento, os requisitos para a obtenção dos vistos de entrada previstos nesta Lei.

A proposta estabelece competência ao MCT para autorizar a atividade e a participação do estrangeiro interessado em vir ao Brasil na condição de cientista, professor, pesquisador ou profissional de categoria vinculada à área de ciência, tecnologia e inovação.

Investimento

Finep aprova instituições para operar Pappe Integração

Dezoito instituições serão responsáveis pelo Programa de Subvenção à Pesquisa em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Pappe Integração). Serão cerca de R\$ 85 milhões em recursos não reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) da Subvenção Econômica para apoiar em torno de 500 empreendimentos. Puderam se candidatar à parceria fundações de amparo à pesquisa dos estados, secretarias estaduais de ciência e tecnologia ou entidades sem fins lucrativos indicadas pelas secretarias.

São essas instituições que gerenciarão todos os recursos localmente, transferindo-os às empresas beneficiadas. Até o final de

junho, as empresas – que serão escolhidas por editais próprios capitaneados pelas instituições selecionadas pela Financiadora nesta primeira fase – já estarão recebendo os recursos.

Lançado em dezembro de 2009, o programa é uma nova iniciativa de fomento à inovação nas regiões escolhidas. O foco no Norte, Nordeste e Centro-Oeste tem por base a garantia de que 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) sejam destinados a estas regiões.

A opção pela proximidade dos parceiros operadores garantirá capilaridade ao Pappe. Os parceiros poderão operar entre R\$ 1

milhão e R\$ 2 milhões, sem necessidade de contrapartida estadual. Para os que solicitarem mais de R\$ 2 milhões, deve ser observado o critério de contrapartida estabelecido no item 4 da carta-convite, que varia de acordo com cada estado. Além do repasse financeiro, a Finep também orienta e capacita os gestores do Pappe Integração em cada estado.

Cada empresa contemplada (com faturamento de até R\$ 2,4 milhões por ano) receberá no mínimo R\$100 mil e, no máximo, R\$ 400 mil, dependendo do porte e características dos projetos. Os recursos serão aplicados no desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos que agreguem valor aos negócios e ampliem seus diferenciais competitivos.

Museu

Pela preservação do patrimônio de C&T

Em junho, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast/MCT), no Rio de Janeiro, inaugura em seu campus o novo prédio para Pesquisa e Preservação do Patrimônio Histórico Brasileiro de Ciência e Tecnologia. O novo edifício permite ao Mast ampliar sua atuação nas áreas de pesquisa, preservação de

acervos e divulgação da ciência e tecnologia no país.

Construído com recursos da Petrobras, Eletrobrás, Furnas, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos (Finep/MCT) e da Lei de Incentivo à Cultura, o prédio tem três mil metros quadrados distribuídos em três pavimentos e um terraço, onde serão

alocados as equipes de pesquisa, o acervo documental e a reserva técnica do Museu, além do Laboratório de Conservação e Restauração de Papel (Lapel) e o primeiro laboratório da América Latina especializado em preservação de instrumentos científicos históricos, o Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos (Lamet).

Inclusão

Câmara aprova fundo para fortalecer capacitação

A Câmara dos Deputados aprovou, em maio, o Projeto de Lei (PL) que cria o Fundo de Extensão da Educação Profissional (Feep). A proposta do deputado Ariosto Holanda (PSB-CE) prevê a destinação de R\$ 250 milhões a R\$ 300 milhões por ano ao financiamento de programas de capacitação tecnológica para a população de baixa renda.

O Feep será formado por 1,5% da dotação anual do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 5% da dotação anual do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e recursos do orçamento da União. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, depois de passar pelas Comissões de Finanças e Tributação, de Ciência e Tecnologia, e de

Educação e Cultura. O projeto agora irá para o Senado Federal.

O projeto prevê o oferecimento e a manutenção de cursos de educação de nível superior e ampara ainda ações de extensão de instituições públicas de nível superior, em especial o oferecimento de bolsas de extensão, além das ações de assistência técnica e extensão rural.

Aumenta expectativa de crescimento do PIB para 2010

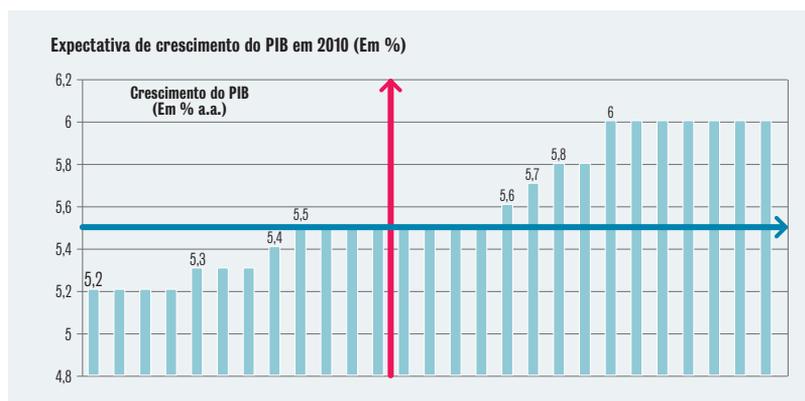
As expectativas para o ano de 2010 publicadas pelo Sensor Econômico n.2, que reúne previsões de entidades associativas do setor produtivo, são de crescimento da economia brasileira neste ano. Para o

Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa é de aumento de 5,5%, o que representa crescimento de 0,3 ponto percentual acima da taxa obtida na pesquisa anterior, na primeira edição do Sensor. Para a taxa

de inflação anual medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a expectativa é de 5,2%, com taxa básica de juros (Selic) em 11% no final deste ano.

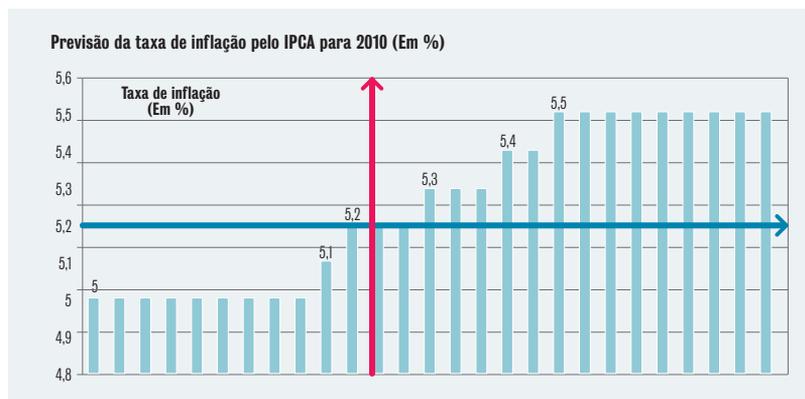
Jan - Fev	5,2
Mar - Abr	5,5

Expectativa de crescimento do PIB em 2010 (Em %).
Cerca de metade das previsões encontram-se entre 5,2% e 6,0%.



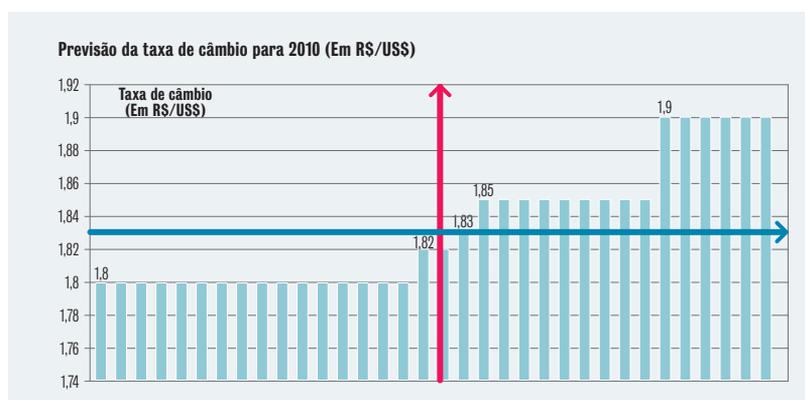
Jan - Fev	4,7
Mar - Abr	5,2

Previsão da taxa de inflação pelo IPCA para 2010 (Em %).
O gráfico ao lado mostra que cerca de metade das observações, feitas pelas entidades associativas do setor produtivo, encontra-se entre 5,0% e 5,5%.



Jan - Fev	10,28
Mar - Abr	11,00

Expectativa da taxa básica de juros (Selic) em 2010 (Em%).
O intervalo do gráfico, de 10,25% a 11,75%, contempla cerca de metade das respostas das entidades associativas do setor produtivo.



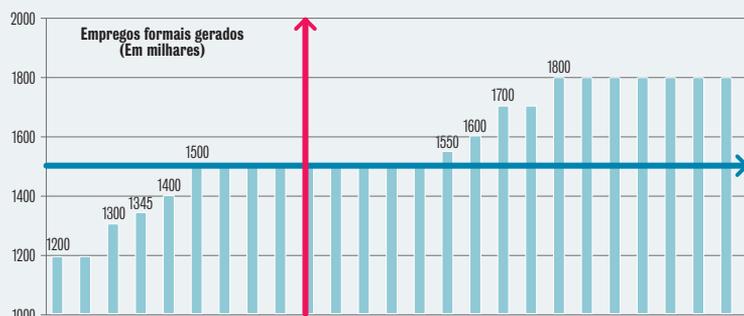
Já em relação à taxa de câmbio, as previsões do setor produtivo são de dólar a R\$ 1,83, sendo que metade das instituições respondentes prevê que a moeda norte-americana oscile no intervalo de R\$ 1,80 a

R\$ 1,90. A mediana prevista para a geração de empregos no ano é de criação de 1,5 milhão de postos.

O setor produtivo também estima que as exportações alcancem US\$ 175

bilhões este ano, com importações de US\$ 160 bilhões. Por fim, a previsão para a média anual do crescimento do PIB de 2011 a 2015 apresenta mediana de 4,5%.

Expectativa de geração de empregos formais em 2010 (Em milhares)



Jan - Fev	1,89
Mar - Abr	1,83

Previsão da taxa de câmbio para 2010 (Em R\$/US\$). O intervalo do gráfico ao lado que abarca metade das previsões estende-se de R\$ 1,80 a R\$ 1,90.

Expectativa da taxa de juros em 2010 (Em%)



Jan - Fev	1.500
Mar - Abr	1.500

Expectativa de geração de empregos formais em 2010 (Em milhares). Metade das observações encontram-se entre 1.200 e 1.800 milhares. A previsão para o segundo bimestre foi a mesma apresentada pelos meses de janeiro e fevereiro, contemplados no Sensor Econômico n.1.

Previsão para o total de exportações em 2010 (Em US\$ bilhões)



Jan - Fev	170
Mar - Abr	175

Previsão para o total de exportações em 2010 (Em US\$ bilhões). Aproximadamente metade das respostas das entidades associativas do setor produtivo estão entre US\$ 170 e US\$ 185 bilhões.

Boletim de Economia e Política Internacional

O *Boletim de Economia e Política Internacional* parte de pesquisas e debates desenvolvidos na Diretoria de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Deint), sobre temas da economia e da política internacional. O segundo número do boletim, que é trimestral, reúne artigos assinados que buscam resumir essas pesquisas e debates promovidos pela diretoria e divulgá-los ao público interessado. A publicação busca avaliar questões relevantes da conjuntura internacional, temas regionais e estudos de caso, e análises de políticas públicas domésticas. Também abre espaço para que convidados internos e externos ao **Ipea** discutam temas pautados pela equipe editorial. O segundo número aborda diversos temas presentes na agenda dos formuladores de política brasileiros. O professor-adjunto na área de economia institucional da Universidade Federal do ABC, Giorgio Romano, e o presidente do **Ipea**, Márcio Pochmann, defendem proposta de taxação dos fluxos cambiais como meio de obtenção de receitas para financiar o desenvolvimento, proposta essa que está sendo discutida no âmbito do G-20 financeiro e do Fundo Monetário Internacional e é apoiada por diversos líderes nacionais. A possível retaliação comercial pelo Brasil contra os Estados Unidos, autorizada pela

“A publicação busca avaliar questões relevantes da conjuntura internacional, temas regionais e estudos de caso, e análises de políticas públicas domésticas. Também abre espaço para que convidados internos e externos ao Ipea discutam temas pautados pela equipe editorial”

André de Mello e Souza,
técnico em planejamento
e pesquisa da Deint

Organização Mundial do Comércio, é debatida pelo técnico em planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas internacionais (Deint), Ivan Tiago Oliveira, como uma forma de compensar os produtores brasi-

leiros de algodão, e também de fornecer maior legitimidade ao Órgão de Solução de Controvérsias.

Pedro Silva Barros, técnico em planejamento e pesquisa da Deint, descreve e analisa como a Bolívia logrou atravessar a



Boletim de Economia e Política Internacional
André de Mello e Souza e André Rego Viana - Editores
Diretoria de Estudos de Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ipea: 75 p.

crise financeira global iniciada em 2008 de forma relativamente bem sucedida, atribuindo esse êxito às políticas econômicas e sociais do governo Evo Morales. O também técnico da Deint, Rodrigo de Moraes, discute em artigo a relevância das instituições de segurança regionais a partir dos casos da Organização para a Cooperação de Xangai e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

Os efeitos da migração e transformação da estrutura produtiva da China no mercado de trabalho do país são avaliados por Rodrigo Leão, bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD). Já Ricardo Leyser Gonçalves, secretário nacional de esporte de alto rendimento do Ministério do Esporte, e André Rego

Os autores apresentam diferentes perspectivas da participação brasileira nessa missão, sendo que o primeiro analisa seu papel na política externa brasileira e os mecanismos de financiamento, e o segundo enfatiza os desafios e oportunidades da continuidade da missão após o devastador e recente terremoto ocorrido no país

Viana, técnico da Deint, discutem a inserção internacional brasileira a partir da análise da evolução das notas das candidaturas do

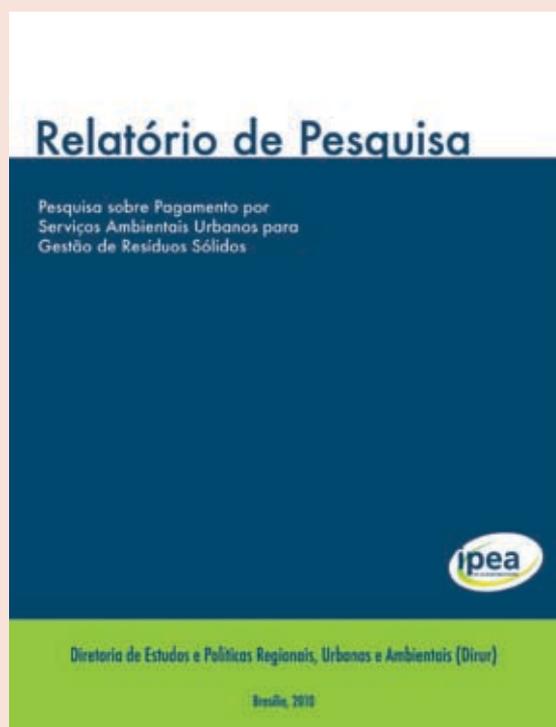
Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos de 2012 e 2016.

Por fim, as perspectivas da missão de operação de paz no Haiti comandada pelo Brasil são abordadas em dois artigos, de Fernanda Lira Góis, técnica da Deint, e Antonio Jorge Ramalho, professor do instituto de relações internacionais da Universidade de Brasília, e também pelo o embaixador e Secretário-Geral do Itamaraty, Antonio Patriota, convidado a contribuir para a presente edição. Os autores apresentam diferentes perspectivas da participação brasileira nessa missão, sendo que o primeiro analisa seu papel na política externa brasileira e os mecanismos de financiamento, e o segundo enfatiza os desafios e oportunidades da continuidade da missão após o devastador e recente terremoto ocorrido no país.

Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos

A Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos é fruto de uma demanda da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente, solicitada para subsidiar a elaboração do Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU). Neste trabalho, entende-se como Serviços Ambientais Urbanos as atividades realizadas no meio urbano que gerem externalidades ambientais positivas, ou minimizem externalidades ambientais negativas, sob o ponto de vista da gestão dos recursos naturais, da redução de riscos ou da potencialização de serviços ecossistêmicos, e assim corrijam, mesmo que parcialmente, falhas do mercado relacionadas ao meio ambiente. Na primeira

“Caso todo o resíduo reciclável que é hoje encaminhado para aterros e lixões fosse reciclado, são estimados em R\$ 8 bilhões anuais. Considerando os atuais índices de reciclagem do país, essa atividade já geraria benefícios entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 3,3 bilhões anuais”.



Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos
Jorge Hargrave, Gustavo Luedemann, Bruno Milanez e João Damásio de Oliveira Filho
Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Ipea: 63 p.

parte da pesquisa, foram feitas estimativas dos benefícios econômicos e ambientais gerados pela reciclagem de resíduos sólidos urbanos. Na segunda parte, foram propostas diretrizes para possíveis esquemas de pagamento por serviços ambientais urbanos focados em catadores de material reciclável.

Os benefícios econômicos incluem o custo evitado do consumo de recursos naturais e de energia. Já os benefícios ambientais são associados aos impactos sobre o meio ambiente da produção de energia, das emissões de gases de efeito estufa, do consumo de água e da perda de biodiversidade

Para a realização da primeira parte, os benefícios da reciclagem foram definidos como a diferença entre os custos da produção a partir de matéria-prima virgem e os custos da produção dos mesmos bens a partir de material reciclável. Os benefícios econômicos incluem o custo evitado do consumo de recursos naturais e de energia. Já os benefícios ambientais são associados aos impactos sobre o meio ambiente da produção de energia, das emissões de gases de efeito estufa, do consumo de água e da perda de biodiversidade.

Por conta da heterogeneidade dos resíduos encontrados nas cidades, foi necessário escolher um grupo específico de materiais, quais sejam aço, alumínio, papel, plástico e vidro. Para cada um desses materiais, foi necessário estimar a quantidade de cada material disponível nos resíduos sólidos urbanos.



O papel é um dos resíduos sólidos urbanos que pode ser reciclado.

Os resultados da primeira parte da pesquisa indicam que os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira, caso todo o resíduo reciclável que é hoje encaminhado para aterros e lixões fosse reciclado, são estimados em R\$ 8 bilhões anuais. Considerando os atuais índices de reciclagem do país, essa atividade já geraria benefícios entre R\$ 1,4 bilhão e R\$ 3,3 bilhões anuais.

A segunda parte do relatório tece considerações sobre como poderia ser estruturada uma política de PSAU. Esta política deveria seguir os seguintes pressupostos: (1) o pagamento deve se dirigir a cooperativas de catadores; (2) o pagamento deve ter a contrapartida do serviço ambiental prestado; e (3) os mecanismos devem premiar a eficiência na prestação do serviço ambiental.

O primeiro instrumento proposto é o pagamento por produtividade, que seria constituído de pagamentos periódicos às cooperativas de catadores por tonelagem de resíduo coletado, independentemente do tipo de material. A remuneração deveria ser feita de maneira diferenciada por grupo de cooperativa de acordo com sua produtividade física, de maneira que

cooperativas menos eficientes receberiam valores mais elevados por tonelada de material coletado do que as cooperativas mais eficientes. Entretanto, a relação entre esses pagamentos por tonelada deve ser calculada de tal forma que, graças à maior eficiência das cooperativas mais organizadas, estas recebam um pagamento por cooperado mais elevado. Assim, alia-se o prêmio à eficiência à certa equidade distributiva.

A segunda proposta consiste em um instrumento que visa possibilitar formas discricionárias de intervenções sobre os valores recebidos pelas cooperativas para cada grupo de material reciclável, de acordo com o objetivo da autoridade ambiental. Essas intervenções podem objetivar tanto corrigir uma depressão nos preços em tempos de crise, quanto incentivar o recolhimento de materiais recicláveis de alto potencial poluidor.

Já o terceiro instrumento, chamado de Fundo Cooperativo, consistiria em um fundo de crédito que visaria incentivar programas de capacitação de cooperativas, compra de máquinas e equipamentos e diversificação da produção das cooperativas, entre outros aspectos. **d**

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E ENVELHECIMENTO DO BRASIL

As reportagens “Como os nossos pais”, “Jornada em passos lentos” e “Distribuição de renda é desenvolvimento” da revista Desafios nº 60 do Ipea refletem a difícil construção de um Brasil mais justo e igualitário. Bom saber que muitos, e bons profissionais, querem fazer parte dessa construção.

Ana Lúcia Duarte
Rio de Janeiro, RJ

PEC 231

A falta de consenso sobre a Proposta e Emenda Constitucional (PEC) 231/95, de redução da jornada de trabalho de 44 horas para 40 semanais reflete o perigo do poder dos opressores que se mantêm na direção do destino do País e continuam ávidos por manterem suas riquezas, construídas por meio de sacrifícios humanos impensáveis em países mais justos. Parabéns pela reportagem “Jornada em passos lentos” publicada na edição nº 60 da revista Desafios. Prevalece o consenso dos mais ricos.

Silvia Pereira
São Carlos, SP

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderem à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.

BRIC

Ao ler a matéria sobre os países do BRIC na revista Desafios nº 60 a sensação que se tem é que dificilmente Brasil, Rússia, Índia e China terão a força da representação em instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Conselho de Segurança da ONU. Como disse o técnico em planejamento e pesquisa do Ipea, André Vieira, “a estrutura internacional está montada sob a hegemonia norte-americana”. Claro. Um país com o poderio militar que tem os EUA pode mandar no mundo. Resta à diplomacia do País unir forças para promover uma nova governança global, que faça valer os valores democráticos tão apregoados mundo afora como os mais caros aos estadunidenses.

Marco Paulo Lopes da Silva
Brasília, DF

O BRASIL ESTÁ ENVELHECENDO

Muito boa a matéria com o título “Como nossos pais?” da revista Desafios nº 60. O tema sobre o envelhecimento do Brasil deveria estar na mídia todos os dias. O País urge em oferecer melhores empregos



aos jovens. O futuro não pode repetir as décadas de 1980 e 1990 ou correremos o risco da vergonha de sermos ricos e mais desiguais ainda. Quem sobreviverá a essa desigualdade? Os mais ricos? Em que condições? A tirania da opressão com certeza não é o caminho. Tampouco a representação segmentada da sociedade no parlamento. Lutemos pela radicalização da democracia.

Maria Telma Lozeiro
Ceará, CE

ERRATA

Na edição 61, página 69, o crédito da foto é: Celso Junior/AE.



Acesse o conteúdo da revista **Desafios do Desenvolvimento** no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br

Amputações eram uma das características brutais da década de guerra civil em Serra Leoa. Mesmo que muitos amputados tenham sido marginalizados quando a paz se instaurou no país, eles estão re-construindo suas vidas e ativamente re-afirmar a sua independência e auto-sustentabilidade. E, é claro, esportes são populares entre eles também! Agora existem times de futebol de amputados, partidas semanais e campeonatos organizados.

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram das pessoas uma vida? A Campanha Mundial de Fotografia “Humanizando o Desenvolvimento” busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. Chamando-se a atenção para os sucessos obtidos, a campanha pretende contrabalancear as imagens frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente localizada no escritório do IPC e será aberta para visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Nós temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Nós gostaríamos de agradecer aos participantes de mais de 100 países quer nos enviaram suas fotos e suas histórias, e



Futebol de amputados

Foto: Namula Pennie — Serra Leoa

compartilharam sonhos e desafios. Nós agradecemos as Instituições Parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos

vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento através de novas lentes. Parabéns aos participantes.

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>



Televisão



Pacotes especiais para a melhor idade.

E **50%** de desconto nos hotéis cadastrados.

**MUDE SUA ROTINA.
O PRAZER DE VIAJAR
NÃO TEM IDADE.**



Quem tem mais de 60 anos tem também mais vantagens na hora de viajar.

Um belo dia você resolve mudar. E fazer tudo o que queria fazer. Começa com a viagem dos seus sonhos. No primeiro dia, você e seus novos amigos saem para passear. De tarde, conhecer a cidade. À noite, um bailinho, porque ninguém é de ferro. Amanhece, o sol brilha, a vida ainda mais. Você lembra dos amigos que ficaram em casa e não puderam vir. Dá vontade de cantar: "Agora só falta você". Só falta você aproveitar as vantagens do Viaja Mais Melhor Idade.

Para saber mais,
ligue **0800 770 7202**
ou procure uma agência de viagens.
www.viajamais.com.br

Ministério
do Turismo



